UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Psicologia

Trauma: o avesso da memória

Maria Manuela Assunção Moreno

São Paulo
2009

Maria Manuela Assunção Moreno

Trauma: o avesso da memória

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Psicologia – Área de
Concentração em Psicologia Experimental
do Instituto de Psicologia da Universidade
de São Paulo

Orientador:

Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior

São Paulo

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Moreno, Maria Manuela Assunção.

Trauma: o avesso da memória / Maria Manuela Assunção Moreno; orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2009.

168 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Trauma psíquico 3. Memória I. Título.

RC504

Maria Manuela Assunção Moreno

Trauma: o avesso da memória

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Psicologia – Área de Concentração em
Psicologia Experimental

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer especialmente àqueles que contribuíram generosamente com a construção desta dissertação por meio da leitura dedicada, de sugestões precisas, enfim, de troca de idéias e de afetos:

Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Júnior, meu orientador, que acompanhou a minha formação desde a graduação e sempre incentivou minhas investidas no campo da pesquisa teórica, por sua confiança em minha capacidade de elaborar com liberdade este trabalho.

Meus amigos do grupo de orientação, Camila Junqueira, Alexandre Maduenho, Maria Carolina Garcia e Elisa Amaral pelo apoio e acolhimento das angústias suscitadas durante o percurso.

Prof. Dr. Daniel Kupermann e Profa. Dra. Felícia Knobloch, membros da banca examinadora, pelas reflexões críticas, que muito contribuíram para a renovação de sentido deste trabalho.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Orlando Vieira de Almeida, pelo cuidado carinhoso com o português.

Finalmente agradeço aos meus pais e ao meu irmão pelo amor incondicional e apoio em todos os momentos.

Ao Gustavo, por sonhar este sonho comigo.

Não posso me esquecer de Rufus, por seu fiel companheirismo...

RESUMO

MORENO, M. M. A. **Trauma: o avesso da memória.** 2009, 168 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A presente dissertação configura-se como uma interrogação à teoria psicanalítica acerca das ressonâncias do traumatismo na função psíquica da memória. Ambos são conceitos que remetem aos fundamentos da psicanálise, apontando para a constituição do psiquismo, bem como para seus limites. A dissertação procura ampliar o estudo da temática para além da obra de Freud e alcançar as contribuições de Sandor Ferenczi e seus desdobramentos na obra de Nicolas Abraham e Maria Torok. Em Freud, as relações de trauma e memória, principalmente a partir da conceituação de um além do princípio do prazer, apontam para o funcionamento, ou melhor, às falhas de funcionamento nos limites do psíquico - entre corpo e psique, entre percepção e representação - responsáveis pela instauração da memória e a diferenciação psíquica. O traumático foi associado à dinâmica da pulsão de morte e a da angústia automática, que faz continuamente uma demanda de trabalho psíquico, de ligação, anterior à instauração do princípio de prazer. Quando não há possibilidade de ligação e transcrição do acontecimento, seus efeitos apresentam-se de forma negativa como danos narcísicos. Ferenczi considera o papel do objeto como determinante em relação ao destino traumático de um acontecimento. Caso o objeto não possa adaptar-se às necessidades do sujeito e fornecer ou legitimar um sentido ao vivido, interrompe-se o processo de introjeção e inscrição psíquica. Frente ao desamparo psíquico decorrente da ausência de investimento do objeto, o psiquismo se defende por meio da clivagem das impressões traumáticas ou imerge em comoção, da qual não resta memória. Nicolas Abraham e Maria Torok acrescentam que um acontecimento que permaneceu clivado no psiquismo de uma geração - impossibilitado de circulação e figurabilidade - é transmitido enquanto lacuna de memória para a próxima geração. A imagem do trauma como avesso da memória é paradoxal, pois remete tanto às impressões que aguardam uma revelação por meio de uma ligação com uma imagem, no modelo dos sonhos traumáticos, como à pura negatividade relativa à falta de representação, da qual um sentido pode advir mediante somente uma construção que produza um sentimento de convicção. Tal imagem paradoxal pretende oferecer uma reserva psíquica/teórica ao analista enquanto uma figurabilidade possível das ressonâncias do traumático na memória.

Palavras-chave: Psicanálise, Trauma psíquico, Memória.

ABSTRACT

MORENO, M. M. A. **Trauma, memory's inverted side.** 2009, 168 f. Dissertation - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

The present essay comprises of an interrogation to psychoanalysis theory about the consequences of trauma in the memory psychic role. Both of them are concepts that refer to the psychoanalysis fundamentals, leading to the psychism constitution, as well as to its boundaries. The dissertation attempts to expand the set of themes beyond Freud's work and reaches out Sandor Ferenczi's contributions and its unfoldings into Nicolas Abraham and Maria Torok's works. In Freud's, the connections within trauma and memory, especially from the conceptualization of a further than the pleasure principle, point out to the functioning, or even better, the non-functioning gaps at the psychism boundaries - between body and psyche, within perception and representation – responsible for memory establishment and psychic differentiation. The traumatic was associated to death instinct and the automatic anguish, which continuously calls forth a psychic work demand, of connection, prior to the pleasure principle instauration. When there is no possibility of connection and transcription of the incident, its effects present themselves in a negative way such as narcissistic damage. Ferenczi considers the object role as determinant on the traumatic event destination. In case the object can not adapt to the subject's needs and provide or legitimate a meaning to what was lived, there is an interruption on the process of introjection and psychic inscription. Face the psychic abandonment due to the absence of the object investment, the psychism defends itself through the cleavage of the traumatic impressions or it immerses in comotion, of which remains no memory. Nicolas Abraham and Maria Torok add that an event that has remained cleaved in the psychism of a generation – incapable of circulation and figurability – is forwarded to the next generation as a memory lacuna. The image of trauma as the inverted side of the memory is paradoxical, once it refers to the impressions that await a revelation through a link with an image, in the traumatic dreams model, as much as to the pure negativity related to the lack of representation, from which a meaning can only occur by means of a construction that produces a conviction feeling. Such self-contradictory image intends to offer a theoretic/psychic restraint to the analyst as a possible figurability of the resonances of the traumatic in the memory.

Keywords: Psychoanalysis, Psychic trauma, Memory.

SUMÁRIO

	Pág.
1. Introdução.....	09
2. Sigmund Freud: em busca dos primórdios do trauma	16
2.1 Da sedução traumática em direção à realidade psíquica.....	17
2.2 Da realidade traumática à pulsão de morte.....	26
2.3 Trauma entre o desamparo e a dor.....	41
2.4 A saída melancólica e a cisão egóica.....	52
3. Sándor Ferenczi: o traumático como introjeção impossível.....	61
3.1 A introjeção e a construção do objeto psíquico.....	64
3.2 A traumatogênese: o trauma da autotomia e a comoção psíquica...	72
3.3 O trauma do desmentido e o papel do objeto	81
4. Nicolas Abraham e Maria Torok: as ressonâncias traumáticas.....	89
4.1 Introjeção: a simbolização do traumático.....	91
4.2 A Criptoforia e as ressonâncias do traumático no psiquismo.....	102
4.3 O Fantasma e o traumatismo transgeracional.....	111
5. Trauma: o avesso da memória.....	117
5.1. Memória sem lembranças: as impressões traumáticas	120
5.2 A não-representação: uma positividade.....	134
5.3 Alucinação, convicção e o sentido traumático.....	144
6. Considerações Finais	160
Referências	163

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, podemos observar o surgimento de interrogações à teoria psicanalítica a partir da clínica do trauma. Não pretendemos nos aprofundar nas motivações sociológicas de tais questionamentos, nem exaurir suas possibilidades, mas interessam-nos, justamente, aqueles que retomam as relações entre as noções de trauma e de memória, dois conceitos fundamentais da psicanálise, e que remetem, ambos, tanto à constituição bem como aos limites do psiquismo. São os sintomas do trauma, ou melhor, suas marcas, que se apresentam na cena analítica, deixando-nos vislumbrar as ressonâncias do pavor no psiquismo, que instigam, incessantemente, um trabalho de inteligibilidade acerca dos efeitos do trauma na função psíquica da memória. Trabalho esse que nos retira do campo da paralisia, do silêncio e da negatividade irradiado pelo trauma.

A presente pesquisa a ser apresentada parte de uma interrogação clínica que teve início a partir da experiência¹ de atendimento de pessoas que vivenciaram a perda de um familiar de forma violenta ou foram expostos diretamente à violência urbana - como vítimas ou testemunhas presenciais. Remetendo a uma nova-antiga questão formulada por Sigmund Freud em 1920 e que levou à conjectura de um mais além do princípio do prazer, a partir da constatação de uma repetição quase-alucinatória da dor vivida em contraponto ao princípio do prazer e sua lógica representacional. Tal repetição indica uma impressão que não precisa ser lembrada, pois nunca foi esquecida e se apresenta intensa e incessantemente na cena do atendimento. Uma dor que se dá de forma quase-alucinatória, chegando, às vezes, a assumir o formato de uma crise epilética, de doenças psicossomáticas, sempre envolvendo manifestações corporais. Tais fenômenos de repetição,

¹ Como psicóloga no CRAVI (Centro de Referência e Apoio a Vítimas do Estado de São Paulo) e no PROVITA/SP (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Estado de São Paulo).

como Freud observou, não respondem mais ao modelo do retorno do recaiado, mas ao da apresentação de impressões sensíveis que não puderam ser elaboradas psiquicamente.

Como pensar seu registro? Quais são as ressonâncias do trauma na função psíquica da memória? Como sabemos, são antigos os questionamentos acerca das relações entre trauma e memória. Desde os primórdios da psicanálise, Freud considerou a memória como a própria essência do psiquismo. O trauma, por sua vez, foi compreendido como causa última de qualquer psicose. Acrescentou, ainda, que uma lembrança considerada como interiorização do fator externo agiria traumáticamente no psiquismo por falta de reação motriz ou trabalho associativo. O traumático, desde então, responderia por uma falha no funcionamento psíquico. No entanto, em sua primeira tópica, apesar de Freud se utilizar das noções de impressão traumática e de dissociação psíquica, sua compreensão do trauma levou-o a desenvolver a noção de recalque como defesa psíquica para lidar com tais intensidades já interiorizadas, ou seja, representadas. A rememoração de lembranças recalçadas no inconsciente passou, então, a ser o objetivo clínico da psicanálise. O traumático coincidia, nesse momento teórico, com representações sexuais recalçadas.

Os quadros traumáticos, em tempos de guerra, trouxeram novas questões a partir de sua sintomatologia repetitiva, passando a interrogar justamente os limites do campo da representação, demandando de Freud, portanto, uma revisão de sua metapsicologia, bem como de sua tópica. Freud, em 1920, aproximou tais fenômenos repetitivos da própria maneira da pulsão funcionar, cuja demanda é de um constante trabalho de ligação ao aparelho psíquico como primeira medida de contenção para que o princípio do prazer possa começar a atuar. Em 1920, o trauma deixa de se configurar como representação sexual recalçada, como deixa também de obedecer a uma relação de causa e efeito com a realidade, podendo ocorrer a partir de fontes pulsionais. Freud,

nesse momento, acentua a dimensão econômica do trauma ao aproximá-lo da dinâmica das pulsões e da angústia automática, bem como da transformação da dor física em dor psíquica. Lembremos que, a partir de 1923, Freud localizou o domínio psíquico desse momento primário, em que prevalece a necessidade de ligação, como o de um id em processo de diferenciação. Em sua segunda tópica, a partir da concepção de um id para aquele do inconsciente recalcado, não podemos distinguir o que seria o id e o que seria o corpo. Sandor Ferenczi localizou os vestígios do traumático, justamente, em uma espécie de memória corporal, o sistema mnésico do ego, sistema limite entre o somático e o psíquico. Em uma região psíquica, portanto, para além dos processos psíquicos decorrentes do mecanismo do recalque. O traumático, desta forma, passa a remeter ao funcionamento, ou melhor, às falhas de funcionamento nas fronteiras entre corpo e psique, entre percepção e representação. A neurose traumática apresenta-se, assim, como tentativa de ligação em curso de um acontecimento e o traumatismo diz respeito à sua impossibilidade, cujos efeitos só se fazem presentes a partir da negatividade instaurada.

Acompanharemos, no item 2 desta dissertação, o percurso que a noção de trauma realizou no pensamento freudiano, privilegiando seus desdobramentos a partir da mudança teórica caracterizada pela segunda tópica. Considerados como conceitos que remetem aos fundamentos do campo psicanalítico, o trauma, a memória e as suas relações apontam para o movimento de construção da própria teoria psicanalítica, para sua constituição e seus limites. Partindo desta concepção, o objetivo desta dissertação é retomar as formulações e os desdobramentos que estes conceitos apresentaram, tanto na obra de Freud como na de outros psicanalistas. Particularmente, nos interessam os questionamentos e as diferenciações propostas pelo pensamento de Sandor Ferenczi acerca do traumático, bem como sua continuidade e ampliação presentes na obra seus discípulos e conterrâneos Nicolas Abraham e Maria Torok.

Sandor Ferenczi (1873-1933) toma como ponto de partida para a sua teorização acerca do traumático as primeiras elaborações freudianas, mas realiza uma importante diferenciação que confere maior densidade clínica às concepções anteriores, ao ressaltar a importância do papel do meio ambiente como mediador psíquico. Enfatiza, dessa forma, a dimensão social do trauma, ao implicar o meio ambiente, a família e a cultura em seus desdobramentos desestruturantes. Ferenczi, ao considerar as primeiras experiências do sujeito no mundo exterior como constituintes do psiquismo, formula seu conceito de introjeção. Para ele, é por meio da introjeção que o psiquismo pode se assenhorar do sentido fornecido por um outro. No entanto, essa relação pode comportar um aspecto desestruturante, resultado de uma falha objetual que, para o autor, se dá em dois tempos. Em um primeiro momento, Ferenczi localiza o fator traumático no impacto violento do encontro entre a criança e um adulto, que é da ordem de uma confusão de línguas. Se o adulto não pode se adaptar às necessidades do bebê e lhe responde com a linguagem da paixão própria da sexualidade genital, gera um excesso que demanda significação. Frente à impossibilidade do meio conferir sentido à vivência, o acontecimento não pode ser introjetado, inviabilizando sua inscrição psíquica. O psiquismo se defende por meio da clivagem. Caso não seja possível acessar tal defesa, só lhe resta a autodestruição frente ao choque produzido. Ferenczi relata, nesses casos, que o sujeito experimenta apenas uma sensação sem objeto, pois a comoção psíquica envolve uma interrupção da percepção e a destruição da consciência. Novamente, é possível perceber que o traumático refere-se à impossibilidade de criação de sentido para um acontecimento. O pensamento de Ferenczi será aprofundado no item 3.

A obra do casal Nicolas Abraham (1919-1975) e Maria Torok (1925-1998) constitui uma continuidade e ampliação do pensamento de Ferenczi acerca das ressonâncias do traumático no psiquismo. Suas elaborações teóricas também se

encontram fundadas sobre as relações entre as noções de trauma e de introjeção. Tais eixos se articulam a partir de sua experiência clínica para explicar a emergência de duas novas figuras metapsicológicas. A cripta e o fantasma constituem configurações psicopatológicas decorrentes do trauma, como veremos adiante no item 4, cuja natureza para os autores é desencadeada por uma “introjeção impossível”, o que implica um fracasso do processo de simbolização. Os autores focaram sua atenção justamente no que se constitui como entrave ao processo de introjeção no seio da relação objetal. Para Abraham e Torok o psiquismo é regido por dois princípios: o do alargamento de si, que envolve o processo de introjeção e o de retraimento de si, que indica processos patológicos. Seus estudos conduziram à questão da continuidade e transmissão da vida psíquica, campo no qual puderam contribuir com idéias originais. A nova categoria do fantasma ilustra a impossibilidade de transmissão de uma vivência que se tornou um segredo encriptado (clivado) no psiquismo dos pais, impedindo a produção da figurabilidade e da diferenciação psíquica. Desta forma, os autores indicam a ordem do negativo em termos de transmissão psíquica: a falta de um sentido, um hiato na memória.

No item 5 abordaremos e procuraremos nos aprofundar nos destinos do trauma no psiquismo e sua relação com a memória a partir das contribuições trazidas pelos autores escolhidos, bem como das discussões realizadas por alguns psicanalistas contemporâneos que comentam suas obras. Em consonância com Maia (2002) compreendemos que o trauma pode alcançar um destino estruturante ou aniquilador do psiquismo, que dependerá de uma espécie de série complementar que implica, de um lado, as possibilidades subjetivas de quem vivenciou o acontecimento; e de outro, a sustentação do meio. A neurose traumática pode ser entendida como tentativa de ligação em curso de uma impressão sensível que não pode ser representada. O traumatismo, no entanto, refere-se à ausência de inteligibilidade sensível e representacional em relação

ao vivido, gerando uma lacuna psíquica ou uma não-representação, conforme a leitura de César Botella e Sara Botella (2002).

A imagem paradoxal do trauma, enquanto avesso da memória pretende oferecer uma figurabilidade tanto às impressões que precisam ser associadas a uma imagem para ganhar sentido e qualidade psíquica, como aos efeitos negativos do trauma no psiquismo. No modelo da neurose traumática, a repetição busca revelar, por meio da ligação com uma imagem nos sonhos traumáticos ou em estado quase-alucinatório, impressões que permaneceram desligadas. No registro da negatividade, ou da não-representação, a imagem suscita a idéia de uma transformação de estado de ausência para que possa surgir alguma trama de sentido.

Quando Ferenczi ressalta a implicação do objeto nos desdobramentos da experiência traumática, indica a possibilidade de trabalho do analista em um momento *a posteriori* (*nachträglich*). Freud, compreendendo os limites do campo representacional, propôs, em 1938, a construção como técnica para lidar com os efeitos de um vivido que deixou apenas escombros psíquicos. No entanto, uma construção se equivale, somente, a uma rememoração a partir de um efeito de convicção, que, para Ferenczi, só pode ser alcançado se o analista puder (re)construir uma relação de confiança perdida.

Neste contexto, apesar de a presente pesquisa ter como disparador questões da clínica da violência, seu cunho é estritamente teórico-conceitual. É a partir do contato com o texto dos autores acima citados e de seus comentadores que um possível trabalho hermenêutico pôde ser delineado no que se refere ao tema desta dissertação: as ressonâncias do traumático na função psíquica da memória. Como o próprio título sugere, o que pretendemos sustentar é que o traumático para o psiquismo subverte o registro da memória. A leitura dos textos buscou fazer emergir convergências e divergências dentre as diferentes concepções da traumatogênese e de seu impacto no aparelho psíquico,

particularmente no campo da memória. Finalmente, a pesquisa pretendeu, em última instância, constituir-se como reserva psíquica, em um “esforço de abertura de trilhas de comunicação entre as sensibilidades clínicas dispersas no diverso das orientações teóricas tradicionais” (SOUZA, in prefácio PONS, 2003, p. 10). Em consonância com Figueiredo (2000, p. 10) compreendemos que as técnicas, as experiências de cura analítica, a pesquisa e a construção teórica se entrelaçam dialeticamente, mantendo sempre em aberto as definições, tanto dos procedimentos como das próprias metas da análise. Figueiredo ainda considera, baseado no pensamento de Pierre Fédida, que os casos difíceis são justamente aqueles que colocam à prova as reservas psíquicas e corporais do analista, exigindo atenção constante, prontidão de resposta, sustentação verbal e mesmo física, chamando-nos para um “aqui e agora” desesperado. A teoria na clínica apresenta como função fundamental nutrir e proteger as reservas psíquicas necessárias à sustentação da *posição do analista* (FIGUEIREDO, 2000, p. 33-35). A proposta do traumático como avesso da memória surge enquanto figurabilidade possível aos destinos do traumático no psiquismo, oferecendo subsídio para pensar o fazer analítico na clínica da violência, que aponta para os limites do modelo representacional e da técnica da associação livre.

2. SIGMUND FREUD: EM BUSCA DOS PRIMÓRDIOS DO TRAUMA

A noção de trauma remete aos fundamentos da teoria psicanalítica. Nos primórdios da psicanálise, o trauma aparece como primeira hipótese etiológica das psiconeuroses, compreensão que teve seu desenvolvimento durante os anos de 1892 a 1897. Assim como a questão traumática, a problemática da memória também inaugura o campo psicanalítico. Como o psiquismo se constitui, como os acontecimentos são registrados e quais são seus efeitos na dinâmica psíquica, são questões que Sigmund Freud (1856-1939) buscou responder a partir dos sintomas histéricos. Desde seu *Projeto para uma psicologia científica*, texto de 1895, Freud relacionou a memória à repetição e ao incremento energético. Este último também foi associado desde o princípio ao que poderia ser considerado traumático para o aparelho psíquico. Neste item inicial dedicado à temática do trauma na obra freudiana, interessa-nos resgatar o legado do primeiro período teórico no que tange à temática do trauma, bem como aprofundar o estudo sobre as reformulações apresentadas a partir de 1920.

Após esse momento teórico em que o trauma, enquanto acontecimento real, ocupou o papel principal da cena psicanalítica, o conceito foi recolhido aos bastidores frente à descoberta da realidade psíquica. No entanto, não se pode afirmar que ocorre uma renúncia completa. Veremos que é a idéia de sedução traumática enquanto evento real que é abandonada. Após 1920, Freud, no entanto, recoloca a experiência do trauma no centro e na base do processo de constituição do psiquismo (FIGUEIREDO, 2003a, p. 18), ao associar o traumático ao pulsional. As ressonâncias psíquicas de experiências extremamente intensas conduzem à reprodução paroxística de uma cena. Tal repetição, que não responde à ordem de um retorno do recalcado, mas à da apresentação de marcas que não puderam ser ligadas psiquicamente, aponta para um aquém e um além da representação

e da memória. Neste sentido, tanto o traumático como o pulsional demandam um trabalho de ligação que é condição de instauração do princípio do prazer. Pretendemos, no entanto, manter o enfoque deste item na dimensão do traumático no aparelho psíquico, bem como em algumas de suas conseqüências psicopatológicas, apenas indicando as suas implicações na função da memória, deixando a discussão em si para o item 5.

2.1 Da sedução traumática em direção à realidade psíquica

No presente item não pretendemos aprofundar as discussões a respeito deste primeiro período teórico de Freud - que envolve a teoria da sedução traumática até seu relativo abandono frente à teorização da realidade psíquica - mas buscar os indícios que constituirão o argumento da dissertação, presentes desde os primórdios de sua teorização. Esses indícios, como veremos, referem-se às características do traumático como ruptura psíquica por grandes quantidades de excitação e a impossibilidade de representação de tal incremento energético, que ocasiona uma dissociação no psiquismo.

A teoria da etiologia traumática da histeria aparece pela primeira vez em um texto de 1888, denominado *Histeria*. No texto, Freud afirma o trauma como causa incidental da neurose em dois sentidos: um trauma físico intenso, acompanhado de medo e perda momentânea da consciência associa-se a uma disposição histérica prévia para desencadear a doença e torna a parte do corpo afetada, sede da histeria local. Já nesses primórdios, é possível detectar os desenvolvimentos ulteriores de Freud, presentes em *Estudos sobre a Histeria* (1893) e em *Neuropsicoses de Defesa* (1896): o trauma como evento real intenso e a perda de consciência. Em *Alguns pontos para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e históricas*, texto de 1893, Freud

acrescenta que se o ego não consegue se liberar do valor afetivo da impressão psíquica de uma experiência através de uma reação motriz ou mediante uma tarefa psíquica associativa, “a lembrança da impressão passa a ter a importância de um trauma e se torna a causa de sintomas histéricos permanentes” (FREUD, 1893, p. 238).

Em seu *Esboço para a Comunicação Preliminar*, Freud (1892, p. 216) afirma que as impressões traumáticas não conseguem encontrar uma descarga adequada

[...] seja porque o paciente se recusa a enfrentá-las, por temor de conflitos mentais angustiantes, seja porque (tal como ocorre no caso de impressões sexuais) o paciente se sente proibido de agir, por timidez ou condição social, ou, finalmente, porque recebeu essas impressões num estado em que seu sistema nervoso se encontrava incapaz de executar a tarefa de eliminá-las.

O trauma, desta forma, deixaria de ser consequência imediata do evento para tornar-se o efeito no aparelho psíquico da interiorização do fator externo por meio dessas impressões carregadas de valor afetivo. Freud, porém, percebe que essas lembranças se encontram ausentes da memória acessível do paciente e que, sob hipnose, elas conseguem ser despertadas com a clareza de alucinações. Tal fato o leva a pensar que recordações dessa ordem, cujo conteúdo não se encontra em conexão associativa com a consciência, relacionam-se a fatos ocorridos em estados particulares, dentre eles os estados oníróides, de auto-hipnose ou de cataplexia frente ao medo. Acreditando se tratar de uma característica histérica a dissociação temporária do conteúdo da consciência, tanto por causas internas como externas, Freud (1892, p. 211) afirma que, nestes casos,

[...] qualquer afeto pode dar origem a uma divisão (*splitting*) deste tipo; e uma impressão recebida durante a vigência do afeto se tornaria, assim, um trauma, mesmo que não fosse suficiente, em si, para agir como um trauma. Ademais, a impressão mesma poderia produzir o afeto. Na sua forma completamente desenvolvida, esses estados *hipnóides*, entre os quais pode haver conexões associativas, formam a *condition seconde*, tão conhecida nos casos clínicos.

O essencial aqui parece ser a compreensão da existência de um conteúdo desconectado que se encontra impossibilitado de ser liberado por meio de associações. A teorização de uma *condition seconde*, um segundo estado de consciência pode ser considerado como fundamento da noção freudiana de inconsciente. No mesmo texto, Freud também indica tanto os primórdios da noção da compulsão à repetição traumática bem como do retorno do recalcado. Ele afirma que o elemento constante no ataque histérico é o retorno da lembrança do evento que causou a irrupção psíquica, e que, nos casos de histeria traumática, o conteúdo consiste na reprodução alucinatória do evento que pôs em perigo a vida das pessoas. Desta forma, chega a uma definição de trauma psíquico: “*transforma-se em trauma psíquico toda a impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora*” (FREUD, 1982, p. 216).

Em seu texto *Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar* (1893), Freud atenta para o fato de que não é qualquer impressão que pode se tornar um trauma psíquico, apenas aquelas particularmente graves, que envolvam a idéia de um perigo mortal, de uma ameaça de vida. O afeto suscitado é o do terror. Ressalta, no entanto, que a impressão não deve ser grave no sentido de vir a eliminar a atividade psíquica. É possível compreender aqui que a intensidade da experiência, passível de desencadear uma psicose não envolve a eliminação da atividade psíquica; portanto, o traumático na histeria pressupõe ainda atividade psíquica.

Freud compreende, desde o princípio, que o aparelho psíquico tem como função primordial a necessidade de defesa em relação aos excessos energéticos, tanto de origem externa como interna, para evitar o desprazer. Frente à impossibilidade de escoamento do excesso energético traumático, o afeto permanece em um ‘estado de estrangulamento’ ligado ao grupo de representações da experiência que sofrem uma

dissociação. Desde já, encontra-se presente na compreensão dos efeitos traumáticos no psiquismo o mecanismo defensivo dissociativo e o afeto não descarregado. A impressão do evento traumático, portanto, sofre um isolamento, tornando-se um “corpo estranho”. Os histéricos sofrem, neste sentido, de reminiscências, pois a lembrança do trauma psíquico não se encontra no campo da recordação normal da pessoa. Freud afirma que *“pode-se, portanto, dizer que as idéias que se tornaram patológicas persistiram com tanto vigor emocional porque lhes foram negados os processos de desgaste normais por meio da ab-reação e reprodução em estados de associação não inibida”* (FREUD, 1893, p. 52). O método proposto teria efeito curativo ao permitir que o afeto estrangulado encontre saída por meio da fala ao submeter a idéia à correção associativa, ao introduzi-la na consciência, sob hipnose leve, ou ao eliminá-la por sugestão, como se faz, segundo Freud, no sonambulismo acompanhado de amnésia.

Apesar de Freud, em seus *Estudos sobre a Histeria* (1893), aplicar o modelo da histeria traumática para todos os fenômenos histéricos, e depois estendê-lo, após certo desenvolvimento como acompanharemos em *As neuropsicoses de defesa* (1894), como evento etiológico de todas as psiconeuroses, ele sugere algumas distinções significativas. Segundo ele, “a única diferença está em que na primeira um trauma principal foi operativo, enquanto na última raramente há um *único* evento principal a ser assinalado, operando antes uma série de impressões afetivas – toda uma história de sofrimentos” (FREUD, 1893, p. 43). Ele ainda acrescenta (1893, p. 46):

Nossas pesquisas revelam, para muitos, se não para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeantes que somente podem ser descritas como traumas psíquicos. Qualquer experiência que possa evocar emoções aflitivas – tais como as de susto, ansiedade, vergonha ou dor física – pode atuar como um trauma dessa natureza; depende da susceptibilidade da pessoa afetada. No caso da histeria comum não é rara a ocorrência, em vez de um trauma principal isolado, vários traumas parciais, que formam um grupo de *causas* desencadeantes. Estas causas somente puderam exercer um efeito traumático somando-se suas influências.

Em *Psicoterapia da histeria*, Freud considera o caráter concatenado e associativo dos traumas parciais como uma ‘organização patogênica’ que se funde ao eu normal. Esta concepção relacionada à histeria comum aponta para a concepção do traumático como um ‘infiltrado’, uma organização que indica a futura idéia de cadeias associativas inconscientes, distanciando-se da noção de trauma como corpo estranho.

A partir do texto *Neuropsicoses de defesa*, de 1894, a noção de conflito interno começou a ganhar espaço na teoria da etiologia histérica. Em *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), a importância do papel desempenhado pela sexualidade começa a surgir. É neste texto que Freud reafirma o caráter sexual dos traumas psíquicos, bem como sua precocidade. Trata-se de uma experiência sexual vivida passivamente numa época pré-sexual, uma vez que aqui a sexualidade é ainda concebida do ponto de vista da pós-puberdade. O trauma sexual infantil depende, então, da articulação de duas cenas: uma que produza uma sensação de irritação nos genitais, vivida de forma passiva, mas não traumática em si, e de outra, vivida em um segundo momento, na puberdade, que re-signifique a primeira como sexual. Segundo Freud, em *A etiologia da histeria* (1896): “Não são os acontecimentos que agem traumáticamente, mas sua lembrança, que emerge quando o sujeito chega à maturidade sexual”. Lejarraga (1996), retomando a descrição de Freud do caso Emma em seu texto *Projeto de uma psicologia científica* (1895) como uma ilustração do efeito retardado da lembrança traumática e da necessidade de duas cenas para o sujeito se constituir, destaca que a lembrança produz uma vivência de “afeto primário póstumo”, afeto que a vivência do passado não havia despertado, constituindo um trauma psíquico num segundo tempo. Desta intensidade, que tem sua origem interna, na recordação da cena infantil, o sujeito só pode se defender através da censura e do recalque.

Segundo Freud (1894, p. 60-61) em *As Neuropsicoses de defesa*:

A tarefa que o ego se coloca, em sua atitude defensiva, de tratar a representação incompatível simplesmente como ‘*non-arrivé*’, não pode ser cumprida. Tanto os traços de memória como o afeto referente à idéia lá estão de uma vez por todas e não podem ser erradicados. Mas é possível chegar a um comprimento aproximado da tarefa, se o ego logra tornar fraca essa poderosa idéia, privando-a do afeto – a soma de excitação – do qual está carregada. A idéia fraca não terá então virtualmente nenhuma exigência a fazer quanto ao trabalho de associação. *Mas a soma de excitação que tenha sido retirada dela tem que ser utilizada de outra forma.*

Os destinos desta soma de excitação dependem da escolha da neurose, seja ela, uma fobia, uma histeria ou uma obsessão. O que nos interessa aqui consiste no fato de que o traço de memória da idéia reprimida não é, afinal, dissolvido ou abolido, passando a formar o núcleo de um segundo grupo psíquico, o inconsciente. Freud descreve, assim, o trabalho do ego frente a uma experiência traumática, um ego organizado que lida através da repressão retroativa de idéias intensas. A defesa psíquica da repressão, portanto, aponta para uma dissociação entre instâncias psíquicas. Desta forma, as idéias de trauma sexual, de repressão e de inconsciente estão articuladas.

O fato de o traumático, neste momento teórico encontrar-se organizado em cenas que produzem seu efeito no *a posteriori*² (*Nachträglich*), aponta para uma idéia de tramas complexas de lembranças. Para ilustrar esta idéia, vale retomar uma citação de Freud, em *A etiologia da histeria* (1896): “A cadeia de associações tem sempre mais que dois elos; e as cenas traumáticas não formam uma simples enfiada, como um colar de pérolas, mas ramificam-se e interligam-se como árvores genealógicas” (FREUD, 1896, p. 223). O conflito

² A noção do *a posteriori* na obra de Freud, refere-se, segundo o *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis a uma idéia de ‘efeito retardado’ que indica a distância temporal entre o vivido e seu efeito psíquico. O sentido e a eficácia psíquica são conferidos posteriormente à impressão do acontecimento. Desde uma carta a Fliess datada de 6/12/1896, Freud postula que o material presente sob a forma de traços mnésicos sofre de tempos em tempos uma reorganização, uma reinscrição. Buscando maior definição, os autores afirmam que não é o vivido que é remodelado *a posteriori*, mas sim o que não pode integrar-se plenamente num contexto significativo. Esta noção será novamente abordada no item dedicado à temática da memória.

psíquico surge, então, quando uma representação entra em associação com a lembrança de uma cena sexual infantil, o que a torna inconciliável, demandando uma defesa do eu. Nesse texto, Freud afirma, de maneira categórica, que qualquer que seja o caso, assim como o sintoma, remete-nos sempre para o campo da experiência sexual prematura. Percebemos aqui uma mudança teórica. Se, nos primórdios da psicanálise, Freud considerava como característica do traumático uma lembrança excluída da elaboração associativa, vemos desenvolver-se uma compreensão do material psíquico patogênico como uma organização que continua a manter relações com o psiquismo. Além disso, Freud rompe definitivamente com a concepção de Breuer da presença de estado hipnóide e afirma que uma cena só se torna traumática se satisfaz duas condições: “se possui a suficiente *adequabilidade para servir como determinante* e se reconhecidamente possui a necessária *força traumática*” (FREUD, 1896, p. 220). E acrescenta: “Na etiologia das neuroses as precondições quantitativas importam tanto quanto as qualitativas: há valores-limites que devem ser ultrapassados para que a doença se manifeste” (FREUD, 1896, p. 237). O que está em jogo, portanto, na concepção freudiana de trauma é a expressão e as ressonâncias do aspecto quantitativo no psiquismo³.

Estamos diante do traumático como ressignificação de eventos que, em uma época precoce, foram vividos intensamente. Esta nova forma de pensar a etiologia da neurose a partir de uma idéia de posterioridade implicou uma mudança na técnica psicanalítica. De um afeto que se encontrava estrangulado e deveria ser ab-reagido por

³ Nestes textos de 1892-1897, Freud começa a realizar uma distinção que se tornará mais clara a partir da *Interpretação dos sonhos* (1900) entre o fator quantitativo indeterminado, não associado a uma qualidade e um fator quantitativo que comporta uma qualidade, um afeto, no qual a quantidade pode se expressar. Em sua *Metapsicologia* de 1915 Freud distingue a energia pulsional como o fator quantitativo indeterminado de afeto, que comporta uma qualidade. Desde seu *Projeto* (1895), o trauma foi considerado uma irrupção de elevadas quantidades de excitação (Q) em ψ , que eram percebidas como desprazer pela consciência. Os afetos, neste texto, constituíam os resíduos das experiências dolorosas, que reproduziriam a sensação de desprazer e não a vivência da dor, ou seja, já se tratavam de uma qualidade.

meio do método catártico para que a lembrança pudesse ser recuperada a uma ênfase no processo associativo como via de acesso ao traumático, já que não se trata de encontrar uma única representação patógena dissociada, mas sim uma organização de traumas parciais articulados. Esta concepção aponta para uma noção de cadeia associativa inconsciente. O enlace da representação à lembrança de uma cena sexual se torna inconciliável para a consciência, demandando do sujeito uma defesa, a repressão, que vise manter afastada tal representação.

Freud, entretanto, ainda concebia essas experiências sexuais prematuras como reais estimulações dos genitais, atos semelhantes ao coito, fruto da sedução de um adulto ou de outra criança, ocorrida antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual. Em sua famosa carta 69 a Fliess, datada de 21 de setembro de 1897, Freud reconhece a impossibilidade de distinção entre verdade e ficção investida de afeto no inconsciente, e deixa de acreditar na etiologia traumática da histeria. A inexistência de signo de realidade no inconsciente surge contemporaneamente à noção de fantasia inconsciente. Já em sua carta 61 conhecida como rascunho L, datada de 2 de maio de 1897, Freud reconhecia que a histeria se estruturava em cenas, algumas que podiam ser reconstituídas diretamente, porém, outras deveriam ser examinadas a partir de certas imaginações protetoras construídas. As fantasias consistiam, segundo Freud (1897, p. 335) em

Fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho a essas lembranças. As fantasias servem, ao mesmo tempo, à tendência de refinar as lembranças, de sublimá-las. São feitas de coisas que são *ouvidas* e são usadas *subseqüentemente* ; assim elas combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu.

Enquanto fachadas psíquicas, a construção de uma fantasia - que Freud afirmava sempre se remeter, em última instância, a um conteúdo verídico, a algo ouvido, porém somente compreendido posteriormente - pode ser compreendida como um primeiro

trabalho de ligação psíquica, protetor em relação às intensidades relacionadas à vivência real. Freud nos revela que as fantasias ligam entre si, por meio de conexões lógicas entre sensações, por um vínculo imaginário, todas as imagens descosidas, preenchendo as brechas demasiadamente grandes que havia entre elas (FREUD, 1900, p. 533).

Não nos interessa esmiuçar a noção de fantasia na obra de Freud, trabalho que por si só comportaria o tema de uma tese. O que nos interessa pontuar é reconhecer que a renúncia à realidade da sedução traumática cede lugar a um interesse pelo fator interno: a sexualidade infantil de desenvolvimento endógeno e a disposição hereditária na origem das fantasias. Lejarraga (1996) atenta para o fato de que a teoria da sedução e a teoria do trauma praticamente coincidem num primeiro momento teórico. No entanto, segundo a comentadora, existem, desde o início, diferenças entre elas. A teoria da sedução faz alusão à sexualidade que provém do outro, ao adulto erogenizando a criança, enquanto a teoria do trauma se refere ao campo dos excessos que não puderam ser descarregados. Ambas as teorias seguem posteriormente caminhos distintos. Os cuidados maternos como fonte de excitação sexual da criança retornam desvinculados da teoria traumática nos *Três ensaios sobre a sexualidade infantil*, enquanto a teoria do trauma é retomada a partir de 1920, associada aos excessos não assimilados pelo psiquismo e à noção de angústia originária.⁴

Após certo período de tempo considerado de desconcerto no campo psicanalítico, em que ocorre uma espécie de perda de apoio na realidade, Freud, em 1900, em sua *Interpretação dos sonhos*, postula finalmente a noção de realidade psíquica como expressão última e mais verdadeira dos desejos inconscientes. Apesar de não se confundir com um real externo a ela, o abandono da idéia de um acontecimento sexual real

⁴ Ferenczi realizará uma nova articulação entre a teoria da sedução e a teoria traumática em seu texto *Confusão de Línguas entre o adulto e a criança* (1933), como será apresentado no item 3.

não significa a abolição da realidade material, mas sim um reposicionamento em relação à gênese da neurose na realidade dos desejos e das fantasias inconscientes. Introduce-se uma subjetividade entre o real e o vivido. Desta forma, retira-se o psiquismo do esquema de um arco reflexo mecânico, e a compreensão de aparelho o psíquico se torna mais complexa.

É fato que o ponto de vista econômico constitui o fio condutor da teoria do trauma na obra freudiana. Como vimos desde o princípio, Freud definiu o trauma em termos quantitativos, como um excesso de excitação que não pode ser assimilado pela função associativa, implicando-o na idéia de afetos não descarregados que, quando associados a uma lembrança, produzem efeitos patógenos. Portanto, serão o excesso de excitação não assimilável e o mecanismo de dissociação as duas pistas que, apresentadas nas primeiras formulações freudianas acerca da noção de trauma, serão exploradas com particular interesse nesta dissertação. A concepção econômica será retomada em 1920 e ganhará ênfase na psicanálise freudiana à medida que o fator quantitativo passa a ser ressignificado pela nova teoria pulsional, bem como pela segunda teoria da angústia.

2.2 Da realidade traumática à pulsão de morte

O traumático dissociado da teoria da sedução volta a questionar a psicanálise a partir do quadro sintomático apresentado por sobreviventes da Primeira Guerra Mundial. Tais manifestações não correspondiam ao modelo da histeria de defesa, mas se assemelhavam ao entendimento freudiano da histeria traumática. Para o autor, em seus *Estudos sobre a Histeria* (1893): “Na histeria traumática, está fora de dúvida que é o acidente que provocou a síndrome (...) e em cada um de seus ataques vive de novo por alucinação aquele mesmo processo que provocou o primeiro”. Uchitel (2004) afirma

que são justamente a qualidade e a etiologia desses sintomas que interrogam uma compreensão da clínica do trauma a partir do paradigma da neurose, em que a representação sexual se configura como fundamento do evento traumático e motivo de defesa. Os efeitos do trauma passam a evidenciar manifestações repetidas sempre acompanhadas de sofrimento, que não respondem ao princípio de prazer, considerado até este momento teórico como tendência organizadora do psiquismo, obrigando Freud a retomar as hipóteses econômicas afirmadas em seu *Projeto para uma psicologia científica* (1895) e a forjar um novo dualismo pulsional.

Em *Introdução a A Psicanálise e as Neuroses de Guerra*, texto escrito em 1919, logo após o término da guerra, Freud faz uma analogia entre as neuroses traumáticas e as neuroses de guerra. As últimas foram compreendidas como decorrentes de um conflito entre dois egos, o velho ego pacífico que se protege de um perigo mortal ao fugir para a neurose traumática e o novo ego bélico, que é considerado pelo antigo ego como ameaça à vida. Freud (1919, p. 262-263) afirma:

Nas neuroses traumáticas e de guerra, o ego humano defende-se de um perigo que o ameaça de fora ou que está incorporado a uma forma assumida pelo próprio ego. Nas neuroses de transferência, em época de paz, o inimigo do qual o ego se defende é, na verdade, a libido, cujas exigências lhe parecem ameaçadoras. Em ambos os casos, o ego tem medo de ser prejudicado – no segundo caso, pela libido, e no primeiro, pela violência externa.

De fato, Freud irá em *Além do Princípio do Prazer*, texto que marca em 1920 a mudança teórica que origina a segunda tópica freudiana, aproximar o traumático do pulsional e retomar como premissa dos processos psíquicos, o aspecto econômico. Freud afirma que as excitações oriundas do interior do organismo, cuja transmissão se dá de forma direta para o campo da percepção, podem adquirir uma magnitude econômica comparável somente às encontradas nas neuroses traumáticas. Em *Inibição, Sintoma e Angústia* Freud (1926, p. 193) esclarece esta aproximação e conclui que uma exigência pulsional só se torna um perigo (interno) porque sua satisfação provocaria um perigo externo, ou seja, porque o perigo interno representa um perigo externo. Assim,

tomaremos como objeto de estudo especificamente essas experiências muito intensas, que Freud nomeia como violência externa para tentar compreender como o excesso de estímulos age no psiquismo, e particularmente qual a forma de registro possível frente a tais experiências tão intensas.

Em *Além do Princípio de Prazer*, Freud (1920/2006, p. 154) compreende como traumáticas,

[...] as excitações externas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor. Acredito que não podemos compreender o conceito de trauma sem vinculá-lo a uma ruptura na camada protetora contra estímulos, a qual sabemos sob circunstâncias normais operar de modo eficaz. Não há dúvida de que um acontecimento como o trauma provoca uma grave perturbação na economia energética do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio de prazer é, logo de início, colocado fora de ação.

Freud logo problematiza esta afirmação considerando-a como um retorno à velha e ingênua teoria do choque. Acrescenta que a real importância etiológica de uma neurose traumática não se deveria à ação de uma força mecânica violenta, mas sim ao susto (Schreck) suscitado e à ameaça à vida conseqüente. Assim, pode-se questionar qual seria a qualidade do escudo de proteção (Reizschutz) de que nos fala. Em *Além do Princípio de Prazer*, Freud propõe o modelo da vesícula viva para apresentar sua teoria do traumatismo. Como as excitações exteriores são bem mais intensas que a interiores, para o organismo subsistir, a camada exterior sofre uma espécie de abrasamento pelos estímulos, perdendo desta forma sua qualidade viva, tornando-se um escudo protetor. Figueiredo (2003a, p. 19) sugere que, para lidar com a ruptura desta crosta de proteção, devem se formar reservas de energia quiescente.

Serão estas reservas que acudirão em socorro das partes injuriadas se a crosta for rompida, e quando essa mobilização for intensa será vivida como dor. Temos aí reconhecida a necessidade de que a substância viva passa por um processo de cisões, na forma de uma diferenciação interna, capaz de produzir áreas relativamente especializadas e separadas umas das outras de forma a enfrentar os riscos do traumatismo, sendo as próprias experiências de trauma e dor as que criam e fortalecem essas regiões relativamente dissociadas umas das outras.

Laplanche (1988, p. 19) considera o modelo da vesícula como ambíguo podendo servir de metáfora tanto para o corpo como para o aparelho psíquico em geral e, mais especificamente, para o aparelho egóico. A compreensão do trauma como ruptura do para-excitações aproxima-o do fenômeno da dor. No entanto, a dor poderia ser compreendida como uma efração em extensão limitada enquanto o trauma corresponderia a uma ruptura em grande extensão. Em relação à contraposição da dor e do trauma nestes termos quantitativos, Laplanche afirma que o que está em jogo é uma transposição de registros. A dor remete ao limite do corpo físico sendo invadido, enquanto o trauma psíquico, como o definiu Freud, diz respeito a uma efração no aparelho egóico.

Apesar de Freud atribuir uma relação inversa entre o traumatismo psíquico e o traumatismo físico, ao afirmar que um traumatismo físico impede ou diminui as possibilidades do trauma psíquico mediante o sobreinvestimento da região do corpo afetada, o que provoca a ligação dos excessos, uma explicação das diferenças quantitativas não alcança as articulações entre as noções de trauma e de dor. Interrogamo-nos se as diferenças tópicas dariam conta dessa articulação, já que a dor, corporal em princípio, seria sentida psiquicamente como desprazer e o trauma, psíquico, ficaria fora do princípio do prazer e, portanto, do espaço psíquico da representação, como um resto ainda não ligado. A relação entre trauma e o além do princípio de prazer será trabalhada mais à frente, a partir da discussão a respeito dos fenômenos compulsivos suscitados pelo trauma. Retomaremos, então, a discussão a respeito da relação entre trauma e dor a partir do fenômeno do luto.

Freud nos diz, portanto, que o que caracteriza o trauma no psiquismo é o susto, “é a ausência de prontidão para o medo [*Angstbereitschaft*]; tal prontidão implicaria a existência de um sobreinvestimento de camadas de energia depositado nos sistemas que receberão antes dos outros os afluxos de estímulos” (FREUD, 1920/2006, p. 155). Este

sobreinvestimento de tais sistemas é considerado, portanto, a ‘última linha de defesa do escudo protetor’. A noção de sobreinvestimento aproxima o escudo pára-excitações da significação proposta em 1925, em seu texto *Notas sobre o ‘Bloco Mágico’*, o que amplia uma compreensão desse escudo. Desvinculando-o de um suporte corporal determinado, Freud atribui a ele um papel funcional: “a proteção contra a excitação é garantida por um investimento e um desinvestimento periódico do sistema percepção-consciência” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1999, p. 333). O conceito de um fracionamento de excitações, garantindo uma ‘inexcitabilidade periódica’, indica um funcionamento temporal que não decorreria mais de um dispositivo puramente espacial. O fator decisivo para o traumatismo do psiquismo, desta forma, remeteria ao fator de surpresa, ou melhor, à falta de preparo realizado pelo sobreinvestimento de cargas de energia no momento do evento traumático. Portanto, o trauma irrompe no psiquismo mas não pode ser registrado, já que a própria possibilidade de ligação psíquica das percepções relaciona-se com este investimento periódico.

Buscando uma melhor compreensão para este estado, Freud (1920/2006, p. 140)

o distingue do medo e do receio conforme se segue:

Susto [Schreck], receio [Furcht], medo [Angst] são usados injustamente como expressões sinônimas; podemos distingui-las de fato em sua relação com o perigo. Medo [Angst] denomina um certo estado, como o de expectativa diante do perigo e preparação para ele, mesmo que ele seja desconhecido; receio [Furcht] requer um objeto determinado do qual se tem medo [Angst]; susto [Schreck], porém, nomeia o estado em que se entra quando se corre perigo sem se estar preparado para ele, e acentua o fator da surpresa. Não acredito que o medo possa provocar uma neurose traumática; no medo [Angst] há algo que protege contra o susto [Schreck] e, portanto, também contra a neurose traumática.

O estado de medo de fato implica um sobreinvestimento do sistema percepção-consciência, um estado de atenção que impede que ocorra uma ruptura ou uma efração de excitações no psiquismo e, portanto, a geração de uma neurose traumática. A função

psíquica da atenção, descrita por Freud em *Projeto para uma psicologia científica* (1895), remonta à gênese do ego. Lembrando que Freud, nesse texto, busca conferir uma materialidade para os eventos psíquicos, ele conceitua a gênese do ego como ligada à alteração causada nos neurônios nucleares pela experiência de satisfação. Esta produz uma associação entre seu núcleo e uma imagem perceptiva, a imagem do desejo com a informação do movimento. Assim, “A educação e o desenvolvimento desse ego primitivo se efetuam no estado repetitivo do desejo, ou seja, nos estados de *expectativa*” (FREUD, 1896, p. 484). Desta forma, a atenção consiste justamente em estabelecer novamente o estado de expectativa, estando voltada constantemente para indicações de qualidade provindas das percepções, mesmo que estas não coincidam com as catexias de desejo. Freud afirma que “a passagem de uma percepção não acompanhada de atenção termina silenciosamente na catexização de algum neurônio vizinho, de cuja sorte nada sabemos” (FREUD, 1896, p. 476). Aqui encontramos uma indicação de como experiências que envolvem uma surpresa recebem um destino psíquico silencioso. Freud fala-nos de uma catexização silenciosa e podemos pensar em uma falta de ligação (*Bändigung*) - conceito que será aprofundado no item destinado às ressonâncias psíquicas do trauma na função psíquica da memória - à cadeia associativa, provocando um isolamento de sua impressão.

A característica da neurose traumática é reconduzir de forma repetida o sujeito à situação de perigo, seja em sua vida onírica, seja em estado alucinatório. Freud alerta que, no estado de vigília, estes sujeitos não se ocupam muito da lembrança de seu acidente. Freud acredita que essa repetição evidencia “a intensidade da impressão causada pela vivência traumática, que sempre volta a impor-se ao doente, até mesmo no sono. O doente estaria, por assim dizer, psiquicamente fixado no trauma” (FREUD, 1920/2006, p. 140). Em sua

Conferência XVIII, intitulada *Fixação em Traumas – O Inconsciente*, Freud (1916, p. 325)

descreve este transporte do sujeito à situação traumática da seguinte maneira:

É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada; e levamos muito a sério esta impressão. Mostra-nos o caminho que podemos denominar de aspecto *econômico* dos processos mentais. Realmente, o termo ‘traumático’ não tem outro sentido senão o sentido econômico. Aplicamo-lo a uma experiência que, em certo período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera.

Tal fixação é da ordem de uma compulsão à repetição, como Freud a entende a partir de 1920, em seu *Além do Princípio do Prazer*. A compulsão à repetição, observada na sintomatologia das neuroses traumáticas, se assemelha à repetição de vivências infantis desagradáveis na brincadeira, cujo modelo é o jogo do *fort-da*. O que se repete nestes casos são experiências dolorosas. Ambas referem-se, segundo Freud, a um ganho de prazer de outra ordem em relação ao princípio do prazer que até então regia o psiquismo, um prazer imediato que se relaciona ao domínio do acréscimo de excitação. No caso da situação que impele ao jogo do *fort-da*, o aumento de excitação é causado pela ausência do objeto. Tal compulsão à repetição difere da fixação neurótica que o reprimido exerce em relação às pulsões atuais, do retorno do recalçado, bem como da fixação ao passado presente no estado de luto. Fixações, estas, que ainda encontravam-se sob o domínio do princípio do prazer. No caso do luto, a fixação faz parte do processo psíquico - entrar em contato com cada lembrança para, diante da prova de realidade, abandonar e desligar a catexia libidinal - que se encontra sob o domínio do princípio da realidade, o qual, em última instância, remete ao alcance postergado de prazer. Freud aponta que, sob o domínio do princípio do prazer, existem meios e

caminhos suficientes para transformar o que é em si desprazeroso em objeto de recordação e de processamento psíquico. Os sintomas considerados como formações substitutivas indicam um caminho. No entanto, o que lhe interessa e ao presente trabalho também, é compreender a ação de tendências que estariam além do princípio de prazer, “isto é, tendências que seriam mais arcaicas e que atuariam de forma independente do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2006, p. 143). Este novo fato clínico, Freud o observa na repetição de certas experiências que em nenhum momento proporcionaram prazer; nem mesmo para as moções pulsionais reprimidas no passado.

Em seu texto de 1939, *Moisés e a Religião Monoteísta*, Freud retoma a discussão a respeito da compulsão à repetição na tentativa de explicar, sob uma perspectiva grupal, a necessidade de repetição de uma experiência traumática, o assassinato de Moisés, que consistiria em uma repetição do assassinato do pai da horda primeva. Nesse texto, Freud constrói uma analogia entre a necessidade de repetição dessa experiência e o funcionamento das neuroses traumáticas.

Apesar de já haver conceituado a ‘série complementar’, que postula que algo somente pode agir como trauma frente determinada constituição psíquica, Freud oscila, mais uma vez nesse texto, um de seus últimos, em remontar todas as neuroses a uma etiologia traumática. Entre os fatos que sustentam tal analogia, Freud elege o aparecimento precoce de tais experiências, ou seja, o evento traumático ocorrendo na primeira infância até o quinto ano de idade; o fato de serem esquecidas devido à incidência da amnésia infantil, ou seja, de um período de latência que, segundo ele, é interrompido por alguns resíduos mnêmicos isolados, chamados de ‘recordações encobridoras’; e por último, possuírem conteúdo sexual-agressivo e referirem-se a danos precoces ao ego. Freud, então, define o trauma como “experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensórias, principalmente de algo visto e

ouvido” (FREUD, 1939, p. 89). Freud aponta, aqui, para uma relação entre trauma, corpo e suas conseqüências psíquicas.

Em *Além do Princípio de Prazer* (1920), Freud já remetia essas experiências que não encontram possibilidade de satisfação às vicissitudes da vida sexual infantil, a qual estava fadada a sucumbir “por conter desejos intoleráveis e inconciliáveis com a realidade” (FREUD, 1920/2006, p. 146). Além do fato de serem consideradas intoleráveis, tais experiências incidem em um sujeito que ainda apresenta insuficiências relacionadas ao seu momento evolutivo. Podemos associar estas insuficiências à condição de desamparo biológico e psíquico da criança humana, que será trabalhada no item reservado para a temática do trauma e sua relação com a angústia. Este fenecimento, que envolve sentimentos de perda de amor e de decepção em relação ao objeto de amor, além de desembocar em um sentimento de fracasso, produz sensações profundamente dolorosas que causam um “dano permanente ao nosso sentimento-de-si na forma de uma cicatriz narcísica” (FREUD, 1920/2006, p. 146).

Retomando a analogia apresentada em *Moisés e a Religião Monoteísta*, os efeitos do trauma podem ser considerados em dois aspectos: positivos e negativos. Os aspectos positivos se relacionam à tendência à repetição da experiência para colocá-la em funcionamento na atualidade, torná-la real, seja por meio da recordação, seja através da repetição em transferência. Já as reações negativas apresentam o objetivo oposto, ou seja, que o trauma esquecido não seja recordado ou repetido. São reconhecidas como ‘reações defensivas’ e se expressam por meio de impedimentos que podem se intensificar em inibições e fobias. Os sintomas são considerados conciliações entre as duas tendências. Ambas as tendências constituem fixações no trauma, conduzem a alterações no ego emprestando-lhe traços de caráter inalteráveis e possuem uma qualidade compulsiva. Freud descreve a qualidade compulsiva de tais fixações como a

evidência da existência de uma grande intensidade psíquica que apresenta uma independência em relação à organização de outros processos mentais, os quais se ajustam às exigências do mundo real e obedecem às leis do pensamento lógico (FREUD, 1939, p.91)

De fato, o que Freud nos aponta é que as alterações do ego, decorrentes das defesas são comparáveis a cicatrizes. A neurose infantil, considerada como a primeira reação ao trauma, é tipicamente interrompida pelo período de latência. A neurose definitiva se apresenta como efeito retardado do trauma, no momento em que as exigências da adolescência interrogam as alterações egóicas precoces. A doença traumática com sua qualidade compulsiva, no entanto, pode ser encarada em seu aspecto positivo como uma tentativa de cura,

[...] como mais um esforço para reconciliar com o resto, aquelas partes do ego que foram expelidas (*split off*) pela influência do trauma, e unilas num todo poderoso *vis-à-vis* o mundo externo. Contudo, uma tentativa desse tipo raramente tem êxito, a menos que o trabalho de análise venha em sua ajuda, e mesmo então, nem sempre; finda com bastante frequência, por uma devastação ou fragmentação completa do ego, ou por ele ser esmagado pela parte que foi precocemente expelida e que é dominada pelo trauma (FREUD, 1939, p. 92).

Freud retoma, assim, a teoria dos efeitos do traumatismo no aparelho psíquico em dois tempos, aproximando-o do campo das neuroses; porém, apresenta inovações ao apontar seus efeitos de dano narcísico, causando alterações egóicas que conduzem a uma cisão no ego e futuramente a sua fragmentação. É possível considerar que quando Freud nos fala em dano egóico e cicatrizes narcísicas, esteja distanciando os efeitos do trauma da etiologia da neurose e aproximando-os de uma patologia narcísica, mais especificamente da melancolia. Tal desenvolvimento teórico encontra-se em sintonia com o trabalho de Sandor Ferenczi a respeito das ressonâncias do traumático ao psiquismo, realizado no início da década de 30, e que será examinado em outro item.

Analisaremos em outro item os efeitos do trauma, aproximando-os da melancolia por meio do conceito de identificação narcísica, bem como os efeitos fragmentadores e sua relação com a cisão. Além destes destinos apontados, Freud (1939, p. 91) ressalta que, por estes fenômenos patológicos permanecerem intocados, ou seja, isolados da cadeia associativa e das demais organizações psíquicas, não são influenciados pela realidade externa, constituindo

[...] poder-se-ia dizer, um Estado dentro de um Estado, um partido inacessível, com o qual a cooperação é impossível, mas que pode alcançar êxito em dominar o que é conhecido como partido normal e forçá-lo a seu serviço. Se isto acontecer, acarreta uma dominação, por parte de uma realidade psíquica interna, sobre a realidade do mundo externo, e está aberto o caminho para a psicose.

Após termos feito esta incursão em um texto mais tardio de Freud, torna-se necessário realizar um retorno ao texto *Além do Princípio de Prazer* e acompanhar as interrogações freudianas acerca da função da compulsão à repetição para compreender as relações do traumático com o pulsional. Freud conferiu à compulsão à repetição, a partir de sua percepção tanto nos sonhos das neuroses traumáticas, nos sonhos em análise, nas brincadeiras infantis, como na reação terapêutica negativa um cunho “mais arcaico, mais elementar e mais pulsional do que o princípio do prazer, que ela suplanta” (FREUD, 1920/2006, p. 148). Localizou nos sonhos traumáticos, que claramente não se tratam de uma realização alucinatória do desejo, uma tarefa que antecede o início da soberania do princípio do prazer. Em suas palavras (FREUD, 1920/2006, p. 156):

De fato, acreditamos que esses sonhos buscam resgatar a capacidade do aparelho de processar os estímulos que afluem quando do desencadeamento do medo [*Angstentwicklung*] – processamento cuja ausência no passado foi causa da neurose traumática. Dessa maneira, eles nos mostram uma função do aparelho psíquico que, sem estar em contradição com o princípio de prazer, ocorre de modo independente deste e provavelmente é anterior ao propósito de obter prazer e evitar o desprazer.

Por meio de uma dedução lógica, Freud considera que, se existe um ‘além do princípio de prazer’, deve existir também um período anterior a essa tendência à realização de desejos. Trata-se de uma tendência mais arcaica que tem como objetivo enlaçar e capturar (*binden*) psiquicamente os estímulos que fluem para o aparelho psíquico. O enlace psíquico, ou a ligação dos estímulos é pressuposto para a futura ocorrência de um processamento psíquico. O ímpeto (*Drang*) de processar psiquicamente deve, portanto, ter-se manifestado como evento primário e independente do princípio do prazer. Hanns (2006, p. 186), em sua tradução do texto freudiano, verte a palavra ímpeto como “ânsia”, sendo uma força que sai de dentro para fora, uma força impelente. Segundo o tradutor, esta palavra refere-se à percepção de uma pressão geralmente sufocante e somática e a um intenso anseio por imagens de alívio, expressando a passagem do somático ao psíquico. Trata-se no contexto freudiano da essência da pulsão, constituindo a medida da exigência que o somático cobra do psíquico. Ele acrescenta que é só pela co-presença do pólo impelente (a percepção do incômodo) e do pólo atrativo (memória de imagens de alívio) que a pulsão se transforma em movimento (trabalho) e vai em busca de objetos primários de satisfação.

Freud, retomando os ensinamentos de Breuer e suas idéias contidas na primeira tópica, nos fala em uma passagem de cargas de investimento livremente móveis, identificadas ao processo primário, para cargas de investimento ligadas (*gebundenen*) ou tônicas. A tarefa das camadas superiores seria “justamente enlaçar e atar [*binden*] a excitação das pulsões que chegam ao processo primário. No caso de fracasso desse enlaçamento [*Bindung*], provocar-se-ia uma perturbação análoga à da neurose traumática (...)” (FREUD, 1920/2006, p. 158).

Assim, Freud associa, desta forma, o pulsional ao traumático não assimilado, conferindo um caráter compulsivo aos fenômenos de repetição que se apresentam em

sua clínica. Ele localiza justamente nesta tendência um meio de desenvolvimento de um sobreinvestimento, por meio da angústia, como veremos logo mais, e a conseqüente possibilidade de ligação psíquica daquilo que não pode ser recalcado como marca mnêmica de uma excitação, sob a égide do princípio do prazer, o que não pode ser esquecido. O traumático, neste momento, deixa de ser fruto da ressignificação de experiências intensas, para se constituir novamente como um quisto não representado no psiquismo, e assim apresentar seus efeitos.

É a própria idéia de ligação, portanto, que é questionada pelo trauma. Na primeira tópica, a ligação diz respeito à passagem de energia livre, no processo primário, à ligada no secundário, referindo-se à transcrição das representações que possibilita o adiamento da satisfação, assim como a consumação da ação específica. A partir do *Além do Princípio de Prazer* (1920), a compulsão à repetição se constitui como modo de funcionamento próprio da pulsão e lhe é atribuída a função de ligar o excesso energético traumático.

Freud (1920/2006, p. 160) define a pulsão como

[...] uma força impelente [*Drang*] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior que o ser vivo precisou abandonar devido a influências de forças perturbadoras externas. Trata-se, portanto, de uma espécie de elasticidade orgânica ou, se preferirmos, da manifestação da inércia na vida orgânica.

A evolução orgânica decorre de forças externas perturbadoras, enquanto as pulsões buscam conservar um estado anterior. A própria motivação da morte, considerada como um retorno ao estado orgânico, localiza-se em razões internas. A primeira pulsão tenderia a voltar ao ponto de partida, uma vez que “O inanimado já existe antes do vivo” (FREUD, 1920/2006, p. 161). A pulsão de morte é definida, então, como a pulsão por excelência, aquela que procura o retorno ao inorgânico e a inércia tensional.

Desde o princípio de suas formulações teóricas acerca deste novo dualismo pulsional, Freud encontra dificuldades em exemplificar a existência da pulsão de morte em estado puro. Encontra sua expressão sempre acompanhada do componente erótico, como no fenômeno do sadismo que, se não for mitigado, dá origem à ambivalência amor-ódio na vida amorosa. O autor afirma: “Então, se não quisermos abandonar a hipótese sobre as pulsões de morte, teremos de associá-las já desde o início às pulsões de vida” (FREUD, 1920/2006, p. 177). É esta mescla que confere o caráter de destruição em relação ao objeto, derivado de um masoquismo agora considerado primário, em que a destrutividade intimamente relacionada à pulsão de morte encontra-se primariamente direcionada para o próprio sujeito. Seguindo a lógica da ligação, Green (1990, p. 58) afirma que se o representante psíquico da pulsão pode se ligar a uma representação-coisa, que já tem existência no inconsciente, então será possível observar elementos de destrutividade e ódio que poderão ser analisáveis, isto graças ao efeito da mescla com a pulsão de vida. Senão, a pulsão de morte incide no aparelho psíquico de forma a destruir a capacidade representativa e de ligação e a romper os vínculos com a coisa.

Apesar de, num primeiro momento, a pulsão de morte aparecer ora associada à idéia de um retorno a um estado anterior, ora vinculada a idéia de destruição, algo da ordem do negativo, apresenta-se em textos posteriores ao *Além do Princípio de Prazer* como pulsão de destruição. Em *O Eu e o Id* (1923), Freud estuda alguns efeitos da defusão das pulsões de vida e de morte. A epilepsia poderia ser considerada como produto e indício da defusão. Veremos como Ferenczi já havia relacionado a epilepsia a quadros traumáticos. Neuroses graves, como a obsessiva, têm como produto também uma defusão das pulsões que se expressa por meio da ambivalência. A regressão da libido, de uma forma geral, pode ser associada à defusão. A própria constituição do superego, que se origina de uma identificação como o modelo de pai, pressupõe a

dessexualização, a qual envolve uma defusão das pulsões⁵. Freud (1923/2007, p. 62) aponta que na medida em que

[...] o componente erótico não tiver a força de enlaçar e capturar toda destrutividade a ele acrescentada, esta última se libera na forma de tendência agressiva ou destrutiva. É provável que o traço de dureza e crueldade das prescrições do Ideal provenha justamente dessa defusão pulsional.

Apesar das pulsões sempre aparecerem intrincadas ou desintrincadas em diferentes graus, estas aparentam sempre derivar das pulsões de vida, que são ruidosas e plásticas, enquanto as pulsões de morte trabalham silenciosamente, são mudas. Não há representação psíquica possível das pulsões de morte no inconsciente em contraponto às pulsões de vida que se fazem representar no psiquismo através de seus representantes. Em o *Esboço da psicanálise* (1938), Freud opõe as pulsões de morte que têm como característica a dissolução das conexões e a persecução do fim da desunião às pulsões de vida que buscam estabelecer laços e conservar unidades cada vez maiores. No entanto, é possível pensar que estas dissoluções como efeitos da pulsão de morte produzem importantes diferenciações, como é o caso da constituição do superego.

A pulsão de morte, portanto, vem indicar o pulsional mais arcaico exercendo seus efeitos no aparelho psíquico. Tais inovações teóricas culminam na reformulação da noção de inconsciente como sistema coincidente com o recalcado, que prevalecia na primeira tópica freudiana. Em *O Eu e o Id* (1923), o pólo pulsional, ou melhor, aquilo que se refere ao que ainda não foi representado no psiquismo, sofre uma internalização em relação ao aparelho psíquico, integrando-se à instância do Id. O pulsional se aproxima assim do traumático para o psiquismo, sob a forma de quantidades ainda não

⁵ Quando discutirmos a identificação narcísica como uma possível saída para o trauma, aprofundaremos esta questão.

assimiladas ou trabalhadas pelo psiquismo. O traumático, considerado como irrupção energética, como efração que, em princípio, impede o domínio do princípio de prazer devido ao seu aspecto quantitativo e ao despreparo psíquico, corresponde, então, à energia pulsional não enlaçada e capturada. A compulsão à repetição gerada corresponde à forma de ação própria da pulsão. Caso estas intensidades não possam ser capturadas e ligadas, é possível relacionar os efeitos do trauma aos decorrentes da pulsão de morte no aparelho psíquico que, como vimos, não encontra inscrição psíquica e age silenciosamente, fragmentando e cindindo as cadeias representacionais já existentes.

2.3 Trauma entre o desamparo e a dor

A retomada das questões traumáticas, além de terem fornecido subsídios para a mudança teórica relacionada à nova dualidade pulsional introduzida a partir de 1920, encontra-se intimamente associada à reformulação da teoria da angústia na obra freudiana. O trauma como excesso que aflui no psiquismo decorrente de uma situação de perigo constitui, neste momento, o protótipo da angústia. Neste item, tentaremos apresentar algumas reflexões acerca das relações entre trauma, angústia e dor a partir do texto *Inibição, Sintoma e Angústia*, de 1926, buscando alcançar suas ressonâncias na função psíquica da memória.

Em suas primeiras teorizações, Freud considerava a angústia como produto do recalque, como o resto de afeto que separado das representações, permanece como fator quantitativo puro não elaborado. Freud afirmara que, o recalque teria como objetivo primário a repressão dos afetos. Caso esta quantidade desligada de seu conteúdo representacional não pudesse ser reprimida de maneira eficaz - ou seja, abolida -, teria

como destino ser transformada em angústia ou aparecer associada a outras representações nos sintomas. Eis sua primeira teoria da angústia.

Em 1917, pouco antes da virada teórica, em sua Conferência XXV a respeito da angústia, Freud distingue a angústia neurótica, decorrente de um excedente pulsional e considerada, então, como perigo interno, da angústia real, disparada por um perigo externo real. Este perigo real diz respeito a uma ameaça à integridade física do sujeito. A reação psíquica ao perigo externo poderia ser o surgimento de um estado de preparação e expectativa, como também o desenvolvimento direto da angústia. Freud também conceitua nesse texto o ato de nascimento como protótipo da angústia. Os primórdios de sua reformulação teórica de 1926, portanto, já se encontravam presentes desde 1917.

Em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), Freud postula a existência de duas classes de angústia, a angústia automática, herdeira da noção de angústia real, e a angústia-sinal, cujo mecanismo já se encontrava mencionado desde o *Projeto para uma psicologia científica* (1895). A primeira, como sua própria designação indica, tem como determinante uma situação traumática e se caracteriza pela irrupção no psiquismo de grandes quantidades de excitações. A angústia sinal pode ser considerada como um efeito da mitigação da angústia automática, sendo reproduzida pelo ego frente a uma ameaça de perigo com a finalidade de impedir a inundação psíquica pelas excitações. Freud, já em seu *Projeto*, descrevia como uma das funções egóicas a restrição e a inibição da liberação de desprazer. A fim de estabelecer uma defesa, o ego restringiria a liberação do desprazer, utilizando seu início como um sinal de perigo. Desta forma, suas novas teorizações resgatam a compreensão da angústia como causa de defesa e, conseqüentemente, designam o ego como seu reservatório. Strachey, na introdução do presente texto de Freud, nos apresenta um compilado bastante explicativo, escrito por

Freud em sua Conferência XXXII das *Novas Conferências Introdutórias*, de 1933, que condensa a problemática que nos propusemos esmiuçar neste item:

O determinante fundamental da ansiedade automática é a ocorrência de uma situação traumática; e a essência disto é uma experiência de desamparo por parte do ego em face de um acúmulo de excitação, quer de origem externa quer interna, com que não se pode lidar (págs. 76-7 e 107). A ansiedade ‘como um sinal’ é a resposta do ego à ameaça da ocorrência de uma situação traumática. Tal ameaça constitui uma situação de perigo. Os perigos internos modificam-se com o período de vida (págs. 86-7), mas possuem uma característica comum, a saber envolvem a separação ou perda de um objeto amado, ou uma perda de seu amor (pág. 91) – uma perda ou separação que poderá de várias maneiras conduzir a um acúmulo de desejos insatisfeitos e dessa maneira a uma situação de desamparo (FREUD, 1926, p. 99).

A partir desta compreensão, a geração da angústia automática vincula-se a uma situação traumática que, em seguida, Freud associa ao desamparo. Que situação poderia ser considerada traumática para o psiquismo, um real perigo para o ego? Em um primeiro ensaio de explicação, Freud aproxima-a do medo da morte, em uma tentativa de afastá-la da questão da castração e das relações de dependência do ego, como descritas em *O Eu e o Id* (1923). Ele logo retoma, no entanto, a idéia de que nosso inconsciente parece não conter qualquer conteúdo que se refira ao conceito de aniquilamento da vida. Partindo da concepção de angústia como um estado afetivo e do fato de ela ser recriada frente a novas ameaças de perigo - o que indica que ela é revivida como símbolo mnêmico de uma experiência passada - Freud recorre à idéia de um traumatismo original, como causa de uma angústia primeira. Schneider (1994, p. 14) ressalta que o afeto aparece como signo de uma vulnerabilidade inerente ao sujeito frente a uma realidade que o agride e o extravasa. Lejarraga (1996, p. 61), retornando à questão freudiana, afirma:

[...] pensamos que supor um trauma por trás da angústia originária, insere-se no marco da procura de um real fundante, último. E este fundamento real permite várias leituras neste texto, que oscilam entre o perigo externo, o evento em si e o perigo interno do ataque pulsional”.

Freud retoma a idéia do trauma do nascimento como protótipo da “primeira experiência de angústia do indivíduo, que imprimiu ao afeto de angústia certas formas características de expressão” (FREUD, 1926, p. 115). O trauma do nascimento não pode ser explicado pelo evento em si, pois não existe ainda a possibilidade de uma compreensão do perigo envolvido nesta experiência. Em suas palavras: “o perigo do nascimento não tem ainda qualquer conteúdo psíquico” (FREUD, 1926, p. 158). O bebê apenas experimenta uma grande perturbação e desequilíbrio energético interno. A partir daí, o bebê, Freud conclui, repetirá tal estado a cada situação que evocar uma perturbação energética semelhante. Portanto, este primeiro trauma só poderia ser pensado a partir do fator interno, “desde o real da pulsão de morte tomando conta do recém-nascido” (LEJARRAGA, 1996, p. 61).

Freud segue afirmando que as somas de excitação que se acumulam irão primariamente catexizar os órgãos do próprio corpo do recém-nascido, o que prenuncia a catexia objetal. Pensamos neste primeiro momento como auto-erótico, de um ego-realidade original ainda indiferenciado do mundo, conceito que Freud já havia apontado em nota de rodapé de seu texto de 1915, *Pulsões e seus Destinos*⁶. Retomando o momento mítico da primeira mamada, que constitui a primeira experiência de satisfação, descrita no *Projeto*, Freud irá apontar que o bebê percebe que é a presença do adulto, mais precisamente da mãe, que pode aplacar a crescente tensão devida às necessidades biológicas. Quando esta tensão se eleva a um grau em que não pode ser dominada psiquicamente por meio da alucinação ou ser descarregada, o bebê experimenta uma perturbação econômica comparada àquela do nascimento.

⁶ Este conceito será melhor estudado adiante.

Quando a criança houver descoberto pela experiência que um objeto externo perceptível pode pôr termo à situação perigosa que lembra o nascimento, o conteúdo do perigo que ela teme é deslocado da situação econômica para a condição que determinou essa situação, a saber a perda do objeto. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo, e logo que surge esse perigo a criança dá o sinal de angústia, antes que a situação econômica se estabeleça. Essa mudança constitui o primeiro grande passo à frente na providência adotada pela criança para sua autopreservação, representando ao mesmo tempo uma transição do novo aparecimento automático e involuntário da angústia para a reprodução intencional da angústia como um sinal de perigo (FREUD, 1926, p.161).

Estabelece-se, assim, a relação entre o traumático e o desamparo psíquico do bebê, que em última instância remete ao seu desamparo biológico. “O que acontece é que a situação biológica como feto é substituída para ela por uma relação de objeto psíquica quanto a sua mãe” (FREUD, 1926, p. 162). Vemos a relação de perigo se tornar dialética entre sua evocação externa e seu surgimento interno, pois o impacto pulsional só pode ser metabolizado por um objeto. A ausência ou presença do outro torna-se condição externa das perturbações energéticas internas.

Freud aponta para uma linha de desenvolvimento que liga a primeira situação de perigo às ulteriores, que tem como denominador comum significarem, ou melhor, ressignificarem a experiência de separação da mãe. O desenvolvimento da criança, a organização do aparelho psíquico em instâncias exerce influência direta sobre o conteúdo da situação de perigo. O significado da perda do objeto se repete na transformação em angústia de castração, pertencente à fase fálica, como perigo de separar-se dos órgãos genitais. Posteriormente, após a internalização da figura parental e a constituição do superego, a angústia de castração se desenvolve em angústia moral, momento em que, segundo Freud, o perigo se torna menos definido. O ego passa a considerar como perigo perder o amor do superego e ser punido, e reage com um sinal de angústia. A transformação final se dá quando o medo do superego é projetado nos

poderes do destino, tornando-se medo de morte. Importante frisar que estas diferenciações não extinguem o modo de funcionamento anterior que passa a coexistir com as angústias do presente. As defesas utilizadas e as formas assumidas pela neurose podem ser associadas a este desenvolvimento. Desta forma, Freud considera que o processo de repressão possui relação especial com a organização *genital* da libido, enquanto outras defesas encontram-se associadas a outros momentos do desenvolvimento.

No contexto desta elaboração teórica, não é possível pensar em um trauma que deixaria uma marca indelével, o do nascimento como Rank propôs, mas que o traumático está associado às experiências de separação, que se reeditam em diferentes momentos do desenvolvimento psíquico. Esta é a crítica que Freud constrói em relação à idéia de trauma de nascimento, apesar de não abrir mão da compreensão deste momento como protótipo do afeto de angústia. Ferenczi, como observaremos no item seguinte, amplia esta crítica, apontando que não é a experiência em si do nascimento que é traumática, mas sim a forma como o ambiente, a família, acolheu tal experiência.

Apesar de Freud não retomar explicitamente a noção de posterioridade em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926) cunhada em seu *Projeto* (1895) e que foi relativamente abandonada com a descoberta da sexualidade infantil, ao considerar o trauma como situação originária, pode-se considerar que a possibilidade de o ego emitir sinais de angústia seja um indicativo da retomada da idéia de dois tempos na constituição do trauma. No caso do *Homem dos Lobos*, de 1918, Freud utilizou esta noção não no sentido antigo da compreensão sexual de uma experiência vivida em um período pré-sexual, mas como a possibilidade de um sentido ser fornecido em um momento posterior às marcas da cena primordial que não puderam se integrar numa trama de sentido, pela precocidade do vivido.

Se o ego é capaz de emitir sinais de perigo é porque ele associa o acontecimento atual às impressões da situação originária, configurando um sentido rudimentar. Se a angústia automática originária constitui uma perturbação puramente econômica, apesar de constituir a reação fisiológica adequada em termos fisiológicos, tal incremento quantitativo é destituído de um sentido psíquico. A angústia como um estado afetivo, ou seja, como qualidade de desprazer, só surgiria no momento de repetição deste estado primordial, conforme as elaborações apresentadas no *Projeto* acerca das experiências de satisfação e de dor. Esta é uma questão inconclusa para Freud, já que ele conceitua, posteriormente, a angústia como um estado afetivo. Interessa-nos aqui a noção de posteridade implicada nos conceitos de angústia automática e angústia sinal, que nos remete novamente à temporalidade do traumático para o psiquismo. Importa para nós que a noção de um sentido, mesmo em sua forma rudimentar, já pressupõe a presença/ausência do objeto, uma vez que a inundação psíquica do trauma primordial não resulta, num primeiro momento, em conteúdo psíquico. Retomaremos esta questão no item dedicado ao aprofundamento da relação trauma e memória.

A própria noção de trauma primordial como fundamento de uma subjetividade, uma ruptura anterior a qualquer ordem constituída, pode ser questionada a partir destas conclusões. Não seria necessária a existência de uma organização egóica mínima para que se constituísse um trauma, ou seja uma ruptura? O traumático compreendido como efração do pára-excitações no modelo da vesícula viva já pressupõe certa organização, uma vez que a vesícula, como vimos, pode ser compreendida como metáfora desta organização. Freud, em diversos textos, também relaciona os efeitos do traumático no psiquismo com danos no ego, figurado como ‘cicatrices narcísicas’.

Compreendemos aqui que a hipótese de trauma primordial refere-se a um período anterior ao do narcisismo - compreendido como uma ‘nova ação psíquica’ que

confere, a partir da identificação narcísica com o objeto, uma unidade ao caos auto-erótico - remetendo-nos à idéia apenas apontada, mas não desenvolvida no texto freudiano, de ego-realidade original. Este ego-realidade original indiferenciado do mundo exterior, que obtém satisfação de maneira auto-erótica, só será substituído pelo ego-prazer em função de seu desamparo, ou seja, da necessidade do objeto para satisfazer suas pulsões. A dependência do objeto torna as excitações pulsionais desprazerosas por algum período, levando o sujeito a precisar introjetar os objetos fonte de prazer, sob a égide do princípio do prazer, e a projetar no exterior o que em si causa desprazer. Criam-se, assim, marcas objetivas que distinguem o interior do exterior. O trauma primordial conduziria então, caso houvesse um suporte adequado do objeto, idéia que será aprofundada por Ferenczi, a processos de diferenciação psíquica. Na falta deste objeto que satisfaz às necessidades do bebê, este viveria um desamparo que teria efeitos traumáticos. Defesas mais arcaicas entrariam em cena, como veremos no item dedicado às elaborações ferenczianas sobre o traumático.

Aproximamo-nos, desta forma, da noção de dor e de sua relação com o trauma, questão retomada por Freud em seus adendos ao texto *Inibição, Sintoma e Angústia*. Ambos os conceitos apresentam definições similares ou às vezes idênticas. Como se relacionam, quais as diferenças possíveis? Havíamos mencionado o pensamento de Laplanche, que retirava a diferenciação do plano quantitativo e apontava para uma ilegítima transposição de registros, já que sua distinção encontrar-se-ia no plano qualitativo.

Em seu *Projeto*, Freud definiu a dor como a irrupção de grandes quantidades em um sistema chamado de ψ . As telas de proteção das terminações nervosas não conseguiriam fazer resistência à invasão de uma ordem tão elevada de Q (quantidade), que seria sentida como desprazer por ω (consciência). Para o autor, além do aumento da quantidade, outro fator pode ser responsável pela experiência de dor é a interrupção da

continuidade constituinte do ritmo psíquico, quando a quantidade externa é mínima. Percebemos que, já nestas primeiras teorizações, tanto o excesso como a falta produz efeitos, conforme veremos, desorganizadores, traumáticos para o psiquismo. A dor, ao romper por completo as resistências oferecidas pelas barreiras de contato, cria facilitações permanentes. Facilitações são compreendidas enquanto marcas que deixam uma espécie de trilhamento mais permeável à passagem de novas excitações.

Apesar da experiência de dor produzir desprazer e sua repetição estar ligada ao surgimento de desprazer, este enquanto qualidade já necessita a constituição de um sistema, de uma organização egóica mínima para se fazer perceber. A experiência de dor apresenta uma anterioridade lógica em relação à de satisfação, que pressupõe também o aumento de quantidade e a tendência à descarga. Esta descarga deve ser percebida pelo objeto que então colocaria em prática a ação específica para a eliminação da dor. É possível considerar que, em termos da gênese do aparelho psíquico, a primeira sensação psíquica não seria o desprazer, mas a dor. O próprio conceito de *Bahnung*, como cadeia com percursos facilitados diferenciados, constitui uma primeira metáfora da violação que nos remete à conceitualização da experiência de dor. Segundo Derrida (1988, p. 141), “não há *Bahnung* sem um começo de dor”.

Consideramos fundamentais estes apontamentos para pensarmos a relação entre dor, trauma e memória, discussão que será retomada no item dedicado às ressonâncias do trauma na função psíquica da memória. A dor, como definida por Freud em 1985, aproxima-se do conceito de trauma apresentado em *Além do Princípio de Prazer* (1920). Podemos compreender que a experiência de dor ‘automática’ encontra-se, em parte, assim como o trauma fora do espaço da representação, apresentando um aspecto inassimilável pelo psiquismo. “A dor não é qualidade, propriedade, podendo, porém, ser

evocada pelo desprazer. O desprazer, deste modo, consiste no atributo da dor” (LEJARRAGA, 1996, p. 45).

Como relacionar dor, angústia e trauma, é o que Freud se questiona nos adendos de *Inibição, Sintoma, e Angústia* (1926). Freud parte do fenômeno do luto para tentar compreender esta relação, uma vez que observa um estado peculiar de dor como decorrência da perda do objeto. Freud localiza na passagem da situação traumática do nascimento para a situação traumática de sentir falta da mãe, ou de perda de sua percepção, o momento em que a dor começa a atuar. Assim que as repetidas situações de satisfação criaram um objeto mãe, a imagem deste objeto passa a receber intensas catexias quando é novamente necessitado, gerando um estado chamado de desejo por Freud em seu *Projeto*, ou de anseio no presente texto. Freud teoriza, então, que “A dor é assim a reação real à perda de objeto, enquanto a angústia é a reação ao perigo que essa perda acarreta e, por um deslocamento ulterior, uma reação ao perigo da perda do próprio objeto” (FREUD, 1926, p.196).

A possibilidade de nos referirmos à dor como psíquica sem extinguir sua relação lógica com a compreensão de dor física, é explicada finalmente nesse texto a partir da mudança de uma catexia narcísica para uma catexia de objeto. Para Freud, uma representação de objeto altamente catexizada por moções pulsionais equivale a uma parte do corpo catexizada quando da irrupção de estímulos. O desamparo mental, então, é configurado como decorrente da natureza contínua do processo catexial, bem como da impossibilidade de sua inibição. Atribui, finalmente, ao sentimento de desprazer despertado o caráter de dor e não de angústia, fenômeno cuja explicação pode ser encontrada justamente neste alto nível de catexia e ‘ligação’ que predomina nestas relações objetais primárias, em que a necessidade coloca o sujeito em situação de extrema dependência.

Nesse texto, Freud aproxima a dor do traumático para o psiquismo, pois admite que ela se refira a uma perturbação de ordem pulsional. Anteriormente, a experiência de dor remetia a rupturas do orgânico não pulsional, que só então informava ao psiquismo a existência de certos órgãos não representados psiquicamente. Nem sempre o que diz respeito ao corpo, no entanto, se insere no campo pulsional. A percepção psíquica da dor, como até então tinha sido conceituada, não correspondia à irrupção pulsional, mas ao excesso de excitação sensorial. A forma do psiquismo lidar com tal excitação seria a concentração libidinal na região afetada que ligaria o excesso, impedindo, desta forma, o incremento da energia pulsional e o conseqüente trauma psíquico. Este sobreinvestimento narcísico, entretanto, produz um esvaziamento egóico comparável ao que ocorre durante o sobreinvestimento libidinal da representação do objeto perdido e que explicaria a dor psíquica. Certa diferenciação poderia ser feita em relação ao trauma, cujo conceito envolve uma desorganização egóica e sua possibilidade de ligação por meio da compulsão à repetição e à restauração de uma atividade fantasmática. A dor não se apresenta, no entanto, como uma perda de sentido que implica em uma exigência de ligação para criação de novo sentido, mas como um extremo de desprazer, que exige eliminação ou neutralização.

As relações e diferenças entre dor e trauma ultrapassam uma simples distinção quantitativa, de ordens de realidade (pulsional ou orgânica) ou do processo desencadeado. As questões que são suscitadas inserem-se no campo das relações complexas entre corpo e aparelho psíquico apontadas desde a descoberta dos mecanismos histéricos de conversão. Além disso, as próprias categorias de prazer e desprazer se tornam mais complexas quando deixam de se correlacionar ponto a ponto com o aumento ou diminuição da excitação, a partir do texto *O problema econômico do masoquismo* (1924), quando as experiências dolorosas passam a ser fonte de prazer.

Observamos em *Inibições, Sintoma e Angústia* (1926), como a dor finalmente se articula com o pulsional a partir do enlace com o objeto. A experiência traumática e a experiência de dor convergem, remetendo-nos ao campo do ainda não representado no psiquismo. Ambas indicam rupturas do psíquico que, em princípio, não puderam ser assimiladas e inseridas na cadeia representacional. Demandando, portanto, um trabalho psíquico a ser realizado em um segundo tempo. A angústia automática seria o afeto primário suscitado por tais experiências de ruptura no campo psíquico. A angústia tem uma importante função, que Freud descreveu em princípio como biológica, de despertar o ego surpreendido e desorganizado, realizando o sobreinvestimento necessário para dar início ao trabalho de ligação e a conseqüente emergência de sentido, mesmo que rudimentar. No próximo item, veremos certas formas de trabalho e defesas psíquicas frente ao traumático, que se encontram na obra de Freud e que se desdobraram nas formulações dos outros três autores: Sandor Ferenczi, Nicolas Abraham e Maria Torok escolhidos para compor o estudo desta temática na presente dissertação. Tais “saídas” terão implicações diretas em uma compreensão a respeito da forma de registro da experiência traumática.

2.4 A saída melancólica e a cisão egóica

O luto constitui o trabalho psíquico normalmente evocado pela perda do objeto. Ele transcorre de maneira dolorosa, pois no intuito de realizar o desligamento da libido cada lembrança do objeto será sobreinvestida e, nesse momento, sob a égide do princípio de realidade, o sujeito se deparará com a prova de realidade que atestará a ausência irrefutável do objeto. Trata-se de um processo extremamente doloroso, mas

que uma vez concluído torna o ego livre e desinibido para investir novos objetos. A dor corresponde a este alto nível de catexia e ligação que predomina enquanto estes processos ocorrem. O luto constitui, desta forma, em um processo normal para uma perda objetal. Interessamo-nos, entretanto, neste item, em explorar as possíveis “saídas” apresentadas na obra freudiana frente a perdas ou experiências consideradas traumáticas, as defesas psíquicas possíveis frente a irrupções de excitação que desorganizam o ego, mesmo que incipiente. Freud indica a melancolia como possível defesa frente a perdas cujo sentido permanece desconhecido, a qual já implica em seus mecanismos outra defesa que será discutida, a cisão egóica, noção melhor trabalhada em seu texto de 1938, *A Cisão do Eu no Processo de Defesa*.

De fato, Freud afirma em *Luto e Melancolia* (1917) que o sujeito melancólico pode até saber quem ele perdeu, mas não sabe o que perdeu nele, e acrescenta que a perda pode ter sido de natureza mais ideal, uma *ofensa real* ou *decepção* que abalaram a relação de objeto. A causa desencadeante da melancolia, portanto, não é consciente para o sujeito. Freud a considera inconsciente, porém podemos nos questionar se quando diz inconsciente não se refere ao seu aspecto descritivo e, neste sentido, que o abalo sofrido não pôde ser representado. Vejamos o que nos indica esta dimensão traumática da melancolia.

Freud aponta que os sintomas da melancolia coincidem praticamente com os do luto, exceto o rebaixamento do sentimento de auto-estima, característico da melancolia e que se expressa por auto-recriminações. Este rebaixamento, Freud interpretou como o paralelo melancólico do empobrecimento que acontece no luto. Só que, no luto, o que se tornou esvaziado foi o mundo, enquanto na melancolia foi o próprio ego. Esta perda do ego, que pode ser vislumbrada a partir da contraposição de uma parte contra a outra, por meio de uma avaliação crítica, conduziu Freud a deduzir os mecanismos subjacentes ao processo melancólico. Ele percebeu que tais auto-acusações, as mais violentas, pouco se

adequavam ao próprio sujeito, mas sim ao objeto. Queixar-se, neste sentido é dar queixa; por esta razão, falta o sentimento de vergonha frente à exposição das autocríticas. A libido objetal encontrou pouca resistência em se desligar e regrediu para o ego, sendo utilizada aí para produzir uma identificação do ego com o objeto abandonado.

Deste modo, a sombra do objeto caiu sobre o ego, que então pode ser julgado por uma determinada instância, como um objeto, como o objeto abandonado. Deste modo a perda do objeto se transformou em perda do ego e o conflito entre o ego e a pessoa amada em uma bipartição entre a crítica do ego e o ego modificado pela identificação (FREUD, 1917/1992, p. 135).

Esta bipartição indica que ocorreu uma cisão no ego decorrente deste abalo. A partir de *O Eu e o Id*, de 1923, Freud passa a considerar que grande parte do próprio ego é fruto de identificações objetais. Nas fases primitivas do desenvolvimento psíquico não é possível distinguir entre investimento objetal e identificação, sendo esta última considerada como a etapa preliminar da escolha de objeto. Quando este investimento precisa ser abandonado, ocorre uma modificação no ego semelhante a que ocorre na melancolia, como condição para que o id desista de seus objetos e comece a tratar o ego como objeto de amor. A libido objetal é, desta forma, convertida em libido narcísica. Neste texto, Freud (1923/2007, p. 41-42) adverte que

[...] caso essas identificações objetais do Eu venham a predominar, tornando-se numerosas, demasiado fortes e incompatíveis, poderão resultar em uma patologia. Uma fragmentação do Eu pode vir a ocorrer, por meio de resistências que as diferentes identificações erigem umas contra as outras, isolando-se e fechando-se.

Novamente, percebemos que Freud indica, mas ainda não aprofunda, esta dimensão da cisão egóica como defesa para experiências traumáticas, ou como disse

aqui ‘demasiado fortes’. Voltemos para a saída melancólica. Freud em *Luto e Melancolia* (1917) afirma que a instância crítica cindida do ego, que tem como funções a consciência moral, a censura da consciência e a prova de realidade, pode adoecer por si. Assim como o próprio ego passa a ser considerado, na segunda tópica, como produto de um processo de diferenciação que ocorre na superfície do id frente às exigências do mundo externo, o ego também sofre um processo similar de diferenciação. O ideal de ego que Freud, em 1923, faz coincidir com o superego, se diferencia também a partir das identificações objetais. Freud nos fala que, no entanto, esta instância psíquica tem como origem uma identificação, denominada primária, anterior ao investimento objetal, considerada mais direta e imediata, com o pai da pré-história pessoal. Desta forma, liga-se ao id e às heranças mais arcaicas. Não pretendemos aprofundar esta reflexão, mas parece-nos importante a afirmação que Freud faz de que as escolhas objetais primárias, que se dirigem ao pai e à mãe, desembocam ao longo do desenvolvimento nestas identificações iniciais, reforçando tal identificação primária (FREUD, 1923/2007, p. 42).

Temos que a constituição do superego abrange tanto estas identificações iniciais quanto as decorrentes do complexo de Édipo, representando além de um resíduo destas primeiras escolhas objetais uma formação reativa em relação a elas. Para poder promover o recalque destes primeiros desejos, o ego infantil é compelido a erigir dentro de si o obstáculo que o pai representava em primeira instância à realização destes desejos edipianos, fortalecendo-se. A partir da identificação com o modelo do pai, o superego torna-se o herdeiro psíquico do complexo de Édipo e expressão das mais poderosas motivações do id, já que os primeiros investimentos objetais se originam no id. É, portanto, um dos mais importantes destinos de sua libido. Freud afirma que o superego - e acreditamos que também o ego - consiste em uma diferenciação motivada

pelo longo período de desamparo e dependência infantil do ser humano e pelo Complexo de Édipo. Por este motivo, pode ser considerado como

[...] lembrança da antiga fraqueza e dependência do Eu e mesmo mais tarde seu domínio ainda se estenderá ao Eu maduro. Tal como a criança já esteve submetida à imposição [*Zwang*] de obedecer aos pais, o Eu maduro tem de se submeter ao imperativo categórico do Supereu (FREUD, 1923/2007, p. 57).

Na melancolia, o superego adoeceu, comportando-se de maneira extremamente severa em relação ao ego. O superego apoderou-se da consciência, segundo Freud, e se enfurece com o objeto erigido no seio do ego por meio de uma identificação considerada narcísica. A diferenciação do superego a partir da identificação com o modelo paterno implica um risco para o psiquismo, pois envolve um processo de dessexualização da libido que implica uma defusão das pulsões, antes mescladas. Caso o componente erótico não tenha força suficiente para enlaçar e capturar a destrutividade liberada, esta se transforma em tendência agressiva ou destrutiva. Na melancolia, parece-nos que frente à perda do objeto, a libido, que se encontrava ligada ao seu representante, sofre um pronto desligamento, concomitante a uma defusão pulsional. Desta forma, podemos compreender a afirmação de Freud de que, nestes casos, o superego tenha se tornado ponto de reunião das pulsões de morte. A libido do objeto, cuja escolha desde o princípio foi narcísica, regride para a fase oral própria do narcisismo originário, momento em que a identificação consistia como etapa preliminar da escolha de objeto, “primeira modalidade, ambivalente na sua expressão, pela qual o ego distingue um objeto” (FREUD, 1917/1992, p. 135). Se o amor pelo objeto não pode ser abandonado em função do desamparo psíquico⁷, a libido refugia-se na identificação

⁷ Informação verbal pelo Prof. Dr. Daniel Kupermann em sua disciplina PSC5896 As Concepções de Sublimação e de Criação na Psicanálise no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, ministrada no período de 13/08 a 04/11/2008.

narcísica, que compreende a incorporação do objeto. O ódio liberado atrai as moções do superego, que se voltam contra este objeto, cuja sombra caiu sobre o ego, do qual o sujeito depende. Como o superego parece se aproximar mais do ego - e Freud mesmo afirma que ele se torna consciente -, é possível compreender que a melancolia implica uma cisão no seio do próprio ego. Diferentemente do luto, que nas palavras de Figueiredo e Cintra (2004, p.17), “(o luto) traz o objeto perdido para uma condição que transforma e renova o sujeito – integra-se ao eu – e o torna apto a novas ligações”.

Como pensar o registro desta experiência de desamparo que conduz à melancolia? Esta “saída” psicopatológica apresentada por Freud indica a impossibilidade de realização de luto da experiência, tornando-a traumática, sem possibilidade de integração à cadeia associativa. A alteração egóica, no entanto, fornece-nos um caminho para pensarmos o registro do trauma. Freud não aprofunda esta temática, mas poderemos alcançar o desenvolvimento deste pensamento em Sandor Ferenczi e em Nicolas Abraham e Maria Torok.

A cisão do ego é um tema que tangencia a primeira tópica de Freud, cujo foco encontrava-se no mecanismo da repressão. A partir da segunda tópica, o interesse pelas diversas formas de reação do ego, principalmente aquelas despertadas em situações difíceis, ganham relevo. Uma das defesas estudadas foi a recusa (*Verleugnung*) associada aos quadros de psicose e de fetichismo. O ato de recusa implica necessariamente uma cisão do ego, como já descrita no mecanismo psíquico do fetichismo. Interessa-nos este estudo, pois apesar de Freud ter deixado seu artigo *A cisão do Eu no processo de defesa*, de 1938, inacabado, trata-se da segunda pista encontrada em sua obra para a compreensão dos efeitos do traumático no psiquismo. Nesse texto, apesar de apresentar a cisão como efeito da recusa relacionado particularmente à ameaça de castração, Freud estende esta defesa e suas consequências

a todas as situações em que haja um trauma psíquico. A cisão do ego constitui uma “defesa primitiva radical contra os riscos impostos à integridade narcísica do indivíduo” (FIGUEIREDO, 2003a, p. 19).

O modelo da recusa pressupõe um estado de satisfação pulsional que é surpreendido por uma experiência assustadora. A continuação desse estado acarretaria um perigo real, quase insuportável para o sujeito. O ego, portanto, encontra-se frente a um dilema: reconhecer a existência do perigo real e renunciar à satisfação, ou recusar a realidade. Uma recusa total da realidade traumática conduziria à psicose. No caso da cisão egóica, cujo modelo segue o do fetichismo, o sujeito não abandona nenhum caminho, mas segue ambos, o que gera uma ruptura na tessitura egóica. Por um lado rechaça a realidade e por outro reconhece o perigo e acata o medo (*Angst*) dentro de si como um sintoma. O mecanismo da construção do fetiche como uma solução de compromisso nos esclarece a respeito do que se passa. Freud, em seu texto *Fetichismo* de 1927, fala-nos de uma recusa da percepção da falta de pênis na mulher, que remete à possibilidade de perda do seu próprio membro. O fetiche constitui um substituto do pênis da mulher em que outrora o menino acreditou. Diferentemente do que Laforque propôs que ocorreria, a escotomização, ou seja, abolição da percepção, Freud aponta que a percepção permanece, mas que uma reação muito enérgica deve ter sido empreendida para sustentar essa recusa. Aproximando o mecanismo de construção do fetiche dos efeitos do traumatismo na função psíquica da memória, Freud revela que o fetiche interrompe o processo assim como ocorre com o bloqueio da memória nos casos de amnésia traumática. Nestes casos de amnésia traumática, “a memória congela na última impressão que precede o evento assustador [*umheimlichen*] e traumático” (FREUD, 1927/2007, p. 163). A recusa pode ser descrita como o desmentido, como duas correntes opostas que permanecem apresentando simultaneamente efeitos no

psiquismo. Veremos, no item dedicado a Ferenczi, como o autor explorou esta noção em relação à temática do trauma. Acompanharemos neste momento a rica leitura que Figueiredo (2003b) nos apresenta acerca destes mecanismos psíquicos.

O autor afirma que o que se recusa não é uma dada percepção, seu significado pode ser conservado, mas sim o que viria depois dela, seja como “uma outra percepção que a primeira torna possível, uma possibilidade de simbolização, uma conclusão lógica aparentemente necessária ou uma lembrança que a percepção pode reativar” (FIGUEIREDO, 2003b, p. 60). Para Figueiredo, não se trata de uma recusa da percepção em si, mas de uma desautorização de seus efeitos. A impressão traumática perde sua eficácia, não é nem recusada, nem desmentida, mas perde sua significância, a possibilidade de engendrar outros processos psíquicos. Nesta medida, ele aponta que o que ocorre é uma obstrução total do processo de simbolização. A percepção é retirada da rede de associações e preservada como uma “quase-coisa”.

A desautorização obstrui o caráter processual e transitivo da percepção – sua remissão a outras, sua *significância* – sem destruir necessariamente a primeira síntese – seu significado – e podendo dar-lhe inclusive, uma força maior. Na verdade, a percepção desautorizada retém, como se verá mais tarde, um potencial traumático imenso, ao mesmo tempo que tem sua eficácia transitiva abolida (FIGUEIREDO, 2003b, p. 63).

Como consequência da desautorização da transitividade perceptiva, estas “quase-coisas”, tendem a repor infinitas vezes os antecedentes de uma experiência traumática, ou seja, a repetir incessantemente essas impressões que restaram desligadas das cadeias representacionais. Trata-se para Figueiredo de um *além do sentido* que, em sua repetição, busca alcançar um sentido. Qual o estatuto cognitivo de tais “quase-coisas”, como são preservadas em nosso psiquismo são questões que procuraremos responder no item dedicado às ressonâncias do traumatismo na memória. O que desde já

podemos afirmar, amparados pela leitura de Figueiredo, é que a realidade do acontecimento traumático não é ignorada, mas impedida de realizar uma transformação psíquica, ser metabolizada e disseminada. Permanece como um *enclave psíquico*, produzindo ruptura na trama psíquica. A cisão egóica é um recurso para manter tal quisto isolado, na tentativa de impedir suas irradiações traumáticas para o restante do psiquismo.

Frente ao trauma, são estes os processos defensivos encontrados na obra de Freud para além do desenvolvimento de uma neurose traumática que compreendemos não como uma patologia, mas como uma tentativa em curso do psiquismo se apoderar das excitações disruptivas que o invadiram. Apesar de apresentar tais “saídas”, os efeitos do trauma no psiquismo no pensamento de Freud são pensados, prioritariamente, no campo da estruturação neurótica a partir da teoria do recalque. Veremos no item dedicado à memória, que Freud pensa que a memória só pode se construir a partir do recalque, do esquecimento. Tal compreensão não alcança os efeitos que se apresentam atualmente na clínica da violência. A teorização freudiana reflete sua preocupação com a constituição do psiquismo, com a explicação dos mecanismos psíquicos, enfatizando, portanto, sua dimensão intrapsíquica. Desta forma, privilegiou um discurso sobre os efeitos da experiência no sujeito. Nos próximos itens, acompanharemos como Sandor Ferenczi e seus ‘discípulos’ Abraham e Torok apropriaram-se de tais indicações e as desenvolveram apresentando-nos um rico trabalho que fornecerá subsídios para finalmente podermos conjecturar os efeitos do traumático na memória.

3. SANDOR FERENCZI: O TRAUMÁTICO COMO INTROJEÇÃO IMPOSSÍVEL

Uma incursão à obra de Sandor Ferenczi (1873-1933) torna-se imprescindível para alcançar nos primórdios do pensamento psicanalítico, no que se refere ao tema do trauma, um contraponto às concepções freudianas. A acuidade das observações clínicas desse autor e seu interesse pelos primeiros anos de vida garantem-lhe, apesar das divergências, uma posição *a posteriori* de fundador de novos caminhos da psicanálise, sendo atualmente considerado precursor da psicossomática, da clínica da psicose e dos casos difíceis (casos-limite). Uma de suas mais valiosas contribuições metapsicológicas, seu principal legado para a psicanálise, foi o destaque conferido ao papel do objeto externo na constituição do psiquismo. Trata-se de um autor que, de forma inquieta, se defrontou justamente com a questão dos limites (psique/soma, interno/externo, os limites da técnica) na psicanálise, não hesitando em explorá-los e questioná-los. A visita ao seu pensamento surpreende pela atualidade da abordagem de certos temas, cujos reflexos encontram-se disseminados nas teorizações posteriores de diversos autores, como Balint, Fairbairn e Winnicott.

Sob este aspecto, Sandor Ferenczi se torna uma referência necessária neste trabalho, que pretende realizar uma passagem do pensamento freudiano para as teorizações psicanalíticas mais contemporâneas acerca do trauma. Podemos pensá-lo como um teórico-limite que possibilita uma abertura para um campo de pesquisa a respeito dos impactos do objeto no psiquismo, indicando a dimensão estética da experiência. Tal abertura de campo é possível reconhecer em sua frase a seguir, que apresenta conseqüências fundamentais para a técnica psicanalítica: “Pessoalmente, não sei, mas estou convencido da reversibilidade de todos os processos psíquicos, ou seja, de tudo o que não é puramente hereditário” (FERENCZI, 1990, p. 227).

Diferentemente de Otto Rank, cuja obra tinha como ponto de partida o trauma do nascimento, Ferenczi faz a ênfase recair na relação de objeto. Segundo ele: “O trauma do nascimento é isento de perigo e não deixa traços substanciais, porque o mundo circundante ocupa-se imediatamente da reparação” (FERENCZI, 1990, p. 105). O objeto pode tanto proteger o bebê dos efeitos desorganizadores de uma experiência muito intensa, como pode também constituir uma fonte traumática, como veremos a seguir.

Em relação à questão traumática, Ferenczi teorizará a respeito de seus efeitos constituintes do psiquismo, quando existe a possibilidade de assimilá-los por meio do processo de introjeção, bem como de seus efeitos desestruturantes, face a um impedimento de inscrição psíquica do vivido. Este trauma considerado estruturante aproxima-se do efeito de perturbação dolorosa que todo contato com o mundo gera, obrigando o organismo a se adaptar. Trata-se de uma leitura que pode ser feita a partir das elaborações teóricas em *Thalassa* (1924a). Nesse texto, Ferenczi afirma que este contato com o mundo é da ordem de uma experiência de catastrófica, ou melhor, de um excesso. Tanto as perturbações que atingem o organismo de fora para dentro como as modificações internas deflagram atividades pulsionais, bem como uma necessidade de adaptação decorrente.

A adaptação implica em renúncia aos seus objetos de satisfação a fim de habituar-se a novos objetos, ou seja, transformar uma perturbação (sempre dolorosa no começo) em satisfação. Isso ocorre por identificação com o estímulo perturbador e, depois, introjeção deste; assim, o episódio perturbador torna-se uma parte do ego (uma pulsão) e o mundo interno (microcosmo) passa a ser assim o reflexo do meio ambiente e de suas catástrofes (FERENCZI, 1924a, p.116).

As pulsões, assim como as lembranças, os traços das experiências, se estabelecem para o autor a partir da vivência corporal histórica do mundo, por meio do processo de introjeção. Considerada como um processo de extensão do interesse autoerótico ao mundo, a introjeção envolve uma apreensão afetiva do mundo e não a

apreensão de um conteúdo cognitivo, impresso enquanto representação. Neste sentido, não há, necessariamente, traumatismo no contato com o mundo, mas, desde o início, um movimento psíquico de expansão por meio da introjeção. Mezan (1993, p. 23) se refere ao objeto psíquico ferencziano como uma trança ou um bloco de afetos, precipitação de sensações que pulsa e age sobre o psiquismo.

O trauma para Ferenczi, conforme sua teorização mais tardia a partir dos textos de 1928, decorre não do simples contato com o mundo, mas de um choque demasiado intenso que desperta a pulsão de morte que ‘dormita no organismo’ e da falta de resposta adequada do objeto de confiança. Ferenczi afirma que se o objeto não vem em socorro da criança; a única saída encontrada frente à irrupção de intensidades muito elevadas é a destruição psíquica. Tal experiência é da ordem de uma comoção psíquica, que impede o processo de introjeção, cuja consequência será uma cisão no ego. Desta forma, sua inscrição psíquica fica impossibilitada, tornando a experiência sensação sem objeto, o que indica a ordem do irrepresentável no psiquismo. Mas, apesar de não ser inscrita como traço mnêmico, para Ferenczi esta experiência deixa suas marcas. De que marcas se tratam, que estatuto cognitivo possui tais vivências e onde estão marcam? São estas as perguntas que motivaram o presente trabalho, e entendemos que a teorização de Ferenczi constitui um desenvolvimento com diferenciações muito importantes dos caminhos apontados na obra freudiana, oferecendo-nos uma orientação em direção a algumas respostas. A concepção de trauma em Ferenczi nos fornece material para pensarmos e desenvolvermos a idéia do traumatismo como o avesso da memória, que será apresentada no item 5.

3.1 A introjeção e a construção do objeto psíquico

O estudo do conceito de introjeção se torna, portanto, um pressuposto para alcançarmos a ordem do traumático na teorização de Ferenczi. Originalmente, o conceito de processo de introjeção foi formulado em seu artigo *Transferência e Introjeção*, de 1909, com base nos conceitos de transferência e de identificação histérica freudianos. A introjeção seria o processo que explicaria o deslocamento de afetos flutuantes decorrentes do recalque, aqueles que não puderam ser neutralizados por meio do seu investimento em objetos do mundo exterior. No entanto, o autor logo percebe que tal processo extrapola o sentido destes últimos, e afirma: “o neurótico percorre os mesmos caminhos do indivíduo normal quando tenta atenuar seus afetos flutuantes pela extensão de sua esfera de interesses, pela introjeção” (FERENCZI, 1909, p. 38).

Enquanto processo referido ao caráter fundamental do psiquismo, à própria dinâmica da pulsão comum a todos, neuróticos e não neuróticos, a compreensão da introjeção adquire um sentido mais abrangente. O impulso à introjeção é derivado da própria pressão (*Drang*) do movimento pulsional, sempre excessiva em relação ao sistema representacional já constituído na ordenação psíquica, em sua busca por satisfação. Neste sentido, a introjeção constitui o primeiro e único processo psíquico, equivalendo-se “assim, ao processo comum – e interminável – de constituição de si e dos objetos a serem investidos libidinalmente” (KUPERMANN, 2003, p. 130). Acompanhemos como o conceito de introjeção passa em Ferenczi de um estatuto de mecanismo de defesa a um estatuto de modelo fundador do funcionamento psíquico.

Ferenczi parte da idéia do ser humano como uma mônada inicial, cujos primeiros sentimentos subjetivos se encontram calcados na ilusão de onipotência, decorrente da vivência no ventre materno. Frente à impossibilidade de controlar

onipotentemente o objeto, como no caso da ausência de nutrição que desencadeia uma destruição fisiológica, ocorre a primeira necessidade de distinção entre conteúdos psíquicos subjetivos (sentimentos) e os objetivados (impressões sensíveis). Trata-se, segundo o autor, de uma discordância dolorosa produzida no seio da experiência, que constitui os primórdios do ego e da realidade. O processo de introjeção e seu correlato, a projeção, são responsáveis pela criação do conteúdo psíquico.

Quando a criança exclui os ‘objetos’ da massa de percepções, até então unitária, como formando o *mundo exterior* e que, pela primeira vez, ela a isso opõe o ‘ego’ que lhe pertence mais diretamente; quando, pela primeira vez ela distingue o *percebido objetivo* (*Empfindung*) do vivido subjetivo (*Gefühl*), ela efetua, na verdade, sua primeira operação projetiva, a ‘projeção primitiva’ (FERENCZI, 1909, p. 37).

Na sequência, Ferenczi nos revela que o mundo exterior continua se impondo ao ego, resistindo ao seu movimento expulsivo, como em um desafio: ama-me ou me odeie. O ego em constituição então cede ao desafio e reabsorve parte deste mundo, estendendo seu interesse auto-erótico de início. Este processo constitui a introjeção primitiva. Nesse primeiro texto de 1909, a introjeção primitiva aparece como decorrente do fracasso da projeção; as partes do mundo interiorizadas que resistem à expulsão são introjetadas como fazendo parte do ego.

Já em seu artigo de 1912, *O conceito de introjeção*, Ferenczi nos apresenta uma argumentação diferente e defende que a introjeção é primária, constituindo-se como movimento regular do aparelho psíquico, posição que é reforçada em seu texto de 1926.

Ferenczi (1912, p. 61) propõe:

Eu descrevi a introjeção como a extensão ao mundo externo do interesse, auto-erótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego. Insisti nessa “introdução” para sublinhar que considero *todo amor objetual* (ou *toda transferência*) como uma extensão do ego ou *introjeção*, tanto no indivíduo normal quanto no neurótico.

Ferenczi (1926, p. 286), acrescenta:

Recorrendo à terminologia psicanalítica, designei a primeira fase, aquela em que só o ego existe e em que este se apropria do universo inteiro da experiência, como período da introjeção; a segunda fase, quando a onipotência é atribuída a poderes externos, período de projeção; quanto ao último estágio de desenvolvimento, concebi-o como um estágio em que os dois mecanismos são igualmente utilizados e mutuamente se compensam.

Interessa-nos este primeiro estágio, o período da introjeção, em que apenas o ego existe e se apropria do universo, introduzindo os objetos exteriores em seu seio. Em 1912, Ferenczi escrevera: “É essa união entre os objetos amados e nós mesmos, essa fusão desses objetos com nosso ego, que designamos por introjeção e – repito-o – acho que o mecanismo dinâmico de todo amor objetual e de toda transferência para um objeto é uma extensão do ego, uma introjeção” (FERENCZI, 1912, p. 61). Em um primeiro momento, o que a pulsão ama é a satisfação, satisfação estendida e identificada posteriormente com os objetos que proporcionam a saciedade. Neste sentido, é possível afirmar que a introjeção constitui o primeiro processo propriamente psíquico, atrelado à ordenação psíquica e ao advento do sexual. Mas de que ego se trata em um momento tão primitivo?

Antes de aprofundarmos esta questão, tentaremos esmiuçar um pouco mais o conceito de introjeção tão necessário para compreendermos os efeitos do traumático no psiquismo. Segundo Pinheiro (1995), a introjeção traz embutida em si uma noção de produtos tais como representar, produzir fantasia e identificações. Mezan (1993) nos alerta que para Ferenczi o sujeito só pode representar este exterior com características que descobriu em si mesmo, como os movimentos (a linguagem gestual), a alucinação e os desejos, todas consideradas mecanismos projetivos. Ocorre, segundo o comentador, um reencontro na realidade de seus órgãos e seu funcionamento, que está na base da construção das relações simbólicas. Toda a relação

simbólica para Ferenczi (1913, p. 107) é fruto de uma apropriação corporal do mundo, ou melhor, inicia-se com um investimento afetivo do mundo por meio do corpo. Em suas palavras:

O psiquismo da criança (e a tendência do inconsciente que subsiste no adulto) confere – no que se refere ao próprio corpo – um interesse inicialmente exclusivo, mais tarde preponderante, pela satisfação de suas pulsões, pelo gozo que lhe propiciam as funções de excreção e atividades tais como chupar, comer, tocas zonas erógenas. Nada tem de surpreendente que sua atração seja atraída, em primeiro lugar, para as coisas e os processos do mundo externo que lhe recordam, em virtude de uma semelhança mesmo longínqua, suas experiências mais caras. Assim se estabelecem essas relações profundas, persistentes a vida inteira, entre o corpo humano e o mundo dos objetos, a que chamamos *relações simbólicas*. Nesse estágio a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio do seu corpo toda a diversidade do mundo externo. Assim se manifesta a “sexualização do universo”. Entretanto, uma identificação desse gênero não é um símbolo. Somente quando a educação cultural provocou o recalçamento de um dos termos da analogia (o mais importante) é que o outro termo (o mais insignificante na origem) adquire um suplemento de importância afetiva e converte-se num símbolo do termo recalçado.

As relações simbólicas, portanto, constituem relações profundas entre o corpo humano e o mundo dos objetos, em que a diversidade é figurada com o próprio corpo. A possibilidade de criação dessas relações se dá através do transbordamento da libido, a partir das zonas erógenas, o que confere a elas um sentido individual, pois se refere aos caminhos singulares de exploração da sensorialidade do corpo. Um processo de exuberância, de expansão egóica, que desemboca na sexualização do universo. Esta leitura pela exuberância configura um contraponto à leitura de que todo contato com o mundo é traumático em sua origem.

Kupermann (2003, p. 137) ressalta que o símbolo para Ferenczi seria uma criação que teria lugar *entre* a corporalidade da criança e a diversidade do mundo externo. Desta forma, poderia ser aproximado do estatuto que os excrementos detêm no interesse infantil, considerados pela criança como “uma parte de si mesma, algo

intermediário (*Zwischending*) entre o sujeito e o objeto” (FERENCZI, 1928, p. 7). Mezan (1993) considera que Ferenczi quase dissolve a idéia de símbolo como conteúdo que privilegiadamente representa outro. O objeto, neste primeiro momento teórico do autor, constitui um precipitado de sensações, apresentando o papel de alvo passivo das pulsões. Neste caso, Pinheiro (1995) afirma que o objeto nada mais é que o suporte daquilo a que visa a introjeção, ou seja, a apropriação das representações investidas das quais o objeto é portador. A introjeção visa incluir o próprio mundo simbólico do qual o objeto é portador. Mezan (1993) não enxerga aí um processo semelhante ao traumatismo, mas sim um processo de objetualização das pulsões, o objeto como sendo criado no movimento libidinal. Neste sentido, Pinheiro (1995) entende este movimento em Ferenczi como o reverso da pulsão de morte.

A representação de palavra coincidiria com o último estágio em direção à realidade, adquirida a partir da linguagem gestual para estabelecer um elo entre a consciência e a percepção, primordialmente corporal. A palavra surge neste plano intermediário como figuração simbólica. Por imitação, a criança reproduz os sons, aos quais são associadas coisas, ou seja, identificadas, criando-se assim representações. A palavra para Ferenczi em princípio é uma palavra mágica. Mezan (1993, p. 25) aponta que “o próprio da linguagem não é sua função designativa, mas sua função evocativa – esta é a essência da magia, fazer ser o que não é por meio da palavra.” Kupermann (2003, p. 137) recupera que é neste sentido que Ferenczi descreve a linguagem verbal como um dos ‘meios’ físicos utilizados pela criança para figurar seus desejos e os objetos que cobiça.

Aproximamo-nos mais uma vez da questão anteriormente formulada: de que ego pode se tratar nos primórdios do processo de introjeção? Vejamos como Ferenczi se refere a ele por meio da caracterização de sua função mnésica. Ferenczi teoriza um sistema mnésico específico do ego, que tem como tarefa gravar os processos mais

originais. Aproximando-o do sistema mnésico de coisas – representações de coisa – de Freud, afirma que o sistema mnésico do ego pertence, de um lado, ao inconsciente e transborda, por outro lado, para o pré-consciente e a consciência. É possível compreendê-lo como um sistema que grava estas sensações subjetivas pré-representacionais, que após sofrerem o processo de introjeção, constituem o objeto psíquico ao qual um sinal verbal vem se ligar. Trata-se de um primeiro sistema mnêmico capaz de gravar impressões que ainda não se constituíram como traços, instalação que demanda um movimento libidinal em relação ao mundo, uma introjeção. Pensando particularmente no fenômeno da dor, este sistema-limite entre psique e corpo, que foi também denominado como sistema mnésico do órgão, é responsável pelo registro das excitações, transformando o estímulo externo em interno e gerando uma espécie de depósito de excitação pulsional. É possível pensar que no trauma ocorreria esta espécie de depósito de excitação, uma interiorização de uma impressão sensível, porém sem inscrição.

Kupermann (2003, p. 132-133) realiza uma interessante costura teórica. O autor retoma o conceito de “ego realidade original” apresentado por Freud em 1915, no texto *As pulsões e seus destinos*, artigo que apresenta uma importante referência à categoria ferencziana da introjeção. Freud concebe uma “situação psíquica primordial”, ao discutir a constituição egóica e a diferenciação sujeito/objeto, na qual o ego é catexizado com as pulsões, sendo capaz de satisfazê-las até certo ponto em si mesmo. Apesar de denominar esta condição de narcisismo, afirma que a forma de obtenção de satisfação é auto-erótica. Landa (1999, p. 33-34) considera que para Ferenczi a introjeção constitui o mecanismo fundamental da passagem do auto-erotismo ao amor objetual, prescindindo, em última instância, da noção de narcisismo, e afirma que “o papel do auto-erotismo não será jamais substituído pelo de narcisismo”. Este ego primordial constituído de maneira auto-erótica é independente do mundo externo, mas “em consequência das

experiências sofridas pelos instintos de autopreservação (...) adquire objetos daquele mundo” (FREUD, 1915, p. 156-157). É deste ego realidade original que o ego prazer será derivado a partir da constituição do narcisismo primário. Kupermann frisa que não há substituição, mesmo após a constituição do corpo narcísico unificado; o ego original continuará atuando como corpo pulsional erógeno. Posteriormente, em 1923, em seu texto *O Eu e o Id*, Freud afirma que o ego é acima de tudo um ego corporal, “em última análise deriva das sensações corporais, principalmente das que se originam na superfície do corpo” (FREUD, 1923/2007, p. 38). Pode-se compreender que é a partir das experiências de satisfação iniciais no encontro com o objeto que o ego realidade original, ou um ego-corpo, vai acolhendo o objeto, por meio de impressões afetivas que ganham marcas no sistema mnésico deste ego, porém ainda sem uma distinção entre os registros do sujeito e do objeto. O movimento intrínseco ao processo de introjeção é de expansão deste ego original, auto-erótico em princípio.

Na retificação apresentada por Ferenczi, em 1926, em *O Problema da Afirmação do Desprazer*, a sua teoria do desenvolvimento do sentido de realidade, o autor introduz a idéia de desintrinação pulsional como base da ambivalência e da percepção do objeto. Afirma que só podemos criar marcas particulares para uma coisa que não esteja incondicionalmente à nossa disposição, retomando em parte a idéia da frustração como condição de constituição psíquica. Para que se possa alcançar a objetividade, entendida aqui como inscrição psíquica de um traço mnêmico, é necessária uma nova intrinação pulsional realizada sob o domínio de Eros liberado quando da desintrinação, que garante a inibição pulsional e o adiamento da ação até que a realidade externa e a realidade de pensamento se tornem idênticas. É Eros que transforma a destruição inicial em um devir, possibilitando a prova de realidade. Trata-se para o autor, portanto, de um

processo psico-energético. Vale reproduzir neste momento do texto a afirmação de Ferenczi (1926, p. 290):

Chego inclusive a considerar os próprios traços mnésicos como cicatrizes de *impressões traumáticas, produtos da destruição* que Eros, incansável, procura usar em seu benefício, o da preservação da vida: faz disso um novo sistema psíquico que permite ao ego melhor se orientar em seu ambiente e formar julgamentos mais sólidos.

O reconhecimento da realidade advém da possibilidade de incluir partes hostis do mundo no eu com a ajuda de Eros e renunciar a partes amadas. Bastos (1993, p. 47) ressalta que esta capacidade de renúncia na teoria de Ferenczi é efeito da pulsão de morte, entendida como força disjuntora, que promove separação e diferença, tal como Freud postula em *A Negação* (1925). A destruição parcial do ego libera a pulsão de morte e Eros criando, desta forma, uma nova possibilidade de rearranjo psíquico, de adaptação. É deste processo que surge o pensamento e a possibilidade de formulação de um julgamento objetivo. Como prolongamento de uma determinada matemática orgânica, a matemática psíquica – conceito que será explicitado adiante- que permite o pensamento, tem como elementos fundamentais as lembranças registradas no sistema mnésico do ego, que para Ferenczi representam uma soma de impressões sensíveis, reações psíquicas a estímulos variados e de intensidade diversa. Pensar para o autor, segundo a leitura de Bastos (1993, p. 48), significa:

[...] não fugir ao desprazer através da defesa ou da alucinação, pelo caminho da descarga, na busca imediata de diminuição da tensão como consequência do princípio do prazer. Pensar é submeter-se ao princípio de realidade, suportar um percurso onde algum desprazer tem que ser tolerado no evitamento de um desprazer maior. Pensar é poder, dentro do jogo pulsional, estabelecer intrincações e desintrincações entre vida e morte.

Em 1928, Ferenczi propõe finalmente uma concepção bastante original, em que prioriza o papel do objeto na experiência do mundo da criança. Em seu texto *Adaptação da família à criança*, afirmará que o traumático não consiste no transtorno fisiológico provocado pelo nascimento; se os pais tiverem se adaptado às necessidades da criança, transformam esta situação em agradável e não angustiante. Por meio desta adaptação, a criança não vive esta perturbação como traumática. Mais à frente, aprofundaremos esta tese, relacionando-a ao papel traumático do objeto. Cabe ressaltar aqui que Ferenczi afirma que o traumático não é da ordem fisiológica, mas diz respeito ao ingresso da criança na sociedade, quando o ‘instinto’ dos pais parece falhar. Ferenczi se refere ao momento do desmame, da supressão dos ‘maus hábitos’ e principalmente ao momento da passagem da criança à vida adulta. O caráter da criança se forma durante este processo de adaptação ao código social. Quando os adultos são incapazes de se adaptar às necessidades da criança, causam um dano, cuja sombra pode se projetar sobre o resto da vida do sujeito. Ferenczi indica alguns efeitos do traumático: a dependência e a desconfiança. A partir destas formulações ferenczianas, é possível pensar que o objeto apresenta um papel fundamental na necessária intrincação libidinal após a desintrincação pulsional acarretada pelas experiências de excesso, ou melhor, tem influência direta no processo de introjeção, podendo impedi-lo, sugerindo, desta maneira, a idéia que será apresentada em 1933 do trauma como o desmentido.

3.2 A traumatogênese: o trauma da autotomia e a comoção psíquica

O traumático para Ferenczi, como apenas indicado anteriormente, se opõe ao processo paulatino do desenvolvimento da realidade, implicando uma impossibilidade

de introjeção da experiência. Frente a perturbações excessivas provenientes do mundo externo, Ferenczi (1924, p. 112-113) nos revela que:

O primeiro efeito de todo choque exógeno será de despertar a tendência à autotomia que dormita no organismo (pulsão de morte); e os elementos orgânicos não vão perder a ocasião que lhes é oferecida de morrer. Mas se a perturbação é violenta demais, portanto traumática, e não acompanha o ritmo progressivo, segundo o qual o organismo foi outrora estruturado, produz-se uma “desintrinação” (Freud) imperfeita das pulsões do organismo, e os elementos desse começo de decomposição passam a ser os materiais da evolução ulterior.

Nesse trecho, o autor anuncia os efeitos desestruturantes do trauma como fruto da desintrinação imperfeita das pulsões. A tendência à autotomia, compreendida como tendência orgânica à mutilação de uma parte de si para salvar as demais, observada em animais frente a uma situação de perigo, consiste em uma analogia utilizada por Ferenczi para compreender a tendência humana à autodestruição que adquire papel fundamental no processo de adaptação (adaptação autoplástica). Somente no decorrer do desenvolvimento egóico é que esta destrutividade volta-se para fora, transformada em sadismo (adaptação aloplástica). Para o autor (FERENCZI, 1926, p. 289-290):

O mais surpreendente, entretanto, nessa autodestruição, é o fato de que aqui (na adaptação, o reconhecimento do mundo em volta, a formulação de um julgamento objetivo) a destruição se torna verdadeiramente ‘a causa do devir’. Uma destruição parcial do ego é tolerada, mas apenas com a finalidade de construir a partir do restante, um ego capaz de resistência ainda maior, enquanto o Eros liberado quando da desintrinação pulsional transforma a destruição em um devir, um desenvolvimento contínuo das partes incólumes.

O termo autotomia, entretanto, estaria mais ligado às questões últimas como o próprio Ferenczi reconheceu, quando todos os demais recursos psíquicos já não apresentam mais eficácia de defesa contra as excitações. Segundo o autor: “No momento que o sistema psíquico falha, o organismo começa a pensar” (FERENCZI, 1990, p. 37). O psiquismo regride às forças psíquicas primárias, as corporais, à substância orgânica onde reencontra sua qualidade psíquica que não foi utilizada desde tempos imemoriais.

Este tema será explicado no final do capítulo, quando nos referirmos aos “engramas” de experiências traumáticas que subsistem no inconsciente biológico.

Em um primeiro momento, ao descrever as neuroses de guerra no período de 1916 a 1918, Ferenczi oscila entre uma etiologia sexual ou narcísica para as neuroses traumáticas, evidenciando ainda uma dívida com Freud. No entanto, o autor vai progressivamente posicionando-as ao lado das neuroses narcísicas ao relacioná-las a outros distúrbios narcísicos como os tiques e a epilepsia traumática, conforme a leitura cuidadosa de Bertrand (1996). Em todos ocorre uma retirada da libido do objeto para concentrá-la no ego, refletindo uma regressão do ego ao um estágio narcísico⁸. Tais distúrbios, segundo Bertrand, são colocados por Ferenczi no limite entre o psíquico e o somático, e indicam a marca mnêmica deixada no corpo, bem como a ferida narcísica⁹ conseqüente. Ferenczi aproxima os sintomas dos tiques aos da neurose traumática e afirma que em ambos os casos trata-se de uma fixação mnésica excessiva provocada em relação à atitude do corpo no momento preciso do traumatismo, “fixação que poderia ser forte o suficiente para provocar a *reprodução* permanente ou paroxística dessa atitude” (FERENCZI, 1921, p. 167). A excitação traumática registrada no sistema mnésico do ego, adquire, desta forma, a força de pulsão, o que explicaria a compulsão à repetição sintomática. A repetição desta atitude, desta marca interiorizada, porém ainda não introjetada, é da ordem de uma “mostração”, tanto na neurose traumática como nos tiques. Knobloch (1998, p. 119) aponta que Ferenczi em suas observações sobre os tiques ou sobre os fenômenos de materialização, fala de uma memória do corpo em que as sensações de uma experiência são retidas de memória sem estas adquiram a função

⁸ Lembremos que Ferenczi não realiza uma distinção entre um narcisismo e auto-erotismo.

⁹ A ferida narcísica pode ser compreendida como uma lesão no ego realidade original, aquele constituído auto-eroticamente e não no ego narcísico referente a um corpo narcísico unificado, pois para Ferenczi segundo Landa (1999, p. 33-34), “o papel do auto-erotismo jamais será substituído pelo de narcisismo”.

de lembrança. Propõe então, que o tempo do trauma seja o do presente absoluto, o tempo do irrepresentável. O que se apresenta é aquilo que não pode ser apreendido em uma representação. Podemos pensar, segundo o modelo da autotomia, a repetição, neste caso, como uma tentativa de evacuação desta marca, de eliminação da dor.

Ferenczi evidencia que a consequência psíquica do traumatismo em um período tão precoce, em que a introjeção do objeto não se completou, constitui uma *lesão do ego*, uma ferida do *narcisismo*, cuja consequência natural é a retirada dos investimentos objetais da libido. Retomando em seu texto de 1921, *A propósito da crise epiléptica*, a idéia de autotomia, Ferenczi (1921, p. 141) nos diz que, em última instância, ocorreria a retirada do investimento libidinal do próprio organismo:

O mundo animal também nos oferece exemplos em que o organismo se defende de um sofrimento intolerável pelo desmembramento ou pela autotomia. Poderíamos ver aí o protótipo filogenético desse ‘retorno contra a própria pessoa’ que se manifesta em diversas neuroses (histeria, melancolia, epilepsia). A hipótese metapsicológica que corresponderia a esse modo de reação seria a de uma retirada do investimento libidinal do próprio organismo, que é então tratado como uma coisa estranha ao ego, ou seja, hostil. Uma profunda tristeza ou uma dor física muito forte podem reforçar a aspiração a uma quietude absoluta, isto é, à quietude da morte, ao ponto de que tudo o que ameaça perturbar essa tendência suscita uma reação de defesa e de hostilidade.

O mecanismo da traumatogênese, considerado como uma perturbação por demais violenta que produz uma desintrinação imperfeita das pulsões, encontra-se descrito em *Reflexões sobre o trauma*, artigo publicado postumamente, em que foram reunidas cinco notas sobre o tema escritas em datas diferentes.

O choque é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo [Soi]. Também pode acontecer que os *órgãos* que asseguram a preservação do Si mesmo abandonem ou, pelo menos, reduzam suas funções ao extremo. (A palavra *Erschütterung* - comoção psíquica - deriva de *Schutt* = restos, destroços; engloba o desmoronamento, a perda de sua *forma* própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, ‘à maneira de um saco de farinha’) (FERENCZI, 1934, p. 109).

A comoção psíquica sobrevém sempre sem preparação e de forma súbita, assim como Freud pontuou. Ferenczi afirma como condição adicional para que ocorra uma comoção o sentimento de decepção, ou seja, a comoção deve ser precedida de um *sentimento de estar seguro de si*, construído na relação com o objeto, como ele mesmo frisa. Acompanharemos mais adiante a discussão do papel do objeto no traumatismo psíquico.

Uma comoção pode ser puramente física, puramente moral, ou então envolver os dois campos. Uma comoção física é sempre psíquica também. No entanto, uma comoção psíquica pode por si só engendrar o trauma. Neste sentido, Ferenczi não vislumbra a possibilidade de uma ausência de tentativa de defesa psíquica frente ao trauma. Já em 1919, em seu texto *Psicanálise das neuroses de guerra*, os distúrbios percebidos deixam de ser considerados efeitos diretos do traumatismo, passando a ser compreendidos como reações psíquicas que respondem a uma tendência à proteção em relação à repetição da experiência penosa.

O traumatismo tem como consequência imediata a angústia, que consiste para Ferenczi em um sentimento de incapacidade para adaptar-se à situação. Frente à impossibilidade de fuga ou de eliminação da excitação, que representam espécies de salvamento, a única válvula de escape para o psiquismo torna-se a auto-destruição, forma de adaptação autoplástica à situação. O mais fácil de destruir é a própria consciência, a coesão das formações psíquicas em uma entidade, decorrendo daí a desorientação psíquica.

Um choque inesperado, não preparado e esmagador, age por assim dizer como um anestésico. Mas como isso se produz? Segundo parece, pela suspensão de toda espécie de atividade psíquica, somada à instauração de um estado de passividade desprovido de toda e qualquer resistência. A paralisia total da motilidade inclui também a suspensão da percepção, simultaneamente com a do pensamento. A consequência desta desconexão da percepção é que a personalidade fica sem nenhuma proteção. Essa paralisia total tem por consequência: 1º) que o curso da paralisia sensorial será, e ficará, duradouramente interrompido; 2º) que durante a mesma aceitar-se-á sem resistência toda a impressão mecânica e psíquica; 3º) que nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de sorte que as origens da comoção são inacessíveis à memória (FERENCZI, 1934, p. 113).

O traumatismo, portanto, impossibilita a inscrição psíquica, pois tudo se torna sensação sem objeto, indicando a ordem do não-representado no psiquismo. No entanto, estas impressões foram interiorizadas, porém não puderam ser introjetadas, restando presentes como marcas no sistema mnésico do ego, marcas neste eu-corpo que continuam a apresentar efeitos em paralelo às aquisições e diferenciações psíquicas posteriores.

Segundo o autor, a força relativa da excitação insuportável determina o grau e a profundidade da decomposição do eu. Esta decomposição parte da mudança do estado consciente (transe, estado onírico), podendo atingir a perda da consciência, uma síncope, com a destruição das associações psíquicas e então a morte. Apesar de toda a adaptação ser precedida de uma tentativa inibida de desintegração, em casos extremos ou muito precoces, em que Eros não consegue impelir a uma nova consolidação, ocorre uma fragmentação extrema, chamada por Ferenczi de desmaterialização¹⁰.

A fragmentação do eu e a continuação da existência nos fragmentos, segundo o modelo da biologia, pode, no entanto, ser vantajosa em um primeiro momento:

[...] a) pela criação de superfícies maiores contra o mundo circundante, pela possibilidade de uma descarga afetiva aumentada; b) sob o ângulo psicológico: o abandono da concentração, da percepção unificada, faz desaparecer, pelo menos, o sofrimento simultâneo de um desprazer com múltiplas faces. Cada fragmento sofre por si mesmo; a unificação insuportável de todas as qualidades e quantidades de sofrimento é eliminada; c) a ausência de integração superior; a cessação dos fragmentos de dor permite a cada um dos fragmentos uma adaptabilidade maior (FERENCZI, 1930, p. 248).

A fragmentação do eu, compreendida como mecanismo de defesa contra o trauma, dispersa a percepção e o sofrimento, permitindo uma descarga afetiva sem a necessária elaboração psíquica. Trata-se justamente da capacidade de síntese egóica possibilitada pelo

¹⁰ Ferenczi atribui a uma força interna de natureza desconhecida a função de apreciar a gravidade do dano, as quantidades de energia do meio ambiente ou das pessoas próximas, parecendo ter conhecimento de eventos distantes no espaço e saber exatamente em que grau poderia ser detida a autodestruição e iniciada a reconstrução. Trata-se de uma espécie de matemática psíquica que avalia com precisão tanto a gravidade do traumatismo quanto a capacidade de defesa intra e intersubjetiva disponível.

investimento de Eros que é evitada. Estas formulações dialogam com as teorizações de André Green a respeito do funcionamento psíquico de pacientes *borderlines* que evita a síntese psíquica e a conseqüente formação de sentido, originando um estado de pavor do sentido.

Para além desta defesa, Ferenczi, apesar de se referir à repetição traumática como uma tendência à cura - como teorizada por Freud -, realiza novamente um movimento de distanciamento do mestre, talvez sem se dar conta em um primeiro momento, ao apontar a importância de um mecanismo corporal na liquidação traumática. Ferenczi aproxima a consciência do corpo ao afirmar a existência de um determinado dispositivo traumatófilo que realiza uma hiperestesia dos órgãos dos sentidos para transmitir à consciência, “progressivamente e em pequenas doses, a quantidade de expectativa angustiada e de choque que o paciente tinha tentado economizar no momento do choque” (FERENCZI, 1916, p. 271). Ferenczi se refere a este mecanismo como uma catarse fracionada, que tem como alvo uma mudança da atitude libidinal. Ele acreditava que, a cada repetição, a parcela da excitação que não pode ser representada, poderia ser desta forma liquidada, por meio de uma descarga afetiva, que se aproxima da conversão histérica. Diferentemente de Freud, que afirmava a possibilidade de ligação psíquica na experiência na repetição, este modelo de Ferenczi se aproxima de um mecanismo de evacuação.

Se a partir destes processos mencionados e das preocupações narcísicas despertadas sobrevém uma liquidação do trauma, a psique reúne estes diversos fragmentos em uma nova unidade - uma neoformação do eu - e a consciência retorna, vítima de uma amnésia retroativa. A amnésia decorre, neste sentido, tanto de um esgotamento da excitação, quanto da ruptura realizada com a percepção, impedindo o processo de inscrição psíquica de um traço mnêmico. Podemos nos questionar se as marcas que restaram não permanecem de forma negativa nesta neoformação do eu, ou seja, nesta alteração egóica.

No entanto, se os choques se sucedem no decorrer do desenvolvimento, o número e variedade de fragmentos aumentam, tornando-se difícil manter contato entre os fragmentos, que passam a se comportar como personalidades distintas, sem ligação psíquica. Este constitui o estado de atomização. Tal desorganização também atinge o domínio orgânico, tornando a cooperação entre os órgãos bastante fraca, implicando um “abandono provisório da individualidade corporal” (FERENCZI, 1990, p. 72), o que dificulta a liquidação traumática.

Em *Análise de crianças com adultos*, texto de 1931, a divisão da personalidade decorrente do trauma é conceituada como uma auto-clivagem narcísica, sendo, neste momento de sua obra, considerada como primeiro recurso de defesa utilizado frente à experiência traumática. Em suas palavras (FERENCZI, 1931a, p. 341):

Tudo se passa verdadeiramente como se, sob pressão de um perigo iminente, um fragmento de nós mesmos se clivasse sob a forma de instância auto-perceptiva, querendo vir em nossa própria ajuda, e isto desde a primeira, ou primeiríssima infância. Pois todos sabemos que as crianças que sofreram muito, moral e fisicamente, adquirem traços fisionômicos de idade e da sabedoria.

Esta clivagem ocorre na própria esfera psíquica e se trata de uma defesa, pois a parte sensível ao trauma é brutalmente destruída e desinvestida, o que também explica a amnésia retroativa, enquanto a que sobrevive sabe tudo, porém não sente nada. Para Ferenczi (1931b, p. 255), a auto-clivagem narcísica constitui o processo primário de recalçamento e pode ser ilustrado por meio do ‘sonho do neném sábio’, onde a criança recém-nascida põe-se a dar sábios conselhos aos adultos.

Poderia ser esse o momento em que se está ‘semimorto’, isto é, que se possui com uma parte de si uma energia insensível porque desprovida de todo egoísmo, ou seja, uma inteligência não perturbada, que não opõe ao mundo exterior nenhuma resistência temporal ou espacial, ao passo que com uma outra parte de si procura-se, apesar de tudo, preservar e proteger a fronteira do ego. É o que em outras ocasiões se denomina auto-clivagem narcísica. Na ausência de qualquer ajuda externa, um fragmento de energia morta clivada, que dispõe de todas as vantagens da insensibilidade do que é inanimado, é posto ao serviço da preservação da vida.

A parte clivada, no entanto, sobrevive secretamente no psiquismo, como um teratoma, metáfora utilizada por Ferenczi para se referir a esta parte da personalidade que permanece secreta e infantil, enquanto o trabalho de adaptação à realidade é assumido pela parcela protetora. O autor opõe esta consequência psíquica à já descrita regressão libidinal, denominando-a de progressão traumática. Frente a uma aflição extrema, ocorre a eclosão de disposições que se encontravam em estado latente, ainda não investidas. Em uma anotação de 14 de agosto de 1932, denominada de *Trauma e clivagem da personalidade: ruptura entre sentimento e inteligência*, Ferenczi (1990, p. 251) nos revela:

O que é novo em todo esse processo é que, ao lado da fuga diante da realidade no sentido regressivo, há também uma fuga no sentido progressivo, um desenvolvimento súbito da inteligência, até a clarividência, em suma, uma fuga para frente, uma eclosão súbita das possibilidades evolutivas, virtualmente inscritas, mas até o presente momento inutilizadas no plano funcional; por assim dizer, um brusco envelhecimento (simultaneamente com o retorno das emoções ao estado embrionário). Poder-se-ia, portanto, pensar que, em consequência do choque, os sentimentos separados das representações e dos processos de pensamento e profundamente escondidos no inconsciente, até mesmo no inconsciente corporal, ao passo que a própria inteligência efetua a fuga para diante, descrita acima. O pavor foi a força que dissociou os sentimentos dos pensamentos; mas esse mesmo pavor está sempre operando, é ele que mantém separados os conteúdos psíquicos assim dissociados.

Diante de uma angústia de morte, essas disposições que esperavam sua maturação em quietude são despertadas. Ferenczi fala-nos que frente à urgência traumática, a criança que sofreu a agressão pode desenvolver repentinamente todas as emoções de um adulto, ou melhor, suas faculdades para a vida social que virtualmente estavam pré-formadas¹¹ (FERENCZI, 1933, p. 354). No entanto, a sensação de medo e pavor que não pode ser representada permanece como marca no inconsciente corporal, constitui a força que impede a associação entre essas marcas e o restante dos conteúdos representacionais.

¹¹ Veremos adiante que Ferenczi teorizou a respeito da possibilidade de transmissão de caracteres de forma intergeracional por meio de engramas, que teriam valor de monumento histórico, formas de expressão simbólicas ou indiretas do psiquismo e do corpo.

3.3 O trauma do desmentido e o papel do objeto

Em seus últimos textos, a partir de *A Adaptação da Família à Criança*, de 1928, Ferenczi tem seu olhar voltado para os efeitos do encontro entre os adultos, ou os pais e suas crianças. É possível localizar, nesse momento, a mudança teórica produzida na psicanálise, quando o autor deixa de enfatizar os efeitos intrapsíquicos desta relação, para compreender a experiência total deste encontro. Como já mencionamos, Ferenczi, nesse texto refere o traumatismo não à intensidade do acontecimento, mas à capacidade da família de fazer com que as modificações fisiológicas relacionadas às excitações não tenham um efeito traumático. Trata-se de uma capacidade que Ferenczi observa nos adultos de se sintonizarem com as angústias infantis, ao não se esquecerem de sua própria infância. Desta forma, o traumático decorre das dificuldades encontradas na relação da criança com seu meio, ou melhor, com sua família.

Em *Análise de Crianças com Adultos*, texto de 1931, Ferenczi afirma que o que torna o traumatismo realmente patógeno, quando se manifesta a paralisia do pensamento e da motilidade frente a experiências excessivas, é a negação da realidade dos fatos, ou seja, a afirmação por parte do objeto de confiança de que nada ocorreu. A criança se sente abandonada, perde o prazer de viver e volta a agressão contra sua própria pessoa. As manifestações que se apresentam em análise, nestes casos, constituem a reprodução desta agonia psíquica e física, cujo sentido lhes foi impedido, o que ocasiona uma dor incompreensível e insuportável. Ferenczi confere ao desmentido, segundo Pinheiro (1993, p. 52), toda a responsabilidade do trauma. Aí se encontra a originalidade de seu pensamento.

Em seu *Diário Clínico* - em uma nota de 27 de julho de 1932 que tem como título a questão *O que é traumático: uma agressão ou suas conseqüências?* -, Ferenczi

afirma a capacidade de adaptação das crianças muito pequenas ao trauma, enfatizando a confusão traumática como consequência da reação ambiental, mais propriamente dos adultos em quem a criança confia. Segundo ele (FERENCZI, 1990, p. 240):

A solidão traumática, a interdição e a vontade de interdizer do pai, a surdez e a cegueira da mãe, é isso o que torna a agressão traumática, isto é, própria para fissurar o psiquismo. O ser que fica só deve ajudar-se a si mesmo e, para esse efeito, clivar-se naquele que ajuda e naquele que é ajudado.

Em contraponto, também em seu *Diário Clínico*, Ferenczi (1990, p. 169) destaca o papel do objeto, do outro significativo, na manutenção da coesão psíquica:

Expresso em termos de física ou de geometria, poder-se-ia afirmar, a partir de experiências análogas, que o narcisismo indispensável como base da personalidade, isto é, o reconhecimento e a afirmação do próprio ego como entidade realmente existente, preciosa, de dimensão, forma e sentido determinados, só pode ser adquirido se o interesse positivo do mundo circundante - digamos, sua libido - caucionar de algum modo, mediante uma pressão externa, a consistência dessa forma de personalidade. Sem tal pressão de volta, digamos, de amor em retorno, o indivíduo tende a explodir, a dissolver-se no universo, talvez a morrer.

Podemos pensar que a falta de investimento libidinal do objeto impede a reunificação que Eros precisa promover frente à desintrinação pulsional gerada pelas experiências muito intensas. Quando falta a ajuda exterior, a criança então abandona toda a esperança de ser salva e a única saída que lhe resta é a autodestruição como forma última de adaptação.

Em 1933, no texto *Confusão de Línguas entre os Adultos e as Crianças*, um de seus últimos, Ferenczi, a partir de sua experiência no campo transferencial-contratransferencial com pacientes difíceis, é levado a retomar a teoria da sedução traumática dos primórdios do pensamento de Freud. Observa que uma atitude de reserva fria, preconizada à situação analítica, consiste em uma repetição da situação infantil, uma reprodução do trauma, sendo denominada por Ferenczi de hipocrisia profissional.

Considera, então, que as crises traumáticas histeriformes repetidas em sessão seriam repetições quase alucinatórias de acontecimentos traumáticos.

O trauma em Ferenczi, segundo Knobloch (1998), interfere diretamente nas relações de tempo, transtornando-as à medida que não se oferece à inscrição. Como já apontamos anteriormente, Knobloch se refere ao tempo do traumático como o tempo do presente absoluto, que é o da “mostração”, do acontecimento que não pode se inserir na cadeia temporal da história. A experiência traumática, enquanto lugar do não-representado, torna-se a experiência do impossível, de um sofrimento impossível, já que ultrapassa a força de compreensão do ser. O sintoma, segundo Ferenczi, é “estar fora de si”, ausentar-se; as pessoas traumatizadas “têm a impressão de ter superado o espaço e o tempo” (1990, p. 65). Desta forma, a importância do próprio sentimento desaparece.

Em 1933, Ferenczi relaciona, portanto, o traumático a uma confusão de línguas. A criança dirige uma demanda de amor, em seus fantasmas lúdicos, ao adulto, no registro da ternura. Jogo que pode tomar uma forma erótica (FERENCZI, 1933, p. 351). Os adultos, que já atingiram uma maturidade sexual e que têm uma predisposição psicopatológica, confundem estas brincadeiras infantis com demandas sexuais e respondem a elas com atos sexuais. Como esta situação de sedução incestuosa ocorre geralmente com pessoas da confiança da criança, estas sentem um grande medo e têm sua reação imediata de ódio e recusa inibida, ficando física e moralmente sem defesas. Se conseguirem revelar o acontecido a outro adulto e este não puder reconhecer o vivido, a criança não tem possibilidade de dar sentido à experiência e introjetá-la. O desmentido impede, desta forma, a inscrição psíquica do vivido, impedindo que possa ser representado e que entre em relação com outros conteúdos psíquicos.

Já havíamos descrito o mecanismo da progressão traumática - em que novas faculdades virtualmente presentes aparecem após o choque - como mecanismo de

defesa que implica uma clivagem narcísica. A progressão traumática associa-se, ou melhor, pressupõe a identificação com o agressor. Ferenczi (1990, p. 142) nos revela em seu *Diário Clínico* que:

No plano teórico, pode-se formular a seguinte suposição: no momento do esgotamento total do tônus muscular, é abandonada toda esperança num socorro exterior ou numa atenuação do trauma. A morte que por assim dizer, já está presente, deixa de ser temida; também desaparecem, é claro, todos os escrúpulos morais ou outros, diante do fim inelutável, o indivíduo renuncia a qualquer expectativa de uma ajuda exterior, e sobrevém uma tentativa desesperada de adaptação, de certo modo à semelhança do animal que se finge de morto. A pessoa divide-se num ser psíquico de puro saber que observa os eventos a partir de fora, e num corpo totalmente insensível. Na medida em que o ser psíquico ainda acessível aos sentimentos, incide todo o seu interesse no único sentimento que subsiste de todo o processo, isto é, o que o agressor sente. Tudo se passa como se o psiquismo, cuja única função consiste em reduzir tensões emocionais e evitar as dores no momento da morte de sua própria pessoa, transferisse sua função de apaziguamento do sofrimento automaticamente para as tensões, sofrimentos e paixões do agressor, a única pessoa a sentir alguma coisa - isto é, a identificar-se com aqueles.

O ego da criança, em sua íntima relação com o corpo, frente à aflição extrema e ao medo, realiza uma desconexão da percepção de si mesmo, deixando, assim, de sentir a dor que lhe é infligida. Sua personalidade ainda tenuamente desenvolvida fica desprotegida e toda impressão mecânica ou psíquica é aceita sem resistência. Consegue apenas perceber a satisfação e o gozo do agressor, pois lhe são totalmente exteriores, e se identifica com estes sentimentos. Submete-se, então, à vontade do agressor e esquece-se de si. Por meio da identificação, o agressor desaparece enquanto realidade externa, tornando-se intrapsíquico. Segue-se uma espécie de transe traumático, estado próximo ao sonho, em que este conteúdo, seguindo o princípio do prazer, passa a ser modelado e transformado de maneira alucinatória. “De qualquer forma, no curso do transe traumático, a criança consegue manter a situação de ternura anterior.” (FERENCZI, 1933, p. 352). A situação de ternura anterior é assim preservada, enquanto quem se torna merecedora de punição é a própria criança, pois se encontra identificada

com o sentimento de culpa do agressor. Ferenczi parte da idéia de Freud de que a capacidade de experimentar um amor objetual é precedida por um estágio de identificação para pensar esta situação, que denomina aqui de uma introjeção do objeto¹². Ferenczi (1933, p. 353) fala-nos que uma parte da personalidade da criança, o seu próprio núcleo que a partir desta identificação fica presa a certo momento ou nível em que as reações aloplásticas eram ainda impossíveis e, por uma espécie de mimetismo, reage de forma autoplástica.

Ferenczi, em sua nota *A linguagem do inconsciente*, de 2 de novembro de 1932, destrincha o mecanismo primitivo da imitação, ao qual podemos relacionar o fenômeno da identificação com o agressor, bem como outros fenômenos como a própria formação do superego. Diante da eliminação completa da comunicação consciente, ocorre uma repartição no ego como única forma de ab-reagir emocionalmente uma impressão do mundo exterior, por repetição, e comunicar o que aconteceu. Esta repartição se dá em uma parte *imitadora do estranho*, como forma primitiva de objetivação dos processos do mundo exterior e uma repetição *auto-imitadora* da reação emocional que se experimentou no decorrer do evento (prazer, desprazer, dor, angústia). O próprio ego torna-se, desta forma, objetivado (Ferenczi, 1990, p. 273). Podemos compreender, portanto, a afirmação de Ferenczi a respeito de um ser insensível puramente psíquico que se observa de fora.

Em *Confusão de línguas entre os adultos e as crianças*, de 1933, Ferenczi conclui que a criança que se restabelece da agressão, sofre então uma enorme confusão decorrente de uma clivagem em culpada e inocente. Como consequência, a criança

¹² No entanto, podemos questionar se realmente se trata de uma introjeção, em que o episódio perturbador torna-se parte do eu. Nicolas Abraham e Maria Torok aprofundaram esta discussão para denominar finalmente o fenômeno da identificação com o agressor de incorporação de objeto, a qual toma de maneira maciça o espaço psíquico evitando o sofrimento, como veremos mais adiante.

deixa de ser capaz de confiar no testemunho de seus próprios sentidos. A inteligência se desliga do ego, e por meio da identificação com o agressor, ou seja, da adaptação autoplástica, a criança chega a uma personalidade composta unicamente de id e superego, incapaz de se afirmar em caso de desprazer.

Diferentemente de Freud, que enfatiza um aspecto que poderíamos considerar mais quantitativo e intrapsíquico na aquisição do sentido de realidade - como o evitar de um desprazer maior - Ferenczi ressalta em sua teoria a importância do objeto como constituinte do movimento de intrincação pulsional. O reconhecimento da realidade decorre do sobreinvestimento realizado por meio de uma relação objetal positiva, que oferece a possibilidade de introjeção do sentido de determinada experiência. Caso o objeto não possa realizar este investimento, desmentindo o vivido, não será possível a inscrição psíquica do trauma, e assim só resta ao sujeito identificar-se com o sentimento do agressor, como prova de realidade. A identificação como mecanismo de defesa ocupa o não-lugar da representação, ou melhor, o espaço psíquico da não-representação do vivido. Enquanto a sua marca, primordialmente corporal, permanece clivada do restante do psiquismo.

Afinal, é possível afirmar que foi a partir das consequências da falha objetal observadas em sua clínica que Ferenczi pôde construir a sua teoria sobre o trauma em seus aspectos estruturantes e desestruturantes do psiquismo, bem como elaborar uma técnica para lidar com seus efeitos. Esta ênfase, lhe vale a posição de fundador da escola psicanalítica das relações objetais (BERGMANN, 1996, p. 157).

Finalmente, Ferenczi amplia a importância do papel do objeto para além da atualidade do trauma, ao apontar sua tarefa de liquidação dos traumas transmitidos transgeracionalmente. Em *Thalassa* (FERENCZI, 1924a, p. 82), o autor conclui que as

lembranças de catástrofes ontogenéticas e filogenéticas se exprimem na genitalidade e são transmitidas transgeracionalmente da seguinte maneira:

Aquilo a que chamamos hereditariedade talvez seja apenas a transferência para a descendência da maior parte da tarefa dolorosa de liquidar os traumas; em contrapartida, o plasma germinal, enquanto herança, representa a soma das impressões traumáticas legadas pelos nossos ancestrais e retransmitidas pelos indivíduos; seria esse, portanto, o sentido dos “engramas”, cuja hipótese foi postulada pelos biólogos.

Os restos traumáticos que não puderam ser liquidados são transmitidos hereditariamente a outras gerações através de ‘engramas’, para que estas realizem novo trabalho de liquidação. Ferenczi sugere, desta forma, o papel continente imprescindível do objeto, entendido aqui como sua descendência. Os trabalhos de Abraham e Torok poderão elucidar melhor esta forma de transmissão.

Estes ‘engramas’ relacionam-se com o valor mnemônico do símbolo, como expresso por Ferenczi (1924a, p. 54) no trecho abaixo:

Um verdadeiro símbolo teria o valor de *monumento histórico*, seria um *precursor histórico* dos modos de agir pertencentes a uma época superada, portanto, *restos mnésicos* aos quais somos propensos a retornar, tanto no plano psíquico quanto no físico.

E segue explicando (FERENCZY, 1924a, p. 57):

Fragmentos inteiros da história perdida ou inacessível são conservados à maneira de hieróglifos, nas formas de expressão simbólicas ou indiretas do psiquismo e do corpo.

Apesar de Ferenczi considerar que a adaptação possa ser autoplástica ou aloplástica, esta citação nos lembra que toda adaptação apresenta um aspecto autoplástico. Para ele, os órgãos ou funções recém-criadas superpõem-se simplesmente aos antigos, sem os destruir. Esta organização aparentemente abandonada subsiste sob a forma de *inconsciente biológico* e certas condições, como o trauma, podem provocar sua reativação. Ferenczi aproxima, portanto, o inconsciente do corpo, já que tais impressões

ganham marcas no sistema mnésico do ego ou de órgão - como o autor ressaltou -, mas não chegam a se tornar inscrições por falta de um sobreinvestimento necessário do objeto, necessário ao reconhecimento da realidade, bem como ao direcionamento pulsional. Em certos momentos de sua obra, referiu-se a este registro como o inconsciente verdadeiro, ao qual o inconsciente biológico acima mencionado pode ser associado.

Segundo a leitura de Abraham e Torok, autores cuja obra trará novas contribuições ao tema da dissertação, a própria compulsão à repetição destas marcas - que se apresentam na cena analítica - constituem para Ferenczi uma solução simbólica no corpo que está de acordo com o princípio do prazer, pois revelam o prazer de um ritual de festa comemorativa de uma libertação. Eles retomam o fato de que em sua teoria o corpo é utilizado para a simbolização. Uma simbolização original que o transforma em linguagem, como um texto hieroglífico sedimentado na história. Desta forma, a repetição traumática torna-se simbólica na teoria de Ferenczi, apesar de não se constituir enquanto traço mnêmico, já que, segundo os comentadores, o autor nos revela em sua obra que:

[...] somos tecidos de símbolos de um lado a outro, nossos átomos, nossas células, nossos fins ideais. Esses símbolos carregam consigo sua história, o sentido de sua gênese. Eles constituem uma unidade, mas com face dupla: o que eles permitem que apareça esconde o que não são mais. Mas é apenas o que eles não são que revela o que eles realmente são (ABRAHAM; TOROK, 1995, p. 27).

4. NICOLAS ABRAHAM E MARIA TOROK: AS RESSONÂNCIAS TRAUMÁTICAS

A leitura da obra do casal de psicanalistas húngaros Nicolas Abraham (1919-1975) e Maria Torok (1925-1998) dá seqüência ao estudo do pensamento ferencziano e se constitui quase como uma exigência do desenvolvimento do texto desta dissertação. Apesar de os autores não terem se dedicado à temática do trauma de forma explícita, conforme o percurso realizado por Ferenczi, é possível afirmar o traumático como origem de sua elaboração teórica. Toda sua obra pode ser considerada uma investigação a respeito das ressonâncias do trauma no psiquismo, bem como da (im)possibilidade de integração psíquica de seus efeitos.

Sempre próximos e atentos à dor e ao sofrimento humano, os autores asseguraram em sua teorização uma abertura clínica, na medida em que recusaram qualquer dogmatização da psicanálise e regressaram à etapa da pesquisa e da investigação clínica. Segundo Rand (2001), do ponto de vista da história das idéias, a obra de Nicolas Abraham e Maria Torok se alinha com a escola de Budapeste. Seu trabalho se liga às teorizações finais de Ferenczi no que se refere ao interesse em relação ao papel do trauma na gênese das neuroses presentes, interesse esse coincidente com as primeiras pesquisas freudianas (1890 a 1897). No que se refere à constituição psíquica, situam a emergência do psiquismo no plano da transmissão e herança de uma organização psíquica familiar, subvertendo o papel da sexualidade como origem da vida psíquica. Neste sentido, suas elaborações se distanciam das de Freud, que apesar de considerar, em vários momentos, que a ontogênese remonta à filogênese, bem como à transmissão das protofantasias, considera a sexualidade como representação de base da vida psíquica. A sexualidade, para Abraham e Torok, faz sua aparição a partir da organização familiar já presente. Interessados na possibilidade de transmissão

transgeracional, os autores recorrem à teoria de um discípulo de Ferenczi, Imre Hermann, a respeito da unidade dual, apresentada em seu livro “O instinto filial”. A unidade dual refere-se “a um período em que mãe e filho teriam vivido inseparáveis, na unidade redobrada de sua completude respectiva” (ABRAHAM, 1972, p. 332) e constitui o derradeiro princípio de inteligibilidade que rege os fatos psicológicos, tanto em seu funcionamento quanto em sua gênese. Neste quadro se insere a problemática do segredo familiar, aquele que emana de experiências traumáticas ignoradas ou negadas e dos eventos vergonhosos ou criminosos da vida de seus pais ou avós. Estes segredos dão origem às influências intergeracionais ocultas, que desorganizam o processo espontâneo e vivificante da filiação dos inconscientes no interior da organização familiar, segundo Rand (2001).

Em consonância com a perspectiva apresentada por Pons (2003, p. 29) pode-se afirmar que a teoria de Abraham e Torok “está fundada sobre dois eixos essenciais e indissociáveis – o trauma e a introjeção -, cujas intersecções formam uma rede original e complexa, resultando em uma concepção singular do símbolo e em uma criação de novas figuras metapsicológicas.” A cripta e o fantasma constituem configurações psicopatológicas decorrentes do trauma, como veremos a seguir, cuja natureza é de uma “introjeção impossível”, o que implica para os autores um fracasso do processo de simbolização. A introjeção, conceito cunhado por Ferenczi, introduz a problemática da abertura ao novo e da integração destas novidades no psiquismo, que podem ser da ordem de prazeres, traumas, conflitos, heranças impostas ou dons recebidos. Para Abraham e Torok o psiquismo é regido por dois princípios: o do alargamento de si, da descoberta criativa da vida que envolve o processo de introjeção e o de retraimento de si, que indica processos patológicos, as mortes parciais do funcionamento mental em suas palavras. O caminho a ser percorrido neste momento será o da articulação entre a noção de introjeção como ampliada por estes autores e sua relação com estas novas categorias psicopatológicas,

para alcançar suas contribuições teóricas para a compreensão dos efeitos do traumático na função psíquica da memória.

4.1 Introjeção: a simbolização do traumático

Abraham e Torok, partindo da concepção de vida psíquica como constante criação e recriação de si, consideraram a introjeção, tal como o fez Ferenczi, como o mecanismo psíquico mais arcaico, que permite sua expansão e que se encontra na origem das distinções fora/dentro, eu/não-eu. Noção co-essencial à de auto-erotismo, a introjeção constitui o motor da vida psíquica no seu conjunto. A leitura dos autores deste processo, baseada em suas observações clínicas, recai sobre aspecto pulsional do processo de introjeção, aproximando-se de uma leitura freudiana. O objeto aqui não passa de um catalisador que, ao final do processo, se tornará uma verdadeira representação da pulsão.

A perspectiva da introjeção não é da ordem da compensação, mas da ordem do crescimento: ela procura introduzir no ego, expandindo-o, enriquecendo-o, a libido inconsciente, anônima ou recalcada. Assim não é absolutamente o objeto que se trata de introjetar como se diz facilmente, mas o conjunto das pulsões e de suas vicissitudes do qual o objeto é o pretexto e o mediador (ABRAHAM; TOROK, 1968, p. 236).

Em *Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso*, texto de 1968, Torok enfatiza que o processo de transformação das incitações pulsionais em desejos e fantasias de desejo torna-os aptos a receber um nome e cidadania psíquica e a se abrir no jogo objetal. Portanto, o instrumento privilegiado do processo de introjeção é a nominação de um inter-jogo objetal que se produz desde o início sob o registro do prazer, já que ocorre

por meio das zonas erógenas. Acompanharemos este raciocínio, mais à frente, quando discutirmos o papel da representação verbal no processo de simbolização.

Abraham define a introjeção, em seu texto *O 'Crime' da Introjeção*, de 1963, como a possibilidade de interiorizar uma relação, de instalar em si mesmo um objeto que servirá de referência para apreensão do objeto externo, processo que pressupõe que o sujeito tenha a faculdade inata de ser sujeito e objeto para si mesmo. Um dos pólos desta dualidade se tornará o equivalente simbólico do objeto, ou seja, um objeto interno. Para o autor, o ato de discriminação originária entre o eu e outro se dá através de uma operação simbolizante, que tem surgimento no plano intersubjetivo.

Antes de aprofundar os estudos acerca das relações constitutivas entre o processo da introjeção e as instâncias psíquicas, é importante ressaltar a diferença que Abraham institui entre símbolo-operante e símbolo-coisa. Em seu texto de 1961 *O símbolo ou o além do fenômeno*, Abraham afirma o símbolo como um funcionamento, designando-o de símbolo operante e distinguindo-o do símbolo-coisa, que como um texto simbólico ou um hieróglifo, constitui-se como símbolo morto. Neste sentido vivo, o símbolo não se constitui símbolo por si mesmo, “mas apenas enquanto operação de um sujeito relacionado com seus objetos” (ABRAHAM, 1961, p. 31). O símbolo, para o autor, origina-se de um conflito entre um desejo e um contra-desejo, podendo este último se referir a sujeitos concretos ou a figuras imaginárias já introjetadas. Simbolizar significa substituir dois funcionamentos incompatíveis por um funcionamento novo de nível superior e simbólico em relação aos demais. Desta forma, a operação simbólica anima-se de um sentido contingente, conforme a afirmação de Abraham descrita a seguir: “*Por causa da própria passagem de um nível a outro, o funcionamento se in-determina primeiro para se re-determinar em seguida de modo contingente*” (Ibid., p. 33). Diferentemente do que em Freud, como bem nos lembra Pons, “na visão de Nicolas Abraham, percebe-se que o retorno do

recalcado não está prioritariamente associado ao aparecimento de um ‘corpo estranho’, pois prevalece uma concepção do recalçamento como uma operação *simbolígena*: o que retorna desta operação é sempre um novo símbolo” (PONS, 2003, p. 42). Este novo símbolo sempre pressupõe um simbolizado inferior.

Como consequência lógica desta linha de pensamento, tornou-se necessário para o autor explicitar a operação simbólica mais primordial, o símbolo primeiro. Abraham valeu-se, então, de uma expressão metafórica para figurar a idéia de uma tensão para o ser, o não-ser ativo, que segundo ele corresponde à Angústia¹³ originária. O Arque, o ser primeiro como definido pelo autor, é resultado de um ato constituinte surgido na angústia, somente possível no modo simbólico, por meio de uma operação inaugural de discriminação. Em suas palavras (ABRAHAM, 1961, p. 40):

Em termos formais, só se pode dizer: que A é A se for possível dizer de algum modo que A implica B sob o modo do não, isto é, se A simboliza com B. Ao simbolizar com B, simboliza precisamente a Angústia originária em que dois pólos se encontram reunidos em sua ‘tensão’ na direção do ser. Vê-se bem que o símbolo singular não se basta a si mesmo para ser. Se ele é o que é, ao mesmo tempo em que implica o que ele não é, é preciso para a permanência da articulação que o que ele não é seja por sua vez uma permanência, uma identidade.

O símbolo só pode ser considerado simbólico se inclui nele sua negação, o outro em si. Para Abraham (1961, p. 41):

Com efeito, se o Ego não é possível sem se distinguir do outro, o outro, por sua vez, oriundo da clivagem da angústia originária, deve poder se afirmar, no modo negativo, com relação a seu outro. Em outras palavras, o outro deve poder simbolizar com seu outro, simbolizando a mesma angústia originária que este. O outro será, portanto, por sua vez, ego. Quer dizer que o surgimento do ego tem lugar, de repente, no intersubjetivo, a saber, como um termo complementado por uma díade.

¹³ Neste item da dissertação buscou-se preservar o modo particular de escrita do texto de Abraham e Torok: o uso de maiúsculas e do efeito itálico. Para os autores o uso da maiúscula como artifício, “age como um revelador e acusa, inequivocamente, a mudança semântica radical que a psicanálise introduziu na linguagem” (ABRAHAM, 1968, p. 195). O campo psicanalítico se constituiu a partir de uma não-presença radical, de um hiato percebido que distancia de si o sujeito que reflete. Este hiato é entendido como condição de reflexividade. O papel das maiúsculas na psicanálise refere-se justamente a palavras que não saberiam significar nada, senão o silêncio fundador de todo ato de significação e que apresentam em si um poder de dessignificação, como é o caso de Prazer, Descarga, Inconsciente e outras que aparecerão ao longo do texto.

A Díade originária, compreendida como sistema simbólico originário, que tem sua origem no negativo da Angústia originária, funciona a cada instante em um movimento de discriminação em função da ameaça sempre presente de fusão (fusão simbólica) e da conseqüente regressão na angústia. Abraham compreende que “*a implicação do Outro no Ego constitui o símbolo da fusão, isto é, da Angústia*” (ABRAHAM, 1968, p.41). Desta forma, pode-se alcançar outra afirmação do autor que se refere a uma exigência constante para o símbolo de operar sem nunca se consumir, sem jamais se dissolver na fusão originária ou atingir uma clivagem efetiva. É neste movimento de pulsação, uma verdadeira alternância entre fusão e defusão simbólicas, que se institui o tempo elementar. Portanto, “o advento do símbolo é contemporâneo ao advento do Ego, do Tempo e do Outro” (*Ibid.*, p.42).

Para uma compreensão mais ampla das afirmações acima, é necessário saber que para Abraham a clivagem, que poderia ser considerada constituinte, ou seja, diferenciadora de instâncias, se efetua por inclusão simbólica do complemento da díade. A simbolização de uma afecção que produz um conflito no seio de um funcionamento, para o autor, dá origem a um novo símbolo a partir de uma operação de identificação com o outro, que se constitui simultaneamente como objeto e obstáculo do desejo. Aproximando-se da idéia de introjeção de Ferenczi e distanciando-se do recalçamento proposto por Freud, Abraham (1962b, p. 93) descreve o nascimento de um novo desejo consciente conforme a operação descrita abaixo.

Primeiramente, a passividade da afecção será assimilada por uma operação simbolizante: a identificação. EU faço a MIM, de maneira simbólica, o que acabo de sofrer. Num segundo tempo, o resultado desta identificação é “projetado” no mundo exterior ou, em termos mais rigorosos, relacionado, de maneira intencional, às passividades que sobrevêm posteriormente. Estas, eu sei doravante apreendê-las, eu sei fazer delas “unidades de sentido”. “Eu me” torna-se assim o instrumento de apreensão do “outro me” e as afecções são reencontradas fora como representantes do superego. A dialética da identificação prossegue, desde então, não mais com relação a uma afecção, mas com relação a um objeto intencionalmente visado que será, assim, fonte reconhecida.

Trata-se de uma operação enriquecedora do psiquismo que, ao transformar as afecções em afeto por meio da identificação, instala as instâncias psíquicas, alargando o patrimônio do id, do ego, bem como o alcance do superego. Pons (2003, p. 51) recupera a dialética presente nesta operação ao apontar que, por meio da identificação simbolizante, a afecção não só se traduz em símbolo, mas sobrevive e continua a funcionar, segundo Nicolas Abraham, incluída no ‘presente’ a título de potencialidade. Desta forma, pode-se afirmar que todo desejo simboliza o obstáculo de que resulta, traz em si o estranho, o outro; e tem como motivação o encontro com outro sujeito. Para Abraham, uma Díade, não tem possibilidade alguma de sofrer outra afecção que não seja o encontro com outra Díade. De forma prospectiva, é a própria maturação, oriunda da defasagem dos momentos subjetivos no encontro, que para Abraham invalida os desejos arcaicos e institui o objeto-obstáculo, bem como o recalçamento apropriado a cada fase. É possível pensar, portanto, que todo encontro é da ordem de uma confusão de línguas, porém nem sempre traumática. O novo modo de satisfação criado é sempre simbólico em relação ao anterior. Por conseguinte, o processo de simbolização pode ser considerado como um “recalque sublimativo formador do ego e não de recalçamento patogênico de afecções inadequadas à exigência da idade” (ABRAHAM, 1962b, p. 100). Trata-se de um processo estruturante de constituição do ego, que por meio da identificação simbólica interioriza os objetos-obstáculos. Esta inclusão simbólica do objeto-obstáculo implica em uma clivagem estruturante, que produz membranas psíquicas. Esta operação de simbolização corresponde à noção de introjeção de Ferenczi.

Abraham e Torok, interessados nos entraves a este processo estruturante de constituição psíquica, decorrentes das influências do objeto, considerado inicialmente como membro da Díade originária, resgatam, no final de sua obra conjunta, o conceito de unidade dual introduzido por Imre Hermann, em seu livro *O instinto filial* para

explicar os efeitos do fantasma (como veremos mais à frente). Este conceito, segundo os autores, constitui o derradeiro princípio de inteligibilidade que rege os fatos psicológicos, tanto em seu funcionamento quanto em sua gênese. A unidade dual refere-se “a um período em que mãe e filho teriam vivido inseparáveis, na unidade redobrada de sua completude respectiva” (ABRAHAM, 1972, p. 332). A originalidade encontrada por Abraham no pensamento herrmanianno é o deslocamento da ênfase no instinto materno para o filial. O instinto materno para o autor não passa da capacidade da mãe projetar, através de uma projeção identificatória, no filho seu próprio instinto filial e “aí vivê-lo por procuração” (ABRAHAM, 1972, p. 332). Desta forma, “a criança contribui para criar sua mãe como tal” (PONS, 2003, p. 85). A ligação entre mãe e filho à maneira de vasos comunicantes para Hermann, tem como arqui-modelo (situação arcaica conjectural) a relação instintiva de agarramento que existe entre o macaquinho e sua mãe. O instinto filial decorre da inibição filogenética deste instinto de agarramento simiesco, tornando-se simbólico no Homem como o desejo-impossível de se agarrar à mãe. Para Abraham, é a frustração deste instinto que servirá de arqui-modelo para a constituição da tópica humana. O mito-hipótese de origem da tópica humana diz respeito a um arqui-traumatismo que interrompeu o agarramento e à incorporação de um estilo melancólico deste estado de fato. Explicaremos adiante a diferença entre a noção de introjeção e de incorporação teorizada pelos autores para explicitar a nova categoria metapsicológica de cripta, mas já podemos intuir a distinção na passagem abaixo.

É, portanto, a incorporação do trauma que se tornou responsável pela divisão do psiquismo em duas partes incompatíveis: a parte recalcada compreendendo agarrador com a imago da mãe agarrada e a parte manifesta que busca, ativamente, reproduzir o traumatismo da separação que a ele se liga, por assim dizer (retorno do recalcado). Essas duas partes correspondem, respectivamente, ao inconsciente e ao ego (ABRAHAM, 1972, p. 350-351).

O traumatismo filogenético pode ser considerado como o resultado doloroso da perda do agarramento. Segundo Hermann, “a criança só pode experimentar dolorosamente sua condição de não agarramento e projetar seu agente sobre uma personagem exterior, que ele reinteriorizará sob a forma de superego, agente brutal de desligamento” (ABRAHAM, 1972, p. 333). Tal desenvolvimento é responsável pela clivagem progressiva do psiquismo, sendo o desejo de agarramento, bem como os demais instintos filiais, relegados ao id. A unidade dual termina quando a clivagem é realizada e se institui uma relação com os outros que significarão, então, simultaneamente, promessa e interdito de agarramento. Abraham nos alerta, entretanto, que esta clivagem intrapsíquica raramente se dá de forma completa, subsistindo uma relação de agarramento inter-psíquico. É possível compreender, assim, quando o autor se refere à unidade dual como um ser fictício, como o não-separado-separado, ou a separação inclusa no não separado, em seu texto *Notas sobre a unidade dual e o fantasma*, de 1974. A disjunção da unidade originária, compreendida como utopia de complementariedade, produz, em ambas as partes, a ferida de uma única lacuna: a da mãe. “Com efeito, este é o paradoxo: se à criança faltar a mãe, à mãe, por sua vez, é ainda a mãe da criança que ela foi que lhe faltar” (ABRAHAM, 1974, p. 364). Ambos nunca mais serão capazes de restabelecer a unidade originária e o in-divíduo como o não-separado decorrerá da separação ocorrida em seu interior. Esta lacuna de mãe transmitida através de gerações nos aponta para o fantasma, categoria metapsicológica cunhada pelos autores e que será explicitada adiante, como elemento estruturante do psiquismo, fruto da introjeção progressiva do desejo parcialmente realizado ou não realizado pelos ascendentes.

Como pudemos acompanhar anteriormente, a clivagem progressiva do psiquismo com a respectiva formação tópica ocorre a partir da inclusão simbólica da relação inicial com a mãe que confere à criança a possibilidade de se diferenciar.

Abraham, retomando o papel central da representação verbal no processo de simbolização, afirma que é a aquisição da linguagem falada que realiza por fim esta distinção. Para o autor, antes da aquisição da linguagem falada, a criança não tem Inconsciente nem consciente que não sejam o da mãe. Suas palavras ainda são pedaços-de-mãe. “A descoberta do filho tem lugar quando esses pedaços-de-mãe que são as palavras se *descentram* da própria pessoa da mãe para designar acontecimentos objetivos” (ABRAHAM, 1974, p. 379). Neste preciso momento, que corresponde ao momento do jogo do *fort-da* de Freud, ocorre o recalçamento do Inconsciente da mãe, que é assumido como fantasma da fala. A substituição do pólo verbal materno pelo pólo verbal objetivo possibilitará à criança comunicar-se com a função materna exterior, uma vez que permitirá reencontrar no mundo analógicos da mãe. Temos assim que, a linguagem falada funciona simultaneamente como instrumento de ligação e de separação da mãe. Para Abraham, “a linguagem é sempre, antes de mais nada, um fato de des-maternização” (*Ibid.*; p. 386), que promove a progressiva diferenciação entre o mundo materno-familiar e o mundo intersubjetivo-social à medida que fornece um campo ilimitado para jogos de presença e ausência. Nesta passagem de nível implicada na operação simbólica, o conflito que se encontrava em primeira instância no plano motor ascende ao nível da representação, compreendida primeiramente como animação de um signo lingüístico por uma encenação visual. Para o autor (ABRAHAM, 1961, p. 33) “é a linguagem verbal que constitui o ponto de partida da representação”.

Abraham e Torok consideravam a linguagem falada, em sua especificidade, como instrumento central do processo de autonomização do sujeito. Somente as palavras possuem a característica da dupla polaridade, podendo remeter tanto ao que não está presente porque recalçado quanto ao que não está aí, por estar objetivamente ausente. Retomando as teorizações freudianas acerca da bipolaridade das palavras,

Abraham relembra que o papel central da palavra para Freud era o de mediação entre diversos níveis psíquicos. As palavras, enquanto traços mnésicos, eram recebidas do exterior (da função materna do meio ambiente, segundo Abraham e Torok) e estocadas no pré-consciente sob a forma de representações acústicas. “Mas, por outro lado, essas representações acústicas estavam religadas, para o interior, a representações de ‘coisas’ (compreendendo provavelmente também as representações acústicas de ‘coisas’ e de palavras-coisas) enxertadas nas pulsões” (ABRAHAM, 1974, p. 384). As palavras adquiririam sua bipolaridade justamente nos momentos sucessivos da instalação de um membramento tópico, enquanto mensageiros que se viam chamados a transpor as barreiras mais ou menos permeáveis nos dois sentidos.

Em seu texto *A Casca e o Núcleo*, de 1968, aprofundou seu estudo a respeito da origem da bipolaridade das palavras, compreendidas então como símbolos-mensageiros. O autor parte da idéia de um silêncio fundador de todo ato de significação, um hiato psíquico, que posteriormente, como vimos, foi compreendido como lacuna de mãe. Trata-se de uma verdadeira não-presença em nós como condição de reflexividade, o negativo gerando positividade psíquica por meio da produção de símbolos. Abraham relega esta não-presença radical ao plano do Somático, considerado como Núcleo. O autor relembra que Freud denominou o *Núcleo do ser* de o Inconsciente. Abraham, no entanto, utilizando-se da metáfora da casca e do núcleo, explica que o Somático excita o Psíquico, compreendido como um Invólucro (que tem o corpo próprio como uma de suas funções) por meio de seus mensageiros, os símbolos. Estes símbolos, cujo conteúdo é pulsional, realizam a ligação somato-psíquica. Para Abraham, “O relê entre a fantasia e o afeto passa, portanto, pelo Orgânico de que ambos emanam” (ABRAHAM, 1968, p. 200). A pulsão traduz as exigências orgânicas na linguagem do Inconsciente que, para passarem à Consciência, deverão ser transformadas em afeto e fantasias. Esta

transmissão decorre de uma série de encaixes analógicos, como sugerido neste trecho do *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis, modificado em itálico e entre parênteses pelo autor (ABRAHAM, 1968, p. 204):

A excitação endógena é concebida sucessivamente como proveniente do interior do corpo (=do *Núcleo, do Organismo*), depois, do interior do aparelho psíquico (= *do Inconsciente= Núcleo secundário*), e por último, como estocada no Ego (= *O Invólucro do Inconsciente*)... há aí uma série de encaixes sucessivos, que...leva a conceber a idéia de um Ego como uma espécie de metáfora realizada do organismo (= *do Núcleo dito orgânico*).

Abraham também se questiona a respeito do caminho percorrido pelas mensagens no sentido inverso, do Invólucro ao Núcleo. Para compreender o mecanismo da inscrição psíquica destes “vestígios da percepção”, ou vestígios memoriais, o autor se vale da explicação a respeito do funcionamento memorial fornecida por Freud em seu texto *Notas sobre o Bloco Mágico*, de 1924. Esta releitura freudiana implica em uma única inscrição do evento que não se dá nem no Inconsciente e nem no Pré-consciente, mas sim em uma região intermediária, na superfície de contato do núcleo e da periferia. Sem ser desdobrado, o que se opõe à teoria freudiana anterior de uma dupla inscrição¹⁴, o vestígio da inscrição poderá servir a um duplo uso: nucléico, por sua face voltada para o Inconsciente; e periférico, por sua face voltada para o Consciente. Radicalizando a idéia de vestígio, Abraham propõe que a inscrição psíquica se torna possível justamente em função desta diferença de emprego do vestígio e que esta duplicidade é constitutiva tanto do Invólucro como do Núcleo. Segundo o autor, “Invólucro e Núcleo teriam essa fronteira por substância, instrumento, objeto e sujeito simultaneamente” (*Ibid.*, p. 205). Portanto, ao situar as marcas memoriais no limite núcleo-periferia, permite que estas

¹⁴ Inscrição simultânea dos eventos nos diversos sistemas psíquicos, a qual não serviria de relê núcleo-periférico, pois a rememoração da lembrança recalçada não modificaria sua localização no Inconsciente, apenas libertaria o inscrito no Pré-consciente.

atuem em ambos os Sistemas simultaneamente e confere-lhes a mesma missão de mediação que representações, afetos e fantasias, formando uma superfície de comunicação. A potência simbólica destas marcas advém precisamente desta duplicidade.

É possível compreender finalmente a afirmação de Abraham, apoiada nas teorizações ferenczianas acerca do símbolo, que nosso corpo é linguagem desde a origem, e que, neste sentido, “não há duas realidades, uma psíquica e outra orgânica, mas uma só feita de significações e de símbolos” (ABRAHAM, 1962a, p. 25). Ao buscar a origem do sentido, Abraham acreditava que as significações de base só poderiam ocorrer por um processo de simbolização mais original realizada na filogênese, a respeito de traumatismos e de privações que afetaram a espécie (*Ibid.*, p.23). Para o autor, trauma e conflito apresentam a mesma estrutura, ambos se constituem como afecções a um determinado nível de funcionamento psíquico, capazes de produzir sua inibição. Tomando como referência as proposições de Ferenczi sobre as origens, Abraham suporá que o mundo dos fenômenos, bem como o psiquismo, emana de catástrofes, das afecções, cujos restos fragmentários sobrevivem nos fenômenos que engendram. Desta forma, os sintomas e as manifestações emotivas utilizam-se de possibilidades filogenéticas já inscritas no corpo. Segundo ele: “a linguagem dos órgãos e das funções seria, portanto, por sua vez, um conjunto de símbolos que remetem a uma linguagem ainda mais arcaica e assim por diante” (*Ibid.*, p.24).

Apesar de não ter se referido diretamente à temática do trauma como Ferenczi, a noção abrahamiana de operação simbólica permite-nos distinguir o conflito constituinte do que pode ser considerado como realmente traumático para o psiquismo. O trauma interrompe o funcionamento da operação simbólica, como veremos a partir do estudo das novas categorias psicopatológicas criadas pelos autores; e tem como conseqüências a instituição de uma clivagem efetiva no ego, impossibilitando seu alargamento, bem

como a comunicação interna mediada por representações e afetos. Instaure, além disso, um funcionamento psíquico segundo um registro de tempo absoluto, conforme as teorizações de Knobloch, apresentadas no item dedicado às contribuições de Ferenczi. O traumático impede o dinamismo de um funcionamento em relação com os objetos, capaz de produzir o símbolo-operante. Difere das afecções (ou trauma constituinte) a que todos estamos expostos, cuja simbolização se torna imprescindível para o processo da maturação psíquica, ao possibilitar, como vimos, por meio do processo de introjeção do objeto-obstáculo, a instalação de membranas psíquicas, por meio da representação. O trauma impede a simbolização do objeto-obstáculo e, desta forma, constitui-se como “introjeção impossível”, interrompendo o processo dialético de maturação.

4.2 A Criptoforia e as ressonâncias do traumático no psiquismo

O objeto abrahamiano desempenha, como pudemos acompanhar na discussão anterior, um papel constituinte de mediação entre o sujeito e o ambiente; é por esta razão que Abraham e Torok, instigados pela clínica dos casos difíceis, assim como o fez Ferenczi, buscaram no funcionamento desta relação, as bases para a compreensão do trauma patológico. Partindo da noção de desmentido de Ferenczi, como impossibilidade de elaboração do evento que produziu o trauma em função da falta de legitimação do ocorrido, os autores focaram sua atenção justamente no que se constitui como entrave ao processo de introjeção. O estudo das novas figuras metapsicológicas oriundas de suas observações, a cripta e o fantasma, revelará tanto os efeitos do trauma, bem como os mecanismos da traumatogênese na concepção destes autores. Vale ressaltar, neste

momento, que suas contribuições teóricas constituíram um acréscimo às elaborações de Ferenczi no que se refere aos efeitos e ressonâncias do trauma entre e por gerações.

Ao se deterem sobre as consequências psíquicas da perda do objeto, Abraham e Torok depararam-se com um fenômeno ainda não descrito na teoria psicanalítica, um acréscimo libidinal quando da perda do objeto, acompanhado de um sentimento de pecado. Ao analisarem a origem do fenômeno, perceberam que esta invasão sexual se referia a um momento de desejo ilegítimo em relação ao objeto que se transformou em um segredo indizível e que só pode vir à tona no momento da morte do objeto-interdutor. A cripta como figura metapsicológica corresponde ao enterro, ou enquistamento no interior do psiquismo, desta situação vivida como traumática em função da exposição do segredo a um terceiro. É a vergonha e a impossibilidade de comunicação do vivido que produzirá um lugar psíquico denominado por Torok de cripta, para manter escondido o segredo. Rand (2001) destaca que a ausência de socialização ocorre paralelamente a uma cisão interna que estabelece então um funcionamento em circuito fechado, um diálogo oculto com o objeto perdido ou com a perda de si mesmo. “O momento libidinal inconveniente é seqüestrado no seio do ego. Visando seu enterramento psíquico, o prazer indevido é como que emurado vivo: clivagem psíquica” (RAND, 2001, p. 78). Torok distingue este fenômeno do processo de luto, referindo-se a ele como a doença do luto à medida que considera que a natureza do luto depende da relação afetiva prévia à morte.

Rand (2001, p. 72) nos relembra que Torok situou a doença do luto no quadro das neuroses intergeracionais. Para o comentador, este fenômeno se refere à influência de um objeto amado, ele mesmo mutilado em seus próprios desejos, durante o período de elaboração psicosssexual da criança. A ambivalência do objeto em relação aos seus próprios desejos, simultaneamente desperta e impede o desenvolvimento libidinal do

sujeito. Rand distingue na obra de Torok duas formas de doença do luto. Na primeira forma, o objeto amado suscitou e interditou o desenvolvimento libidinal da criança ou do adolescente, tomando a posição de guardião do recalamento e de seu levantamento eventual. Segundo Torok: “a imago foi constituída precisamente (bem como o objeto externo que a encarna) em depositária de uma esperança: realizar um dia os desejos - que ela mesma interditou- se realizarão um dia. Enquanto isso, é ela que detém e retém a coisa preciosa cuja falta estopia o Ego” (TOROK, 1968, p. 235) . Quando o objeto falece, o morto passa a reter em definitivo a possibilidade de elaboração do desejo e a parte não assimilada das pulsões se fixa em Imago. Já a segunda forma, considerada por Rand mais complicada, compreende também uma fixação sobre um objeto de amor contraditório (detentor e interditor do desejo ou do prazer). Sua morte, porém, é acompanhada de desejos carnis ou por um orgasmo involuntário. A irrupção libidinal desprezou o obstáculo que barrava a introjeção do desejo, surgiu sem a autorização do objeto. Este júbilo involuntário é vivido como uma vergonha e um crime inconfessáveis. A pessoa, que durante sua vida não se autorizou a voluptuosidade, continua a interditar o prazer como por retroação. O momento será enterrado em uma caverna psíquica chamada de cripta.

Frente à novidade de tal observação clínica, a autora se viu obrigada a diferenciar os mecanismos psíquicos envolvidos nesta doença do luto do processo de introjeção das pulsões, visto que este conceito vinha sendo utilizado de maneira indiscriminada no campo psicanalítico para explicar fenômenos psíquicos diversos. A esse mecanismo específico que tem como efeito justamente o bloqueio do processo de introjeção, Torok definiu como incorporação. A incorporação, segundo a autora, diz respeito à instalação de uma fantasia no psiquismo que se opõe ao processo de modificação tópica imposta pela realidade. A fantasia de incorporação alucina a

presença, no interior de si, de uma coisa, de um acontecimento, de um objeto de amor para enganar a necessidade de fazer uma elaboração afetiva e verbal. Trata-se, segundo Rand (2001, p. 79) de uma manobra de anti-realidade. Neste sentido, Torok afirma a função conservadora da fantasia. Segundo os autores, “poder-se-á reservar o nome de ‘fantasia’ a toda representação, toda crença, todo estado do corpo, que tende ao efeito oposto (de modificação tópica), isto é, à manutenção do *status quo* tópico” (ABRAHAM; TOROK, 1972, p. 243). Sustentam, desta forma, que a fantasia incorporativa é essencialmente narcísica, inconsciente e se refere a uma tópica *secretamente mantida* (*Ibid.*, p. 244). Frente à perda do objeto com o qual se dividia o segredo tão prazeroso e, portanto, frente à impossibilidade de elaboração do vivido, ou seja, a recomposição profunda do psiquismo, a fantasia de incorporação realiza de modo mágico este processo através da introdução do objeto no corpo do sujeito. A delicadeza deste mecanismo se encontra justamente no fato de que, para escamotear a perda, se imagina “engolir” o que está perdido sob a forma de um objeto – total ou parcial - o que difere radicalmente do processo de introjeção. As palavras dos autores nos ajudam a vislumbrar o que se passa:

Absorver o que vem a faltar sob a forma de alimento, imaginário ou real, no momento em que o psiquismo está enlutado, é recusar o luto e suas conseqüências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que sabendo, fôssemos outro, em síntese é recusar sua introjeção. A fantasia de incorporação denuncia uma lacuna no psiquismo, uma falta no lugar preciso em que uma introjeção deveria ter ocorrido (*Ibid.*, p. 245).

Continuando em busca de uma maior precisão na distinção dos conceitos, Abraham e Torok se dirigiram à origem do processo de introjeção para caracterizá-lo como uma comunhão de bocas vazias. Para os autores, o primeiro paradigma da introjeção consiste em aprender a preencher o vazio da boca com palavras. Esta

conversão em relação de linguagem só é possível em uma comunidade falante, ou seja, na presença de uma mãe que possua linguagem, cuja assistência é essencial à origem da operação. Em primeiro lugar, a própria boca vazia se torna palavra, em seguida a ausência dos objetos e depois as experiências dos próprios objetos se convertem em outras palavras (ABRAHAM; TOROK, 1972, p. 246). A introjeção pode ser compreendida, neste sentido, como um processo de metaforização das experiências.

Segundo os autores (*Ibid.*, p.246):

Introjetar um desejo, uma dor, uma situação, é fazê-los passar pela linguagem numa comunhão de bocas vazias. É assim que a absorção alimentar, no sentido próprio, se torna a introjeção no figurado. Operar essa passagem é conseguir que a presença do objeto dê lugar a uma auto-apreensão de sua ausência. A linguagem que supre essa ausência, *figurando* a presença, só pode ser *compreendida* no seio de uma ‘comunidade de bocas vazias’.

A magia incorporante, como designada pelos autores, produz tanto a desmetaforização, entendida como a tomada ao pé da letra daquilo que se entende no figurado, como a objetivação, deslocando o foco da ferida do sujeito para a perda do objeto, para o fato bruto. Landa (1998) nos relembra que, do ponto de vista anassêmico, apresentado por Abraham em “A Casca e o Núcleo”, o pólo Núcleo, tendo perdido seu representante externo, o objeto, desaparece, bem como o Invólucro como pólos anassêmicos. A atividade reflexiva, na urgência do momento, cria a ilusão de que tudo se passa entre o “eu” e o “me”.

As palavras outrora dirigidas ao sujeito pelo objeto e as palavras do sujeito endereçadas ao objeto se tornam cascas vazias pelo fato de que elas perderam o objeto que representava o Núcleo. Compreende-se como a fantasia de incorporação trai uma lacuna no psiquismo, uma falta no lugar preciso onde uma introjeção deveria ter acontecido: na superfície de contato entre o Núcleo e o Invólucro, a penetração das mensagens do Núcleo no Invólucro é interrompida e imediatamente substituída por essa imagem da introdução no corpo de um objeto. (LANDA, 1998, p.224)

Neste contexto, a fantasia toma como objeto de tematização justamente a metáfora da introjeção. É por não poder articular determinadas palavras, por não poder se nutrir, segundo os autores, das palavras trocadas com outrem, “que se tomará em fantasia, o inominável, a própria coisa” (ABRAHAM ; TOROK, 1972, p. 247), realizando a introdução fantasiosa da pessoa inteira ou de parte dela. Diferentemente da recusa do luto ou da negação da perda, a incorporação como doença do luto só é possível frente a perdas que não podem ser confessadas, enquanto perdas, quando há um segredo a se perpetuar, um prazer clandestino dividido com um objeto narcisicamente indispensável, que ocupou a posição de ideal de ego. Um segredo que diz respeito a um desejo e a um interdito simultaneamente, algo que não pode ser relatado a um terceiro, um luto vergonhoso que sobrevém a um estado de ego já compartimentado. “É essa compartimentalização que, por sua estrutura mesma, a cripta perpetua. Não há cripta, pois, que não tenha sido precedida de um segredo partilhado, de um segredo tendo já, previamente, fragmentado a tópica” (*Ibid.*, p. 250). Segundo os autores Abraham e Torok (1972, p. 250), somente nestes casos é que o sujeito se vê obrigado a opor à perda uma denegação radical que a oblitera.

Todas as palavras que não puderam ser ditas, todas as cenas que não puderam ser rememoradas, todas as lágrimas que não puderam ser vertidas, serão engolidas, assim como, ao mesmo tempo, o traumatismo, causa da perda. Engolidos e *postos em conserva*. O luto indizível instala no interior do sujeito uma *sepultura secreta*. Na fuma repousa, vivo, reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos - efetivos ou supostos - que haviam tornado a introjeção impraticável. Criou-se, assim, todo um mundo fantasístico inconsciente que leva uma vida separada e oculta. Acontece, entretanto, que, por ocasião das realizações libidinais ‘à meia-noite’, o fantasma da cripta vem assombrar o guardião do cemitério, fazendo-lhe sinais estranhos e incompreensíveis, obrigando-o a realizar atos insólitos, inflingindo-lhe sensações inesperadas.

É possível considerar a figura da cripta como um desenvolvimento teórico dos efeitos do desmentido ferencziano no psiquismo. A cripta perpetua o segredo indizível através da destruição ativa da capacidade de figuração das palavras, como efeito dos muros intrapsíquicos que precisaram ser construídos em decorrência de uma experiência que pôs a tópica em perigo, uma experiência traumática. O cadáver saboroso do objeto permanece conservado no interior de uma zona que atua como um inconsciente artificial, instalada no próprio seio do ego, mantida por uma operação de clivagem, chamada pelos autores de recalçamento conservador. Somente a incorporação e a identificação subsequente, como veremos, permitem salvaguardar o estado da tópica, marcada pela sedução, tornando-se único modo de reparação narcísica.

Na tópica, essa cripta corresponde a um lugar definido. Não é nem o Inconsciente dinâmico, nem o Ego da introjeção. Seria antes como um território encravado entre os dois, espécie de Inconsciente artificial, instalado no próprio seio do Ego. A existência de tal túmulo tem por efeito obturar as paredes semipermeáveis do Inconsciente dinâmico. Nada deve filtrar para o mundo exterior (ABRAHAM; TOROK, 1971, p. 239).

O recalçamento conservador se opõe, desta forma, ao recalçamento constitutivo, chamado de recalçamento dinâmico. Este último mantém um desejo nascido do interdito inconsciente; porém, não impede sua busca de satisfação por meio de realizações simbólicas como o sintoma. Neste sentido, há circulação psíquica. No caso do criptóforo, trata-se de manter clivado um desejo já realizado, não permitindo desvios e substituições. Tal desejo deve ser impedido de renascer como de morrer. Deve-se proteger o recalçamento histórico constitutivo subjacente, pois o que realmente aconteceu foi que as palavras do interdito perderam seu efeito de interdito, o desejo foi realmente realizado antes de ser enterrado. A prova aparece na clínica, no fenômeno da positividade das palavras indizíveis, palavras enterradas vivas, como se o passado estivesse presente como um *bloco de realidade*.

As palavras, as frases indizíveis e ligadas a lembranças de alto valor libidinal e narcísico não se acomodam à exclusão. Desde sua cripta imaginária em que, desvitalizadas, anestesiadas, dessignificadas, a fantasia acreditava pô-las em hibernação, as palavras indizíveis não cessam de desenvolver sua ação subversiva (ABRAHAM; TOROK, 1972, p. 251).

Apesar de os autores não terem desenvolvido diretamente uma teoria a respeito da memória, ao evidenciarem as ressonâncias do trauma, resvalaram na forma de registro psíquico das experiências. O registro psíquico enriquecedor, ou seja, aquele que promove um alargamento do psiquismo, depende da possibilidade, como vimos, de simbolização das pulsões envolvidas em determinada situação. Este processo de transformação da experiência, desde o início conflitante, em símbolo, intimamente ligado ao recalçamento constitutivo, relaciona-se com a construção de uma memória subjetiva compreendida como apropriação de vivências, afetos por meio de sua elaboração em representações verbais, palavra-imagens. Apresentam, desta forma, indiretamente, uma teoria da memória baseada em um processo de simbolização que visa tornar próprio o vivido, ampliando, desta forma, as reservas egóicas e psíquicas em geral. O trauma, no entanto, ao interromper o processo de introjeção, tem como efeito uma fratura no processo de simbolização, introduzindo uma lacuna no psiquismo e desencadeando como defesa a incorporação fantasiosa do objeto. Esta lacuna é preenchida pela inclusão de dados brutos da realidade traumática, pelo objeto inteiro ou por parte dele. É possível pensar nestes registros como um registro estático, um registro bruto não subjetivado, não próprio, e que, por ameaçar o restante do psiquismo, deve ser mantido isolado, não podendo se articular com os demais traços psíquicos. Existe, aí, uma confusão de línguas, de idiomas. Lembranças que não puderam enriquecer o psiquismo por não poderem se misturar com o restante do patrimônio psíquico. Um

verdadeiro patrimônio estrangeiro, noção que nos ajudará a compreender a teoria do fantasma, apresentada pelos autores.

O germe da noção de fantasma aparece no texto *Luto ou Melancolia* de Abraham e Torok de 1972, no momento em que estes ampliam o conteúdo da cripta para além de palavras, imagens e afetos, podendo abarcar uma pessoa completa com sua própria tópica, o que mais tarde denominaram de tópica de inclusão. No texto acima citado, os autores antecipam a conceitualização de identificação endocríptica apresentada em 1975, em seu texto *O objeto perdido-ego*. Como complementação da formulação freudiana sobre a identificação melancólica que diz respeito ao fenômeno em que o ego se disfarça com características do objeto, formulação que ficou conhecida como a sombra do objeto que recai sobre o ego, os autores descrevem outro fenômeno, efeito da cripta no criptóforo. Trata-se da identificação do sujeito com o conteúdo da própria cripta, em que ocorre a troca da própria identidade “por uma identificação ‘fantasística’ com a ‘vida’ de além-túmulo do objeto perdido por efeito de um traumatismo metapsicológico, esse mecanismo totalmente específico, será denominado, na falta de algo melhor: *identificação endocríptica*” (ABRAHAM; TOROK, 1975, p. 280). O traumatismo metapsicológico a que se referem diz respeito à “perda” pelo efeito mesmo do traumatismo que se inseriu entre o idílio e seu esquecimento, trata-se do “elemento de realidade tão dolorosamente vivido, mas que escapa em nome de sua natureza indizível, a todo trabalho de luto, que imprimiu a todo psiquismo uma modificação oculta” (*Ibid.*, p. 279) E oculta esta modificação deve permanecer por meio da denegação tanto da realização do idílio quanto da perda. Para mascarar esta realidade de natureza vergonhosa, o objeto incluído nesta criptofantasia, fantasia de empatia identificatória imaginária, passa a usar o Ego como máscara. A formulação sobre a identificação endocríptica realiza um acréscimo teórico às elaborações ferenczianas a

respeito da identificação com o agressor, explicitando seu mecanismo e motivação. No entanto, a noção de fantasma, enquanto efeito do segredo nas gerações seguintes, neste texto, só aparece indicada enquanto imagem para oferecer um nome às repercussões da cripta à escuta analítica.

4.3 O Fantasma e o traumatismo transgeracional

A noção de fantasma para Abraham e Torok, nascida do interesse de Abraham pelos efeitos dos segredos de família sobre as gerações seguintes, está ligada à questão da transmissão transgeracional e se constitui em uma contribuição original para a psicanálise. Em suas palavras (ABRAHAM ; TOROK, 1974, p. 278):

Por menos segredos que tenham seus pais, eles lhes transmitirão uma lacuna no próprio inconsciente, um saber não sabido, uma nesciência, um objeto de um ‘recalcamento’ em processo. Um dizer enterrado em um dos pais se torna para a criança um morto sem sepultura. Esse fantasma retorna, então, a partir do inconsciente e vem assombrar, induzindo fobias, loucuras, obsessões. Seu efeito pode chegar a atravessar gerações e determinar o destino de uma raça.

Tal lacuna, produzida pelo segredo no próprio inconsciente dos pais, segundo os autores, é transmitida diretamente ao inconsciente dos filhos, “funcionando como um estranho à própria tópica do sujeito” (ABRAHAM, 1975, p. 394). As manifestações do fantasma, no entanto, por não terem relação com a fantasia em si, ou seja, não serem protetoras de um *status quo* tópico do sujeito, nem anunciadoras de modificação tópica no sujeito, aparecem como fantasmagorias surrealistas que indicam a existência de um morto enterrado não no sujeito, mas em um outro. As palavras por meio das quais o fantasma retorna não designam uma fonte do dizer, mas uma lacuna no dizível, efeito daquilo que nos pais teve valor de ferida ou até de catástrofe narcísica. São da ordem de uma apresentação e não de uma repetição simbólica.

Para compreender os efeitos do fantasma, bem como sua possibilidade de nascimento, os autores voltaram seu interesse para a questão da transmissão psíquica, ou seja, da relação de influência, seja ela positiva ou negativa entre pais e filhos. Para tanto, resgataram o conceito de unidade dual introduzido por Hermann, discípulo de Ferenczi, em seu livro *O instinto filial*, como acompanhamos no início do item. Para os autores, então, o fantasma faz entrave desde o nascimento à constituição da criança como indivíduo autônomo. Trata-se, no universo dos autores, como pontua Rand (2001, p.100), de uma doença particularmente grave da unidade dual pais-bebê. Em suas notas inéditas, resgatadas por Rand, Abraham e Torok utilizam tanto a expressão de neurose genealógica para se referirem aos efeitos do fantasma como neurose ou psicose de influência.

Torok retoma a teorização de Abraham a respeito da bipolaridade constitutiva das palavras em 1977 para tentar compreender os efeitos patológicos do fantasma. Em sua bipolaridade, a autora ressalta que as palavras são utilizadas tanto na comunicação com uma função materna exterior, como testemunham o rompimento da unidade dual, implicando, portanto, tanto o desejo impossível de agarramento quanto a tendência de separação. Nas palavras de Abraham (1963, p. 126):

Ora sabemos que o que torna a duplicidade inelutável é a ruptura da simbiose que liga, no começo, a criança à mãe. Em oposição a toda outra teoria, tenho como adquirido que essa ruptura não é nem um fato de abandono, de frustração, de escansão ou de desmame, mas o resultado natural de um processo de introjeção, isto é, de interiorização da relação, a princípio, inocente com a mãe.

Quando o psiquismo materno comporta uma inclusão críptica, a bipolaridade das palavras poderá, segundo a autora, remeter “primeiramente ao ‘Inconsciente artificial’ da mãe, que é a cripta alojada em seu Ego e depois ao seu manejo expressivo estranho, tornando o sujeito possuído inapto à comunicação intersubjetiva habitual” (TOROK, 1977, p.387). O manejo expressivo estranho diz respeito aos criptônimos maternos que

constituem do lado materno mensageiros estropiados com função de proteção da cripta, ou seja, paralisam qualquer comunicação psíquica. Do lado da criança, constituem “manifestações verbais estropiadas das palavras de origem” e à criança só resta “confirmar e reforçar essa tópica particular encarnando-se numa tópica invertida em que ‘a realidade (bizarra) – delírio parcial ou total – simbolizará com a realidade criptada da mãe” (TOROK, 1977, p.387). Quando as palavras e não-ditos da mãe e da família comportam segredos, as palavras maternas perdem sua duplicidade fundamental, comprometendo o processo de introjeção progressiva das pulsões da criança e gerando a impossibilidade de comunicação da criança com a mãe enquanto objeto interno. A linguagem da criança deixa de ser instrumento de separação, perdendo sua eficácia bipolar, passando a produzir manifestações verbais como disfarces, que indicam que o drama vital intersubjetivo se encontra “‘alhures’, num ‘além de si’, na cripta da mãe, comprometendo, assim, uma cena letal repetitiva para aquele que sofre os efeitos de possessão” (TOROK, 1977, p.387).

É assim que a neurose traumática – com sua sintomatologia característica de sonho repetitivo do “trauma objetivo que me atinge” – funciona como um parapeito contra a invasão fantasmática alienante: invasão pelos elementos de um drama ativamente não-sabido “naquele” que o sofre (mantido, nele, na nesciência para o outro, segundo a exigência do outro) (ABRAHAM, 1974, p. 378).

A sintomatologia marcada pela compulsão à repetição de condutas reacionais protege o Ego não da ameaça de retorno do recalado, mas da ameaça de retorno do fantasma. Segundo Pons (2003, p. 93), esta assombração corresponde à irrupção de uma objetividade secreta, caracterizada pela obrigação de nesciência, de modo que as palavras do segredo parental atuarão como ausências ou rupturas inassimiláveis ao próprio interior do discurso da criança. Em *Pequenas anotações sobre o fantasma*,

Abraham faz coincidir o trabalho do fantasma no inconsciente com o trabalho da pulsão de morte, como descrito por Freud.

Com efeito, e em primeiro lugar, ele não tem energia própria; também não pode ser “ab-reagido”, mas apenas nomeado. Em segundo lugar, ele prossegue no silêncio sua obra de desligamento. Acrescentemos que é sustentado por palavras ocultas, todas gnomos invisíveis que se dedicam a romper, desde o inconsciente, a coerência dos encadeamentos. Enfim, ele é fonte de repetições indefinidas, não dando, na maioria das vezes, nem mesmo ocasião à racionalização (ABRAHAM, 1975, p. 395).

O mecanismo da possessão fantasmática, considerada como o efeito da transmissão transgeracional do trauma, corresponde a uma verdadeira fratura na operação de simbolização necessária à estruturação psíquica da criança. Torok (2002) refere-se a tal fratura como a impossibilidade das palavras do fantasma de se integrarem ao aparelho psíquico da criança, subsistindo ali como um estranho com relação à tópica própria do sujeito, como um morto sem sepultura para qual o Ego não serve mais de máscara. Palavras ocultas que por terem perdido sua característica de dupla polaridade já no psiquismo materno, perderam também sua potência simbólica. Mensageiros estropiados que nada designam para o sujeito, impossibilitando sua inscrição psíquica como símbolos de um conflito, pois o conflito é justamente o segredo de outrém, a lacuna do dizer. Estes mensageiros, verdadeiros símbolos mortos, perderam, portanto, seu caráter des-maternante. Do ponto de vista da teoria geral das neuroses e dos processos psíquicos, o pensamento do fantasma, segundo Rand (2001), coloca em jogo uma nova categoria, interpessoal, de lembrança e da memória. Em suas palavras: “Trata-se de uma recordação negativa. O segredo familiar não revela a história ou a experiência pessoal do sujeito, ele não será em nenhum caso lembrado” (RAND, 2001, p. 104).

No que tange ao objetivo desta dissertação, as elaborações teóricas de Abraham e Torok acerca das ressonâncias do trauma no psiquismo são fundamentais. Pudemos acompanhar como os autores privilegiaram o aspecto do desmentido na traumatogênese e ampliaram sua significação a partir da articulação com sua teoria sobre o símbolo. Para além do conflito constituinte, o traumatismo decorre do fracasso da operação de simbolização em função de uma falha objetual, seja por ausência, carência ou sedução. Esta falha diz respeito à incapacidade de o objeto de funcionar como mediador entre o sujeito e seu mundo, à medida que interdita ao sujeito os sentidos envolvidos em determinada situação, impedindo o processo de introjeção das pulsões suscitadas. As palavras, enquanto vestígios perceptuais do trauma, deixam de se encadear simbolicamente ao restante do psiquismo, pois, ao se referirem a um desejo já realizado, perdem seu efeito de interdição e seu conseqüente caráter de bipolaridade constituinte. No entanto, não deixam de marcar o sujeito para a proteção de seu ego, sendo incluídas como símbolos-mortos de maneira maciça em seu seio. Ao perderem sua potência de desdobramento, mantêm-se clivadas, isoladas. Trata-se de palavras indizíveis, marcas de uma realidade traumática bruta impossível de ser assimilada. Pinheiro (1995, p. 76-77), ao se referir ao mecanismo da traumatogênese, enriquece nossa visão.

O que se passa no trauma é que o adulto interdita à criança não apenas as palavras, como também a possibilidade de ambigüidade, de múltiplos sentidos. Tais palavras são destinadas a ficarem enclausuradas, desprovidas de polissemia, tornando-se representações proibidas de fantasmática.

São vestígios perceptuais que estão impedidos de denunciarem o jogo objetual que deve permanecer em sigilo, símbolos-mortos incapazes de se tornarem operantes. A clivagem é o mecanismo psíquico que se encarrega de manter tais lembranças desvitalizadas e dessignificadas. Lembranças que perdem sua capacidade de ressoar nas cadeias associativas do sujeito e desdobram-se em afetos. Espécie de memória bruta

desafetada e fragmentada, realidade traumática incorporada, que se transmite como lacuna no dizer para os descendentes. Vestígios memoriais que assombram desde o inconsciente artificial materno incluído como pedaços-de-mãe que impedidos de seu desdobramento simbólico, impossibilitam a diferenciação e a constituição de um membramento tópico.

5. TRAUMA: O AVESSE DA MEMÓRIA

A noção de trauma apresenta-se relacionada à problemática da memória, como pudemos acompanhar, desde as primeiras teorizações freudianas acerca da histeria. Preocupado com a constituição psíquica e os destinos psicopatológicos, Freud interrogou-se a partir dos sintomas histéricos, sobre como as experiências traumáticas poderiam ser registradas. Freud buscou compreender como as excitações poderiam se tornar um trauma psíquico, considerado em princípio como fator etiológico das psiconeuroses. Desde seu *Projeto para uma psicologia científica*, texto de 1895, Freud associou a memória à repetição e ao incremento energético. Neste sentido, Derrida (1988) afirma que não há facilitação, ou memória, sem um começo de dor, cuja característica disruptiva relacionamos ao trauma anteriormente. Encontramos nas primeiras formulações freudianas acerca do traumático a idéia de ruptura psíquica por grandes quantidades de excitação e a noção de dissociação psíquica. Não obstante tal compreensão ter conduzido à teorização, na segunda tópica, da impossibilidade de representação destas intensidades, nesse primeiro período teórico o traumático ainda remetia à noção de representação, “que assume em seus textos (ora) o sentido de repetição psíquica de uma percepção exterior, ora aquele mais sofisticado de delegação (o representante psíquico da pulsão)” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 141).

O traumático, em princípio, foi compreendido como a interiorização de um evento externo por meio de impressões carregadas de valor afetivo, que não puderam ser ab-reagidas nem associadas, cuja lembrança inacessível à consciência retornava sob a forma de ataques histéricos. Em 1893, apesar de Freud afirmar que o afeto suscitado no acontecimento traumático é o do terror, ele não vislumbrava a eliminação de atividade psíquica no âmbito da histeria. Apesar de utilizar a noção de impressão

traumática e de dissociação psíquica, esta compreensão levou Freud a desenvolver a noção de recalque como defesa psíquica para lidar com as intensidades já interiorizadas, ou seja, representadas. Mais tarde, tais representações foram relacionadas às excitações sexuais e desembocaram no conceito de realidade psíquica. A metapsicologia da primeira tópica, mesmo tendo conferido um lugar de importância à etiologia traumática das psiconeuroses, desenvolveu-se a partir do modelo do conflito interno entre representações e instâncias. A rememoração de lembranças recalcadas no inconsciente passou, então, a ser o objetivo clínico da psicanálise. O traumático coincidia, nesse momento teórico, com representações sexuais recalcadas, as quais retornavam na transferência, podendo assim alcançar uma cadeia de representações e serem rememoradas.

São os limites do campo da representação, entretanto, que interrogam a psicanálise a partir dos quadros traumáticos em tempos de guerra, demandando de Freud uma revisão de sua metapsicologia, bem como de sua tópica. Os fenômenos de repetição não respondiam mais ao modelo do retorno do recalcado, mas ao da apresentação¹⁵ de impressões sensíveis, tanto nos sonhos traumáticos como de maneira quase-alucinatória na vigília. Tais quadros apontavam para um além da representação e da memória. As repetições, agora, remetiam a experiências que não puderam ser representadas e que, por este motivo, demandavam uma reformulação na técnica psicanalítica, que até esse momento se restringia a operar sobre as representações por meio da transferência e das interpretações dos conflitos. Como pensar seu registro? Ferenczi localizou os vestígios de tais irrupções traumáticas, capazes de produzir uma comoção psíquica, em uma espécie de memória corporal, o sistema mnésico do ego, sistema limite entre o somático e o psíquico. Freud, em 1920, aproximou estes

¹⁵ O trauma remete a uma temporalidade do presente absoluto, teorizado por Knobloch (1998), que é o da “mostração”. Este presente se apresenta, mas não é apreensível em uma representação. É constituído de impressões sensíveis que não adquiriram função de lembrança.

fenômenos repetitivos traumáticos da própria maneira da pulsão funcionar, demandando um constante trabalho de ligação do aparelho psíquico, como primeira medida de contenção para que o princípio do prazer pudesse começar a atuar. O traumático, podemos então afirmar, remete ao funcionamento, ou melhor, às falhas de funcionamento destas ‘zonas’ limite, entre corpo e psique, entre percepção e representação.

Vimos como já em Freud, quando nos fala da melancolia e da cisão egóica e principalmente a partir de Ferenczi, com suas noções de desmentido e comoção psíquica, e nas categorias de cripta e fantasma no pensamento de Abraham e Torok, o caráter do trauma infantil deixa de responder ao modelo do trauma de guerra. Não se trata somente da intensidade da percepção ou do conteúdo de uma representação, mas “da incapacidade de tornar psíquico um estado que, devido a essa própria incapacidade, torna-se excedente de energia” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 94). Em 1938, em seu texto *Moisés e o Monoteísmo*, Freud delineia o mundo do trauma infantil a partir desta incapacidade de representação do evento traumático. Para se pensar nos efeitos das experiências traumáticas no campo da memória, analisamos, nos itens precedentes, justamente esta incapacidade de tornar psíquico o evento. Não podendo gerar produtos pré-conscientes, nem movimentar os mecanismos de condensação e deslocamento, o trauma remete à ordem da não-representação, de um sofrimento impossível. No presente item, focaremos como tais impressões, apesar de não representadas, deixam suas marcas sensíveis, as quais retornam de maneira ‘quase-alucinatória’.

Em seu texto *Construções em Análise*, de 1937, movido pelos impasses nos tratamentos de sofrimentos que remetem a este campo do traumático, ou seja, do não-representado, Freud indica como técnica a construção, rompendo de vez com a lógica da rememoração e a dinâmica do recalçamento. O acontecimento real traumático provoca uma

clivagem entre a percepção e a representação, levando a uma regressão ao modo alucinatório de apresentar suas marcas, via que resta de acesso a esta espécie de ‘memória sensorial’.

Sob a perspectiva da impossibilidade de representar-se, cabe a pergunta, será que um trabalho de análise deve visar, em última instância, a inscrição do trauma? A construção eficaz pressupõe uma regressão formal do pensamento e o surgimento não de lembranças, mas do sentimento de convicção. A construção, como equivalente a um ato de percepção no presente, teria, então, o mesmo efeito da rememoração, como veremos. Aprofundaremos, neste item, o estudo da memória do trauma, de seus efeitos negativos, bem como indicaremos a convicção como categoria complexa em psicanálise para se trabalhar com quadros traumáticos.

5.1 Memória sem lembranças: as impressões traumáticas

O traumático como acontecimento ainda não assimilado ao psiquismo, que se apresenta na cena analítica de forma quase-alucinatória ou que se repete nos sonhos traumáticos, remete ao modelo da neurose traumática apresentado por Freud em *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920). Desde seu *Projeto* (1895), Freud já se referia à existência de imagens mnésicas não dominadas, de natureza sensorial que apresentariam uma tendência à descarga. O trauma, como efeito psíquico fruto de um acontecimento real, se aproxima, a partir de 1920, do funcionamento do caos pulsional presente no id, que realiza incessantemente uma pressão de trabalho no aparelho psíquico. Desta forma, Freud vê-se compelido a abandonar a metáfora do corpo estranho, do excesso não assimilado. O trabalho que o trauma demanda, assim como a pulsão, é um trabalho de ligação. Neste sentido, é possível pensar que existe uma potencialidade traumática, uma

zona, como veremos, da não-representação, na raiz da pulsão. César Botella e Sara Botella (2002, p. 171), fazendo uma leitura particular do traumático na obra de Freud, nos indicam:

O acontecimento real é traumático quando, em um violento movimento de regressão, entra em ressonância, pela via sensorial direta, imediata, com a potencialidade traumática¹⁶, quebrando assim os sistemas das representações Pcs e Ics em suas capacidades de ligação. É então na falta de um outro meio que uma regressão formal “patológica” é desencadeada, uma via de acesso à “memória sensorial” que permite ao ego, como dissemos anteriormente, criar um elo de causalidade que restabeleça a coerência psíquica.

Os autores diferenciam, assim como nós intuímos nos itens precedentes, o trauma psíquico da possibilidade de instauração de uma neurose traumática. Consideram que só deveria ser denominado de traumático aquilo que não é psiquicamente elaborável. Pretendemos desenvolver o traumático em seu fundamento negativo no próximo item onde discorreremos sobre o trauma como o avesso da memória. No momento, aprofundaremos a temática da neurose traumática, que compreendemos como fruto da tentativa de ligação de um conteúdo perceptivo que conseguiu se impor ao ego no momento do acontecimento traumático por meio da percepção, dos órgãos dos sentidos, sem que este pudesse acionar o sinal de angústia. O psiquismo despreparado, sem o sobreinvestimento realizado pela angústia, necessário à ligação psíquica frente a uma situação traumática, é inundado pela angústia automática, pura desorganização econômica. Perguntamo-nos qual seria o estatuto da marca que se apresenta repetidamente de forma quase alucinatória, dentro do enquadre da neurose traumática?

¹⁶ Os autores retomam a idéia de Freud em *A Interpretação dos sonhos* de que o aparelho psíquico seria construído como um aparelho reflexo que partiria de estímulos (internos ou externos) que gerariam a descarga imediata num sistema excitável. Há um estado traumático na própria origem da vida psíquica, uma necessidade biológica sentida como desamparo e um id desprovido de representações que demandam um trabalho de representância, segundo os autores.

É a repetição da angústia automática que nos oferece um caminho de inteligibilidade para o registro do traumático. De que símbolo mnêmico se trataria? A angústia como estado afetivo, como qualidade de desprazer, só surge no momento da repetição do estado primordial, conforme as elaborações apresentadas no *Projeto* acerca das experiências de satisfação e de dor. Neste sentido, Freud afirma, em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), que todo afeto é apenas a reminiscência de um fato, um precipitado de uma experiência traumática. Freud descreve o estado de desamparo do recém-nascido como protótipo da angústia automática, que seria não-objetal e envolveria uma perturbação energética. Acrescenta que se procurarmos a origem da angústia, “estaremos deixando o campo da psicologia pura e penetrando na fronteira da fisiologia” (FREUD, 1926, p. 114). Encontramo-nos, portanto, no campo dos limites entre corpo e psique, entre o caos pulsional e a possibilidade de sua ligação e conseqüente representação.

As somas de excitação que se acumulam, decorrentes da irrupção da angústia automática, irão, como mencionamos, primariamente catexizar os órgãos do próprio corpo do recém-nascido. A catexia corporal (auto-erótica) prenuncia, desta forma, a catexia objetal. A primeira experiência de satisfação envolve a percepção da presença de um outro que aplaca a tensão relacionada às necessidades fisiológicas do bebê, mediante o grito do bebê. O bebê passa então, frente a novos estados de necessidade, a alucinar o traço deixado por esta vivência de satisfação. Quando esta tensão se eleva a um grau em que não pode ser dominada psiquicamente por meio da alucinação ou ser descarregada, o bebê experimenta uma perturbação econômica comparada àquela do nascimento. A angústia automática, portanto, só se torna sinal frente à ameaça de ausência do objeto, quando do abandono da satisfação alucinatória. Freud afirma, então, a angústia sinal como um estado afetivo que é revivido como símbolo mnêmico de uma experiência passada. A experiência de dor, a transição da dor física para a dor psíquica segue indicando um caminho.

Vimos, a partir de *Inibições, Sintoma e Angústia* (1926), como Freud articula a dor com o aspecto pulsional do psiquismo e com a angústia automática a partir do enlace com o objeto. Freud localiza, na passagem da situação traumática do nascimento para a situação traumática de sentir falta da mãe, ou da perda de sua percepção, o momento em que a dor psíquica começa a atuar. Vale repetir suas palavras: “A dor é assim a reação real à perda de objeto, enquanto a angústia é a reação ao perigo que essa perda acarreta e, por um deslocamento ulterior, uma reação ao perigo da perda do próprio objeto” (FREUD, 1926, p.196). É a mudança da catexia narcísica, ou melhor, auto-erótica em termos ferenczianos, para a catexia objetual que nos possibilita falar de dor psíquica. Também vimos que a experiência de dor e a experiência traumática convergem ao indicarem rupturas do psíquico por uma quantidade que não pôde ser ainda assimilada e inserida em uma cadeia representacional; neste sentido aproximam-se da concepção de angústia automática. O casal Botella nos oferece um caminho de retorno ao *Projeto*, para nos explicar como o psiquismo se defende destas irrupções. Os comentadores nos falam que “Seria em função de uma busca de inteligibilidade, esforçando-se para evitar um estado de desamparo, que o ego utilizaria uma percepção-signo (*Projeto*) ligada por simultaneidade à experiência de pavor” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 166).

Para seguirmos no caminho indicado, devemos aprofundar a temática da memória e sua relação com o trauma na obra de Freud. Em suas primeiras formulações nos *Estudos sobre a Histeria* (1893) Freud referia-se a “traços de memória de traumas” ou a “lembranças do trauma”, o que nos remete à teoria do recalque e da representação como interiorização do traumático. Já em seus textos posteriores, relacionados à mudança teórica caracterizada pela segunda tópica, vimos como o trauma aparece em referência ao excesso pulsional não ligado, ou a marcas que não podem ser evocadas, não se constituindo propriamente como lembranças.

Em seu caso clínico *O Homem dos Lobos*, de 1918, Freud nos fala de impressões muito intensas, marcas perceptivas da cena primitiva que não poderiam ser evocadas, somente construídas posteriormente. Freud acrescenta que não utiliza o termo lembrança intencionalmente. Derrida (1988) nos aponta que, nesse momento precoce, não há possibilidade de significação de tais percepções, capacidade somente adquirida em atraso com o advento da maturidade sexual. Em *Moisés e o Monoteísmo* (1938), acompanhamos como Freud volta a referir a gênese da neurose a impressões infantis muito precoces, impressões traumáticas que não são acessíveis à lembrança, sendo substituídas eventualmente por lembranças encobridoras.

Freud discorre sobre a memória primordialmente em quatro de seus textos: no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), na *Carta 52* (1896), na *Interpretação dos Sonhos* (1900) e em *Notas sobre um 'Bloco Mágico'* (1925). Já em seu *Projeto*: “(...) a memória de uma experiência (isto é, a força persistente atuante) depende de um fator que se pode qualificar como a magnitude da impressão e, também, da frequência com que a mesma se repete” (FREUD, 1985, p. 401). À medida que a excitação consegue romper a barreira de contato, mantida através de uma quantidade constante nos neurônios ψ , cria-se uma facilitação (*Bahnung*), ou uma marca que deixa uma espécie de trilhamento mais permeável à passagem de novas excitações. A magnitude da impressão refere-se ao fluxo de excitações suscitado no aparelho psíquico pelo acontecimento. A memória constitui-se pela existência de diferenças nas facilitações entre neurônios deixadas por este processo excitatório. A constituição da memória e de *Bahnungen* como apontamos no item 2, remete neste texto à experiência de dor, obrigando o aparelho psíquico a diferenciar o vivido. Na experiência de dor cria-se uma facilitação entre a propensão à descarga e a imagem mnêmica do objeto hostil, assim como na experiência de satisfação a facilitação é estabelecida entre duas imagens-

lembrança, a do objeto de satisfação e a da descarga através da ação específica. É possível pensar, desde este momento, que há um trabalho psíquico que deva ser realizado com as impressões, um trabalho de ligação e associação, que frente a intensidades excessivas fica impedido. Retornaremos à experiência da dor mais adiante.

Freud retoma e aprofunda a temática um ano mais tarde em sua *Carta 52*, endereçada a Fliess. Em consonância com Maia (2002), consideramos que nesse breve texto pré-psicanalítico, Freud oferece-nos a chave para a compreensão do registro traumático. Freud teoriza os mecanismos psíquicos como diversas modalidades de registros mnêmicos, formados em um processo de estratificação (do corpo ao córtex). Os traços de memória estariam sempre sujeitos a um rearranjo, a uma retranscrição frente a novas circunstâncias. Freud afirma: “Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações” (FREUD, 1896, p. 281). Os sucessivos registros representam, segundo Freud, a realização psíquica de épocas sucessivas da vida, o que indica a temporalidade psíquica. Vale reproduzir, a seguir, o caminho do processo de estratificação pensado por Freud.

Em primeira instância, teríamos as percepções - W (*Wahrnehmungen*), que correspondem aos neurônios em que se originam as percepções, ligadas à consciência e que não conservam traço algum do acontecido. Freud afirma aqui que consciência e memória são mutuamente excludentes. Os primeiros registros psíquicos seriam os signos de percepção - WZ (*Wahrnehmungszeichen*), as indicações de percepção. Constituem a primeira transcrição do ocorrido, associam-se por simultaneidade, mas não podem alcançar por si mesmos a consciência. A segunda forma de transcrição ou registro, a inconsciência - UB (*Unbewusstseins*) ordena tais signos segundo outras relações, talvez causais, constituindo traços, lembranças conceituais que também não

têm acesso à consciência. A pré-consciência constitui a terceira transcrição, relacionada às representações verbais e que corresponde aos processos egóicos. As catexias podem se tornar conscientes mediante certas regras; “essa *consciência secundária do pensamento* é posterior no tempo e provavelmente se liga à ativação alucinatória das representações verbais, de modo que os neurônios da consciência seriam também neurônios da percepção, e em si mesmos, destituídos de memória” (FREUD, 1896, p. 283).

Schneider (1988) aponta que tais transcrições, incluindo a passagem da percepção à primeira inscrição da percepção, envolvem uma mudança de registro, que segundo ela, diz respeito a uma transposição ou metamorfose. A própria percepção não pode ser confundida com a realidade externa, pois pressupõe desde o princípio um processo de transposição pelos órgãos sensoriais, onde é possível afirmar que já ocorra certa estruturação do dado sensorial. Neste sentido, Derrida (1988, p. 185) afirma que a vida psíquica não constitui “nem a transparência do sentido nem a opacidade da força, mas a diferença no trabalho das forças”. Trata-se para o autor de um modelo de escritura que Freud apresenta para compreender o psiquismo, modelo irreduzível à palavra e que comporta elementos pictográficos, ideogramáticos e fonéticos.

Freud considera esta metamorfose como um processo que atende a aspectos econômicos do psiquismo, sendo que cada transcrição corresponde a uma inibição da anterior e a uma retirada da carga de excitação. Maia (2002) aponta que tal processo visa à manutenção normal do psiquismo e o estrangulamento da possibilidade de circulação e transcrição da inscrição entre os registros traria o adoecimento psíquico. Tal descrição dos mecanismos psíquicos assemelha-se à concepção de Abraham e Torok acerca dos processos de simbolização, como descritos no item precedente. Derrida nos alerta para o perigo de pensarmos no conceito metafórico de tradução ou transcrição não pelo seu caráter de escritura, “mas pelo fato de supor um texto que já

está ali, imóvel, presença impassível de uma estátua, de uma pedra escrita ou de um arquivo cujo conteúdo significado seria transportado sem prejuízo para o elemento de uma outra linguagem, a do pré-consciente” (DERRIDA, 1988, p. 199). Neste sentido não há duplicação nem mudança de lugar, há originalidade e irreducibilidade de um trabalho de escritura. Freud nos diria que um investimento de energia fornecido ou retirado de uma organização, submeteria ou subtrairia a formação ao controle de determinada instância. Tal escritura psíquica, segundo Derrida, portanto, não se presta a uma tradução porque é um sistema energético único, por mais diferenciado que seja, e a energia é que produz sentido.

Apesar de Freud referir-se à falha da tradução como um ‘recalcamento’, ele afirma que, dentro de uma mesma fase psíquica e entre registros da mesma espécie, forma-se uma defesa *normal* devida à produção do desprazer. Já a defesa *patológica* somente ocorre contra um traço de memória de uma fase anterior, que ainda não foi traduzido. Desta forma, destitui a importância da magnitude de desprazer como causa de defesa, implicando-a em uma falha de tradução ou impossibilidade de investimento. Esta afirmação indica uma possível associação com a noção de trauma do desmentido formulado por Ferenczi em 1933, decorrente de uma confusão de línguas. A impossibilidade de legitimação de uma experiência geraria uma cisão no ego, segundo o modelo da desautorização perceptiva, proposta por Figueiredo (2003b), sendo mantido o signo de percepção do evento traumático isolado, sem possibilidade de novas transcrições.

A memória, como afirma Lejarraga (1996), portanto, está na ordem da substituição. As percepções são transpostas em marcas, as excitações se metamorfoseiam em signos. Desta forma, a memória pouco guarda da percepção e do evento original. Freud fala-nos em *A Interpretação dos Sonhos* (1900) da infidelidade de nossa memória, não apenas fragmentada, mas inexata e falseada. Os signos de percepção

constituem o primeiro registro do processo excitatório da percepção e já fariam parte do sistema de memória com estatuto diferenciado dos signos inconscientes. Em termos do *Projeto* (1895) seriam os primeiros registros que conseguiram escapar da defesa primária contra a dor e se impor ao ego, sendo, portanto, recatexizados frente a novas irrupções de excitação. Freud fala-nos em seu *Projeto* que como mecanismo de defesa contra a liberação abrupta de afeto quando do investimento da imagem mnêmica do objeto hostil, o psiquismo tende a reproduzir o estado que assinalou o fim da dor, ou seja, o signo de percepção imediatamente posterior.

Em 1900, todavia, Freud estreita sua concepção teórica a respeito da memória. Em *A Interpretação dos Sonhos* propõe a idéia de um aparelho psíquico constituído por traços mnêmicos que se situam entre uma extremidade sensorial, o sistema perceptivo, e uma extremidade motora. Freud (1900, p. 569) afirma:

Suporemos que um sistema logo na parte frontal do aparelho recebe estímulos perceptivos, mas não preserva nenhum traço deles e, portanto, não tem memória, enquanto, por trás dele, há um segundo sistema que transforma as excitações momentâneas do primeiro transmitidas em traços permanentes.

Freud não faz menção aos signos de percepção, portanto, não se sabe se eles se diluíram na extremidade perceptiva ou se foram assimilados aos traços mnêmicos inconscientes. As qualidades sensoriais são fornecidas pelo sistema perceptivo, que neste modelo participa como pólo externo ao aparelho mnêmico. Apesar de Freud reafirmar a idéia de transposição, privilegia a inscrição psíquica destas qualidades como traço mnêmico inconsciente. Quando a lembrança volta a se tornar consciente, não exibem mais qualidade sensorial. Neste sentido, após a transcrição, memória e qualidade sensorial tornam-se também mutuamente excludentes. Em 1925, em *Notas sobre o 'Bloco Mágico'*,

Freud acrescenta que a consciência surge no lugar do traço mnêmico. Derrida (1988) considera que a escrita substitui a percepção antes mesmo desta última aparecer a si própria.

Em 1900, Freud concebe o modelo de aparelho psíquico em analogia a um instrumento ótico, um microscópio ou um aparelho fotográfico, no qual os traços correspondem a lugares virtuais, ‘localidades psíquicas’ irredutíveis a um substrato anatômico. Freud afirma que: “a localização psíquica corresponderá a um ponto no interior do aparelho em que se produz um dos estágios preliminares da imagem” (FREUD, 1900, p. 567). Apesar de Freud se referir nesse texto a traços mnêmicos e a imagem - registros psíquicos que já implicam uma metamorfose dos dados perceptivos - aproveitaremos a analogia para pensarmos no registro de um signo da percepção como este lugar virtual, uma espécie de filme a ser revelado por imagens. Freud utilizou-se da metáfora do negativo fotográfico de maneira freqüente, inclusive para comparar as relações do consciente com o inconsciente, em *Alguns apontamentos a respeito do conceito de inconsciente em psicanálise*, de 1913. Resgataremos esta noção para associá-la a um avesso da memória, um primeiro registro que deve sofrer um trabalho psíquico de revelação.

Desta forma, é possível afirmar que a noção de impressão, ou signo de percepção, alude à origem da memória, ao primeiro momento de elaboração mnemônico. As impressões são marcas de um processo energético, mas não podem produzir uma lembrança do acontecimento, só após sua revelação por meio de imagens, como veremos adiante. Consideramos que o traumático deixa suas marcas sob a forma de impressões traumáticas, sinais de um processo energético, aos quais uma qualidade psíquica rudimentar vem se ligar. O casal Botella afirma que: “Se há memória na neurose traumática, ela só é concebida enquanto memória sensorial, ou traço perceptivo, não tendo alcançado a qualidade de representação do traço mnésico” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 166). E acrescentam que preferem considerar, assim como nós, o que Freud chamou de imagens mnésicas

não dominadas, no caso do trauma infantil, de traços perceptivos desprovidos da qualidade de representação, os quais segundo eles, diferem da inscrição de um traço mnésico e dos elementos pré-conscientes e inconscientes. Retomando a concepção de Freud, os autores frisam outra distinção fundamental: o ‘tornar-se consciente’ no sentido de acesso à consciência dos ‘traços perceptivos’ desprovidos da qualidade de representação se dá sob uma forma quase alucinatória próxima da dinâmica da neurose traumática, por meio do enlace da imagem e não da representação-palavra.

Os Botella referem-se a traços perceptivos, nós preferimos utilizar o conceito de impressão sensível ou signos de percepção, sinais que remetem a marcas deixadas pelas vivências de satisfação ou de dor, espécie de associação em simultaneidade. Maia conclui em sua tese sobre o trauma e a dor que: “podemos compreender que a manifestação de angústia, que se define através de uma lógica do **sinal** e não do **significante** guarda sua possibilidade de apresentação e repetição a partir da memória intensiva decorrente das primeiras impressões afetivas” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 118-119). O traço mnêmico, entretanto, já implica inscrição psíquica, uma representação inconsciente reorganizada, ou melhor, metamorfoseada pelo princípio do prazer. As impressões do mesmo modo que as pulsões, que se encontram além ou aquém do princípio de prazer, demandam um trabalho de memória, um trabalho de ligação anterior ao princípio de prazer como Freud nos aponta a partir de 1920.

É fato que Freud não realiza em seus textos uma distinção clara entre os conceitos de impressão traumática e de imagem mnêmica não dominada (*ungebändigt*), resta-nos, portanto, um trabalho a realizar. Quando pensamos em ligação como um processo anterior ao princípio do prazer, referimo-nos a um processo de captura do pulsional, de uma marca no plano energético sob a forma de uma inscrição no nível do desejo e das cadeias associativas. No caso do *Homem dos Lobos*, Freud refere-se

indistintamente a impressões ou a imagens traumáticas. Lejarraga (1996, p. 81) nos aponta que Freud assimila as impressões às imagens quando desenvolve um trabalho teórico mais ligado à clínica, porque as imagens constituem as formas de expressão, traduzíveis, mais próximas das impressões. A imagem mnêmica, aquela retomada nos sonhos traumáticos, diferentemente das impressões, segundo os Botella (2002, p. 166), não consiste na simples repetição do pavor nem numa verdadeira repetição da percepção do acontecimento que o ego sofreu de maneira passiva, mas em uma tentativa de ligação que o ego faz para evitar o pior. Trata-se da retomada alucinatória da lembrança de uma percepção simultânea à irrupção do afeto. Os Botella diferenciam imagem mnésica - que chamam de imagem-lembrança e que já implica uma representação - das imagens da percepção marcadas por simultaneidade à irrupção de excitações.

A figurabilidade, ou seja, a criação de imagens como acontece nos sonhos pode ser considerada o primeiro momento de elaboração da impressão traumática. A imagem, especialmente a visual, remete à criação de uma forma, que pode ser evocada e transmitida, tornando visível aquilo da ordem do indizível e intolerável (ENRIQUEZ, 1978). Dessa forma, a imagem tem a capacidade de canalizar a angústia, pois enquanto criação psíquica remete ao campo das representações, dos traços mnêmicos, da fantasia e das lembranças encobridoras. Lejarraga (1996, p. 82) aponta que as imagens já poderiam constituir cenas e serem investidas pela força do desejo. Neste sentido, as imagens dos sonhos traumáticos apresentam um duplo sentido: serem simultaneamente a expressão do trauma como sua primeira elaboração.

As impressões traumáticas, ou seja, aqueles signos que conseguiram se impor ao ego por meio da percepção dos órgãos dos sentidos, sem que este pudesse acionar o sinal de angústia, constituem o avesso da memória, espécie de negativo de uma impressão que só pode ser revelada por meio de sua ligação a uma imagem, mediante

uma regressão formal do pensamento, um estado quase-alucinatório. Em analogia a um filme de fotografias utilizado, mas não revelado, o traumático referente à neurose traumática, constitui o negativo em sua positividade.

Ao relacionarmos as marcas do traumático aos signos de percepção - primeiro registro dos processos excitatórios- podemos pensar em uma memória sem lembranças, uma memória que se daria em um registro sensível. Registro situado nos limites do corpo e do aparelho psíquico. Ferenczi parece ter solucionado o enigma ao teorizar um sistema mnésico do ego, sistema limite entre o inconsciente das representações de coisa e o pré-consciente, onde as sensações pré-representacionais são gravadas, porém não como traços, os quais demandam, como dissemos, ainda um movimento libidinal em relação ao mundo. Assim como na experiência de dor, que deixaria uma espécie de depósito de excitação pulsional, o traumático também estaria referido a uma espécie de depósito, de interiorização sem inscrição, já que o trauma interrompe, na teorização ferencziana, o processo de introjeção. No entanto, tal depósito essencialmente sensorial permanece neste sistema de passagem como impressões traumáticas que ainda não puderam ser introjetadas.

Em Freud, quando pensamos no traumático relacionado ao pulsional, no registro do além do princípio do prazer, localizamos o domínio psíquico deste momento primário, em que prevalece a necessidade de ligação, como o de um id em processo de diferenciação. Em sua segunda tópica a partir da concepção de um id para alguém do inconsciente recalcado, não podemos distinguir neste momento primário o que seria o id e o que seria o corpo. Na compreensão da estruturação psíquica apresentada em 1923, o id apresenta uma abertura em sua extremidade que materializa a continuidade do id e de suas pulsões com o corpo. Em *O Ego e o Id* (1923), Freud propõe que o ego seja formado pela modificação de parte do id devido à influência direta do mundo externo, por meio das percepções, de percepções sensíveis. Neste sentido afirma em nota de

rodapé: “Isto é, em última instância, o Eu deriva de sensações corporais, basicamente daquelas que afloram da superfície do corpo” (FREUD, 1923/2007, p. 38).

Associamos este ego primitivo ao ego-realidade original, “cuja percepção amodal é veiculada pelos sentidos, sensações e afetos de vitalidade, que modelarão o mundo através daquilo que Freud denominou por signos de percepção” (MAIA, 2002, p. 119). Em referência ao processo de introjeção, Freud afirma que em consequência de suas experiências de necessidade (satisfação e dor), este ego, apesar de funcionar de maneira auto-erótica, adquire, ou melhor, introjeta objetos do mundo. Pode-se compreender que é a partir destas experiências iniciais no encontro com o objeto que o ego realidade original, ou um ego-corpo, vai acolhendo o objeto por meio de impressões afetivas que ganham marcas no sistema mnésico deste ego, porém ainda sem uma distinção entre os registros de sujeito e de objeto. É à medida que o enlace com o objeto vai sendo realizado, nas experiências de satisfação e de dor, que algo destas vivências vai podendo ser representado, e uma relação de objeto pode se configurar. Apontamos que nestas experiências vemos a relação de perigo se dialetizar entre sua evocação externa e seu surgimento interno, pois o impacto das excitações passa a só ser metabolizado em uma relação com um objeto. Freud (1920/2006, p. 158) afirma que o fracasso do enlace das excitações produz uma perturbação análoga à da neurose traumática.

Aprofundamos neste item a noção de neurose traumática como tentativa em curso de ligação da situação traumática, considerada como representável em si apesar de ainda não-representada, uma vez que um signo de percepção simultâneo à excitação conseguiu se impor ao ego. Neste sentido, há possibilidade de (re) criação de uma atividade fantasmática, por meio do investimento dessa percepção e de sua ligação na repetição em um estado quase-alucinatório ou nos sonhos traumáticos. Na repetição reconhecemos a característica da neurose traumática como reação de defesa frente ao

trauma, uma medida anti-traumática baseada em uma primeira transcrição da percepção mediante seu enlace com uma imagem. No entanto, apontamos no princípio do item que o traumático refere-se justamente à impossibilidade de ligação diante da ausência de qualquer forma de inteligibilidade possível de um acontecimento, seja ela sensível ou representacional. O modelo que proporemos para a compreensão do trauma será o da comoção psíquica e do silêncio da pulsão de morte.

5.2 A não-representação: uma positividade

“em certos casos não se trata da memória de um buraco,
mas de um buraco na memória”
Décio Gurfinkel

Quando Ferenczi afirma que um choque inesperado que atinge um psiquismo despreparado age como um anestésico ao suspender toda atividade psíquica e realizar uma desconexão com a percepção, ele descreve o que entendemos como o trauma psíquico. O trauma se constitui enquanto comoção psíquica, momento em que não há possibilidade de realização de uma nova intrincação pulsional e de decepção frente ao objeto de confiança. A desconexão com a percepção e a ausência de investimento do objeto conduzem a um vazio capaz de fissurar o psiquismo. O casal Botella utiliza a imagem de uma beância no perceptivo acompanhada de uma beância no representacional, “uma ausência de conteúdo na percepção e não de uma percepção de um conteúdo traumático” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 189).

Outra imagem que pode nos oferecer alguma inteligibilidade do trauma seria a do avesso da memória. Paradoxal em si, este avesso pode referir-se tanto, ao negativo em espera de revelação, como àquilo que não ocorreu, ou melhor que ocorreu em pura

negatividade, e que, assim produz efeitos psíquicos. Encontramo-nos diante de um impensável, um irrepresentável, que remete ao fundamento negativo do trauma.

Freud descreveu o trauma infantil, em *Moisés e o Monoteísmo* (1938) em seus aspectos positivos, capazes de gerar um sentido por meio da repetição do signo de percepção e em seus aspectos negativos, fenômenos que impedem a repetição e a conseqüente ligação e possibilidade de recordação do trauma. Ampliando a compreensão do trauma infantil em sua negatividade, Freud afirma que não resta lembrança do trauma, mas apenas cicatrizes dos danos precoces causados ao ego. Associamos tais cicatrizes às cicatrizes narcísicas, ou ao dano permanente no sentimento-de-si descrito por Freud em seu *Mais Além do princípio do Prazer* (1920), decorrentes de experiências consideradas intoleráveis, desejos incompatíveis com a realidade em um estágio do desenvolvimento muito precoce. Lembremos que Ferenczi, em seu artigo póstumo de 1934, *Reflexões sobre o Trauma*, afirmou que nenhum traço mnêmico da comoção subsiste, de modo que as origens da comoção são inacessíveis à memória.¹⁷

Ferenczi também considera em seu *Diário Clínico*, que se o psiquismo fragmentado pelo trauma consegue realizar uma liquidação do trauma, por meio de processos e mecanismos descritos no item 3, a psique se restabelece em uma nova unidade, uma neo-formação do ego. Esta nova formação não guarda lembranças do vivido, sofre de uma amnésia que decorre, como sugerimos, tanto de um esgotamento da excitação, devido à repetição que realiza, segundo Ferenczi, uma espécie de catarse fracionada, bem como da desconexão da percepção, a qual impede qualquer processo de transcrição da excitação. Assim como as cicatrizes narcísicas descritas por Freud, é possível

¹⁷ Winnicott provavelmente se baseou nesta compreensão do trauma e da alucinação negativa para escrever seu texto *O medo do colapso*, em que descreve “algo que ainda não foi experimentado pelo sujeito já ocorreu no passado”.

pensar que tal neo-formação, ou alteração egóica tenha sido provocada por aquilo que “não ocorreu”, que não pode ser representado, a negatividade do trauma em sua positividade.

O texto de 1925, *Notas sobre o ‘Bloco Mágico’*, em que Freud retoma a problemática da memória e da inscrição psíquica, nos oferece elementos para pensar nos efeitos da ruptura com a percepção. Nesta analogia do aparelho psíquico com o ‘bloco mágico’, Freud integra o sistema percepção-consciência ao sistema da memória em um modelo único. Tal superfície de escrita, diferente das tradicionais, apresenta uma superfície que não retém traços duradouros: a folha fina e transparente presa à tábua de resina ou cera apenas na trave superior da moldura e solta na inferior. Esta folha constituída de duas camadas, uma de celulóide e outra de papel de cera fina e translúcida, Freud a considerava o elemento mais interessante do aparelho. A dupla folha transmite a pressão para a placa de cera, onde ocorre a inscrição. Ao levantarmos a dupla folha, o bloco se encontra limpo para novas inscrições. A escrita, entretanto, se conserva na resina que sob iluminação adequada, pode ser novamente percebida. Nesta analogia, o inconsciente corresponde à placa de cera, o sistema P-Cs ao papel de cera, e o escudo protetor contra estímulos externos à folha de celulóide, sem a qual o papel de cera rasgaria frente a qualquer excitação mais intensa. Vale ressaltar que Freud incorpora a função perceptiva ao sistema; sua marca, portanto, deixa de ser um momento posterior do decurso excitatório. Freud ressalta, no entanto, que diferentemente de nossa memória o bloco mágico não é capaz de, a partir de um processamento interno, ‘restaurar’ a escrita que já foi eliminada do papel de cera. Apesar disso, tal comparação fornece uma imagem fundamental para Freud teorizar a descontinuidade do fluxo de inervação, constituinte do ritmo psíquico. O sistema perceptivo só está apto a captar percepções quando investido pelo inconsciente. Este fluxo de inervação ocorre de forma descontínua, como se o inconsciente, utilizando-se

do sistema P-Cs, estendesse sensores, antenas no mundo e as recolhesse, após serem excitadas pelos estímulos do ambiente. O conceito de um fracionamento de excitações, garantindo uma ‘inexcitabilidade periódica’ indica um funcionamento temporal e a condição de possibilidade de uma inscrição. Neste sentido, Derrida nos esclarece: “Os traços não produzem portanto o espaço de sua inscrição senão se dando o período de sua desapareição. Desde a origem, no ‘presente’ de sua impressão, são constituídos pela dupla força de repetição e de desapareição, de legibilidade e de ilegibilidade” (DERRIDA, 1988, p. 221). A consciência apaga-se assim que o investimento é retirado.

O modelo de memória apresentado neste texto oferece-nos uma compreensão a respeito da possibilidade de ruptura da função perceptiva frente ao trauma, como conceituada por Ferenczi. O choque toma de surpresa o psiquismo, no momento em que não há inervação suficiente para investir o sistema P-Cs e seu escudo protetor. Quando o trauma irrompe, não há, portanto, possibilidade de ligação psíquica e de registro do fluxo de excitações, uma vez que a possibilidade de marcação do signo de percepção relaciona-se com o investimento periódico.

Já em seu *Projeto* (1895, p. 476), Freud afirmara, como vimos, que a passagem de uma percepção, não acompanhada de atenção, termina silenciosamente. Apontamos que quando Freud se refere a uma catexização silenciosa, podemos pensar em uma falta de ligação (*Bändigung*), uma beância que é criada. O traumático, desta forma, aproxima-se do funcionamento da pulsão de morte no psiquismo. Quando Freud afirma que não há representação psíquica possível das pulsões de morte no inconsciente em contraponto às pulsões de vida que se fazem representar no psiquismo por meio de seus representantes, indica que seu trabalho ocorre em silêncio. Não iremos aprofundar neste momento a temática da pulsão de morte, mas interessa-nos pensar que o modo do funcionamento do traumático no psiquismo assemelha-se ao da pulsão de morte.

Quando Ferenczi afirma que todo choque causa um desintrincamento imperfeito das pulsões e a interrupção do investimento da percepção, podemos pensar que é o registro da pulsão de morte que entra em cena no psiquismo, causando ruptura e silêncio. Ferenczi também nos fala que a parte sensível ao trauma, ou seja a percepção própria, é brutalmente desinvestida e destruída. Focando a relação entre atenção e lembrança, o autor (FERENCZI, 1990, p. 64) nos revela em seu *Diário Clínico* que:

Caso se consiga concentrar toda a atenção no processo subjetivo durante o desenrolar dos afetos, a vertente objetiva do sistema de percepção fica então completamente vazia, não investida. Uma grande dor tem, neste sentido, um efeito anestésico; uma dor sem conteúdo de representação é inatingível à consciência. Não é impossível que toda anestesia seja precisamente uma tal hipersensibilidade. Também neste caso, a questão de uma sensação privada de objeto encontra uma resposta no sentido positivo. Esses estados subjetivos podem ser alcançados no estado de transe: sentimentos de sufocação, de percepções subjetivas, auditivas e visuais, sem conteúdo, nem forma, dores de diferentes tipos.

Vale ressaltar que quando Ferenczi conceitua uma dor sem conteúdo de representação, sensação sem objeto, fala-nos de um corpo hipersensível que gera anestesia e impossibilidade de investimento na vertente objetiva. A respeito da falta de inteligibilidade de um acontecimento, o casal Botella (2002, p. 91) se questiona:

O problema a levantar agora é o de como uma ‘percepção’ sem participação sensorial, ou antes, uma inteligibilidade psíquica, fora de representações, sem qualidade Cs, atemporal, pode existir.

E segue nos esclarecendo. A não-representação, por sua ausência de qualidade de “representação” e ausência de qualidade “sensorial”, só pode ser definida por meio de uma terminologia negativa. Este estado é incapaz de excitar pela via progressiva a consciência; o psiquismo não consegue transformá-lo, gerando, então, um excesso de excitação que, segundo Schneider (1994, p. 26) permanece fora do processo mental e que o ego experimenta como vivência traumática. Schneider fala-nos em um estado de

estupor que pressupõe uma falta na disponibilidade de representações e uma falta correlativa sobre o plano de orquestração emocional que configura uma vivência como traumática. Para a psicanalista (SCHNEIDER, 1994, p. 26-27):

A noção de excesso de afeto não bastaria para dar conta do bloqueio e o que paralisaria o sujeito não seria somente o fato de ter muito intensamente experimentado o que quer que seja, mas de tê-lo experimentado no escuro, tanto no escuro representativo quanto no escuro afetivo.

O choque, neste sentido, teria como imagem privilegiada o golpe na nuca e não uma emoção forte. Uma verdadeira experiência de estrangulamento de afeto que se encontra para além ou aquém do experimentado e do representável. Trata-se de uma experiência de afeto impossível e não de afeto posto em conserva o que indica como terapêutica não sua liquidação, mas antes permitir-lhe ser vivido. Em termos ferenczianos, o casal Botella (2002, p. 93) nos oferece uma imagem desta vivência traumática:

O trauma deve ser compreendido em uma negatividade: uma violenta e brusca ausência das tópicas e das dinâmicas psíquicas, a ruptura da coerência psíquica, o desmoronamento dos processos primários e secundários. É no caráter 'negativante', na perda pelo ego de seus recursos, que compreendemos a qualidade traumática. A desorganização brutal originar-se-ia, acreditamos, não numa percepção, mas na ausência de sentido do violento excesso de excitação e do estado de desamparo do ego, na impossibilidade para o ego de representá-los para si.

Freud, ao remeter o estado de desamparo psíquico à angústia automática, nos indica o estado de desamparo como ausência de representação e de orquestração afetiva possibilitada pela angústia sinal. Lembrando que o protótipo da angústia automática é a experiência do nascimento, vivência que corresponde a uma grande perturbação energética interna e da qual não resta qualquer conteúdo psíquico, é possível pensar que é esta ausência que se configura como traumática para o psiquismo. Segundo Lejarraga (1996, p. 61), como vimos, este primeiro trauma só pode ser pensado como o real da pulsão de morte tomando conta do recém-nascido. Caso o objeto não possa oferecer

acolhimento para tal perturbação energética, seja em termos freudianos satisfazendo a necessidade do bebê, ou em termos ferenczianos, sintonizando-se com as angústias infantis e podendo acolhê-las e oferecer um sentido a elas, o sujeito experimenta a passagem de um estado de desamparo fisiológico para um desamparo psíquico. É, portanto, no enlace realizado pela passagem da catexia dos órgãos para a catexia objetual, que frente à ausência de investimento do objeto é possível se experimentar o trauma. Concordamos com a idéia apresentada pelo casal Botella (2002, p. 101) que o trauma é a impossibilidade do sujeito representar-se não investido pelo objeto, “o irrepresentável de sua própria ausência no olhar do objeto; um estado no limite do psíquico, não elaborável e desorganizador, que pode ser qualificado de não-representação”. Como apontamos no item 2, vemos a relação de perigo se dialetizar entre sua evocação externa e seu surgimento interno, pois o impacto pulsional só pode ser metabolizado por um objeto. Esta é a tese de Ferenczi que sustenta a noção de desmentido, já em termos de linguagem. O que vale ressaltar, entretanto, é que o que se recusa junto ao sentido solicitado ao vivido traumático pela criança ao adulto, é o próprio investimento nesta criança. O adulto precisa recusar olhar para a criança, recusar reconhecer seu estado desorganizado. Os Botella (2002, p. 27) continuam nos ajudando a compreender a situação:

De fato, segundo nossa hipótese, não é a perda do objeto mas o perigo da perda de sua representação e, por extensão, o risco de não-representação, que marca o desamparo. O perigo da perda da representação provoca um verdadeiro vazio com efeitos implosivos, jogando a percepção odiada para dentro do psiquismo; equivalente fantasmático da representação dissipada, a percepção importuna invade a cena. Na sombra da insatisfação despertada pela ausência do objeto investido, mais que a angústia-sinal de alarme do risco da perda do objeto, é o pavor automático da implosão que é chamado a tornar-se sinal de alarme do perigo da perda da representação deste mesmo objeto; a utilização do efeito da implosão da percepção pelo ego que está despertando, na figuração de um pesadelo, é uma violenta defesa contra o risco da não-representação; a ‘força sensorial’ da alucinação do pesadelo, uma performance necessária para a sobrevivência do psiquismo.

Quando os Botella nos falam de que a percepção odiada é jogada para dentro do psiquismo, pensamos, não na primeira transcrição da percepção em signo de percepção, segundo a lógica da *Carta 52*, mas sim na lógica da incorporação maciça de uma percepção como fantasia que ocupa o vazio deixado pela impossibilidade de ligação. Se o amor pelo o objeto, como afirmamos no item 2, não pode ser abandonando em função do desamparo psíquico, a libido, ou melhor, o excesso de excitação refugia-se na incorporação do objeto. Ferenczi postula que frente a uma aflição extrema, após a desconexão com a percepção, ocorra uma espécie de transe alucinatório em que toda impressão mecânica e psíquica é aceita sem resistências. É possível pensar que diante da falta de proteção causada pela ausência de investimento da percepção, da impossibilidade de ligação da excitação, o sujeito absorva de forma mimética o agressor. Ferenczi nos diz que em situações extremas, como a do trauma, em que ocorre uma eliminação da comunicação consciente, o ego reparte-se em uma parte imitadora do estranho, como forma primitiva de objetivação dos processos do mundo exterior e uma repetição auto-imitadora da reação emocional que se experimentou, do excesso. Torna-se um ser insensível, que se molda segundo a forma outorgada do agressor, feito um saco de farinha. Trata-se de uma defesa que oblitera o vazio da não-representação, para manter a situação de ternura com o objeto.

O impensável, portanto, constitui a impossibilidade do sujeito representar-se não investido pelo objeto; para não perder o objeto e seu investimento, ele torna-se o objeto. A representação do objeto incorporada permanece intacta ao ser clivada, segundo Abraham e Torok, no interior de uma cripta construída ao seu redor. A cripta, como vimos, perpetua o momento traumático através da destruição ativa da capacidade de figurabilidade das palavras, como efeito dos muros intrapsíquicos que precisaram ser construídos em decorrência da experiência que pôs a tópica em perigo. Neste sentido, o

trauma tem como efeito uma fratura no processo de simbolização, introduzindo uma lacuna no psiquismo e desencadeando como defesa a incorporação fantasiosa do objeto. Esta lacuna é preenchida, como vimos, pela inclusão de dados brutos da realidade traumática, pelo objeto inteiro ou por parte dele. Como medida anti-traumática, a incorporação bloqueia, então, o processo de introjeção se opondo à modificação tópica imposta pela realidade ao alucinar a presença, no interior de si, de uma coisa, de um acontecimento, de um objeto de amor para enganar a necessidade de fazer uma elaboração afetiva e verbal do vivido. É por não poder reconhecer o que se perde diante da perda do objeto, ou seja, o investimento deste e toda a ‘orquestração afetiva’ relacionada ao seu amparo, que se erige uma fantasia dentro de si como única forma de reparação narcísica. A incorporação como mecanismo de defesa ocupa o não-lugar da representação, ou melhor o espaço psíquico da não-representação do vivido. Não há recomposição do psiquismo e integração do objeto ao ego, tornando-o apto a novas ligações. Diferentemente da introjeção que pode ser considerada como um processo de metaforização, a incorporação não se constitui como tentativa de ligação e metamorfose de sentido, mas em manutenção de um estado que não pode ser perdido, nem alterado.

A fantasia de incorporação corresponde, portanto, a uma lacuna de sentido no psiquismo, lacuna esta que, ao ser transmitida para a próxima geração que não possui qualquer inteligibilidade do acontecimento, já que não mantém relação com a fantasia, produz um vazio de sentido, um hiato de memória. Ao contrário das proto-fantasias originárias que carregam em si um sentido trans-pessoal ou impessoal, quando existe uma lacuna de sentido que não pode ser significada e desdobrada no psiquismo dos pais, ao ser transmitida passa a funcionar como um buraco na tópica do sujeito. A categoria do fantasma como vimos, diferentemente da fantasia de incorporação não constitui uma defesa para manter o *status quo* tópico do sujeito. Como uma verdadeira possessão, as

palavras ou percepções encriptadas no psiquismo dos pais atuarão como ausências e rupturas inassimiláveis à cadeia de representações da criança. Tal lacuna remete a um patrimônio estrangeiro, a uma catástrofe narcísica alheia. Não há sentido algum possível, apenas um buraco impensável que impossibilita a diferenciação psíquica. Retomando novamente as palavras de Abraham em *Pequenas anotações sobre o fantasma* (1975), onde o autor faz coincidir o trabalho do fantasma com o trabalho da pulsão de morte, como descrito por Freud:

Com efeito, e em primeiro lugar, ele não tem energia própria; também não pode ser “ab-reagido”, mas apenas nomeado. Em segundo lugar, ele prossegue no silêncio sua obra de desligamento. Acrescentemos que é sustentado por palavras ocultas, todas gnomos invisíveis que se dedicam a romper, desde o inconsciente, a coerência dos encadeamentos. Enfim, ele é fonte de repetições indefinidas, não dando, na maioria das vezes, nem mesmo ocasião à racionalização. (ABRAHAM, 1975, p. 395)

Consideramos a categoria metapsicológica do fantasma como uma excelente descrição do modo de funcionamento do trauma no psiquismo. Rand (2001, p. 104) aponta que o pensamento do fantasma coloca em jogo uma nova categoria, interpessoal, de lembrança e da memória, uma recordação negativa, que não será lembrada em nenhum caso. Segundo o comentador a teoria do fantasma alarga o paradoxo do sintoma em psicanálise já que o fantasma provém da tentativa familiar de travar a transmissão de uma lembrança ao mesmo passo que a memória do segredo já existe na criança sob a forma de uma obsessão e de presença ventríloqua. Ocorre a recepção de uma ausência, de um silêncio, de uma inacessibilidade; em uma frase, há a recepção involuntária de uma lembrança familiar apagada.

O mecanismo da possessão fantasmática, assim como o trauma, corresponde a uma verdadeira fratura na operação de simbolização necessária à estruturação psíquica da criança. Desta forma, é possível considerar que o trauma, em sua negatividade

impede o advento de um processo de diferenciação no psiquismo, produzindo uma inviabilidade psíquica que indica o campo da psicose, ou dos limites da neurose, como possibilidade de sobrevivência. Esta compreensão se distingue da apresentada em relação ao modelo da neurose traumática, que consiste em uma tentativa de ligação e corresponde ao trabalho que toda psicose deve realizar em relação à zona traumática¹⁸ presente no psiquismo. O casal Botella (2002, p. 188) nos indica que:

Para sair desse estado (excedente de energia), desprovido de qualquer solução representacional, o paciente deve fazer uma mudança radical no registro psíquico: no lugar do afeto agido, o alucinatório. Somente a saída alucinatória podia assumir tanto o impulso impensável quanto seu contrário inseparável, também impensável, violento e verdadeiro: um negativo.

5.3 Alucinação, convicção e o sentido traumático

A dimensão do traumático no psiquismo, portanto, refere-se aos efeitos da impossibilidade de vivência afetiva e inscrição representacional de um acontecimento. Desta forma, ela interfere, segundo Knobloch (1998), diretamente nas relações de tempo do psiquismo, transtornando-as. O tempo do traumático configura-se como tempo do presente absoluto, de estupor e paralisação. Na clínica, apresenta-se no registro da ‘mostração’, da aparição, espécie de (re)- apresentação repetitiva do acontecimento que não pode se inserir na cadeia temporal da história. Um presente sem presença, sem lembrança. Knobloch nos fala que no tempo do traumático não existe sujeito bem como oposição entre sujeito-objeto; e retomando o relato de uma paciente de Ferenczi frente à desorientação psíquica, afirma que o sujeito se morre por meio da autotomia. Em seu

¹⁸ A zona traumática se refere aqui tanto à dimensão de não-representação das pulsões que demanda um trabalho psíquico de ligação, bem como à tendência alucinatória inerente à dinâmica do desejo.

Diário (1990, p. 222), Ferenczi escreve: “A paciente descreve o que sente quando ela ‘se morre’; tudo o que está no interior passa para o exterior”. A experiência traumática enquanto lugar do irrepresentável torna-se a experiência de um sofrimento impossível, de uma dor insuportável. Para Ferenczi o sintoma do trauma é “estar fora de si”, ausentar-se, ter “a impressão de ter superado o espaço e o tempo” (FERENCZI, 1990, p. 65). Neste tempo não se tem o sujeito como uma organização, mas isto não significa que estamos “no negativo do sujeito, mas sim na positividade de outra dimensão: o traumático é a vacilação da organização subjetiva...” (KNOBLOCH, 1988, p. 136). Como pensar um trabalho psíquico frente ao trauma compreendido enquanto positividade desta negatividade psíquica?

Freud ao deparar-se com os limites do campo representacional em sua clínica, abriu um campo de pesquisa em seu texto *Construções em Análise*, de 1938. Em sintonia com sua descrição do trauma apresentada em *Moisés e o Monoteísmo*, do mesmo ano, Freud aponta que certos acontecimentos vividos em um passado muito distante, época em que a criança mal sabia falar, só conseguem atingir a consciência de modo ‘quase-alucinatório’. Apresenta, portanto, o caminho da regressão formal do pensamento em análise, o qual poderá fazer surgir uma “figurabilidade portadora do mesmo indício de verdade de uma lembrança resgatada” (BOTELLA E BOTELLA, 2002, p. 102). A partir da construção de um relato, a convicção suscitada pode conduzir ao mesmo resultado terapêutico que a da rememoração. O caminho de estudo formulado por Freud indica o campo dos intrincamentos entre as categorias de convicção, ausência de lembrança, alucinação e delírio, para se trabalhar o trauma em análise.

Partindo da analogia com o campo das psicoses, Freud retira a alucinação do terreno da patologia para referi-la à capacidade regressiva do aparelho psíquico. Já em seu texto *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900, havia associado o desejo ao estado alucinatório. Freud teorizou, naquele momento, um aparelho psíquico que se desenvolve

a partir do modelo do arco reflexo por meio da associação frente a um estado de necessidade, entre uma imagem mnêmica da percepção de satisfação e o 'traço mnêmico' da excitação. Diante de uma nova necessidade surgiria, portanto, uma moção psíquica, chamada de desejo que procuraria recatexizar a imagem mnêmica da percepção, buscando de início a identidade perceptiva pela via da regressão. Esta regressão deveria ser inibida e a percepção catexizada novamente para que se pudesse reencontrar o objeto. Vimos que, para além da dinâmica do desejo, o estado de desamparo perante a ausência do objeto também conduz ao estado alucinatório. No entanto, tal estado configura-se como insuficiente em ambos os casos. Freud nos ensina que é necessário cessar a regressão em marcha, de modo que não sobrepuje durante o dia a representação-lembrança, ou imagem-lembrança, e possa a partir daí buscar outras vias que permitam estabelecer do exterior a identidade almejada. A memória, segundo o casal Botella (2002, p. 47), é constitutiva deste duplo movimento intrínseco à prova de realidade, o qual pressupõe a negação da percepção do objeto para poder investi-lo na representação, bem como sua reprodução na representação para poder reencontrá-lo na realidade.

Freud nos aponta uma via progressiva constitutiva do psiquismo que parte da percepção em direção à representação. Baseado no modelo do sonho, Freud descreve em seu capítulo VII de *A Interpretação dos sonhos*, no entanto, que a marcha da excitação pode ter seu sentido invertido quaisquer que sejam suas origens (pensamentos, palavras, afetos, percepções ou lembranças destas), sendo percorrida de maneira regressiva. Tal inversão ocorre também nas patologias, bem como nos devaneios. Durante a vigília, o recuo, diante da necessidade de manter a prova de realidade, jamais ultrapassa as imagens-lembrança, ou seja, as representações, senão nas patologias. Neste sentido, Freud nos fala que a lembrança parece depender inteiramente do pré-consciente. Já nos sonhos, sem o freio da imagem-lembrança, pode ocorrer uma

regressão formal que ultrapasse inclusive as representações inconscientes de coisa e atinja os signos de percepção, assim como nos estados alucinatórios, atingindo um aquém ou além da memória e da representação. É este o modelo que Freud associa ao trabalho do traumático dentro e fora do estado psíquico do sono, quando nos fala dos sonhos traumáticos e de um estado quase-alucinatório de repetição.

A tendência ao desinvestimento dos objetos reais, observada diante da ausência do objeto também se apresenta na regressão narcísica envolvida no estado de sono e tem o mesmo valor, segundo os Botella (2002, p. 34), de sinal de alerta do perigo da perda de sua representação. Neste sentido, a única ‘saída’ é figurar e produzir o sonho. Isto ocorre cotidianamente, no entanto, nos sonhos traumáticos, onde temos maior dificuldade de definir o que se apresenta. Percebemos que o afeto nos sonhos traumáticos, separado das imagens visuais e acústicas, é o mesmo do acontecimento, o de pavor. O casal de estudiosos da obra de Freud, Botella sugere como uma possível chave de compreensão a afirmação de Freud, em *A Interpretação dos Sonhos*, de que o psiquismo não é capaz de investir a experiência de pavor como lembrança a ser reproduzida. Sua repetição, portanto, não cumpriria a função econômica de descarga e dinâmica de ligação próprias da neurose traumática, provocando somente um novo trauma. No entanto, a repetição da impressão traumática associada a uma imagem-percepção em um estado quase-alucinatório parece iluminar um caminho:

Comparável à construção de uma teoria sexual infantil, a repetição alucinatória de uma percepção simultânea representa a criação de elo de causalidade que forneça uma ‘teoria’, uma explicação possível do verdadeiro desamparo que o ego sofreu, ou seja, é menos a iminência de um perigo externo do que a vivência de uma realidade interna irrepresentável: o brusco desaparecimento dos sistemas das representações e o abalo do próprio ego; na falta de outro meio, a retomada de uma percepção simultânea é seu último recurso, sua última possibilidade de ligação (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 166).

O trabalho analítico e psíquico no modelo do traumático é, como apontado acima, da ordem de uma regressão formal do pensamento. Freud dá a entender em a *Interpretação dos Sonhos*, que existem formas patológicas da regressão nas quais a transferência de energia deve ser diferente do que é na regressão normal, que levam a um investimento total dos sistemas perceptivos. O casal Botella considera que tais formas patológicas poderiam consistir “em um movimento direto que iria, por exemplo, do traço da percepção à sua reprodução sob uma forma alucinatória, sem que os sistemas Ics e Pcs, os mecanismos de deslocamento e a condensação, e a neurose infantil participem disso” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 167-168). Esta, segundo os Botella, representa, portanto, a única via de acesso possível à memória sensível, característica da neurose traumática. Frente ao estado de desamparo, de ausência do objeto, a tendência alucinatória do psiquismo agiria desinvestindo a percepção, negando-a, para investir a imagem-percepção, este primeiro signo-perceptivo adquirido em simultaneidade ao processo de excitação, “permitindo ao ego estabelecer o elo de causalidade indispensável ao restabelecimento da coerência psíquica” (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 168).

Como apontamos no início desse item, o tempo do traumático é o do presente absoluto. A irrupção do traumático se configura como um choque de um acontecimento¹⁹ com a história, segundo Knobloch (1996), que engendra de forma repentina um saber. O traumático, neste sentido, não explica, constata-se. Os Botella nos falam em tempo da simultaneidade entre causa e efeito, em que não há necessidade de ligar dois elementos para fazer sentido. Não há possibilidade de evocação de angústia-sinal, há apenas inundação de angústia automática. Tal inundação, excitação frente à impossibilidade de representação, geraria o movimento direto do signo de

¹⁹ Knobloch (1996) distingue acontecimento de acidente. O traumático é considerado pela autora como um incidente, que mesmo que ínfimo, transtorna as relações do tempo, e refere-se a uma dor insuportável que não pode ser apreendida pela ordem da representação.

percepção à sua reprodução via alucinação, movimento que produz descarga sob a forma de um conteúdo. Existe ‘causação’ direta e o sentido rudimentar do trauma engendra-se na inseparabilidade entre movimento, forma e conteúdo dos processos. O ato alucinatório já se trata de sentido para os autores, um sentido imediato, mas não significação. No entanto, é por meio deste estado alucinatório que se dá uma primeira tentativa de colocação ‘em cena’ de algo que é puro caos energético, assim como no delírio. Vimos que o elo com as imagens-percepção simultâneas podem, assim, estabelecer uma cena que, então, está apta a receber investimentos pela força do desejo e a funcionar segundo o processo primário, já que confere uma figurabilidade mínima para o vivido, sendo capaz, portanto, de canalizar a angústia.

Derrida (1988, p. 185), retomando as formulações freudianas no texto do *Projeto*, de 1985, afirma que só é possível a representação de uma impressão frente a sua encenação. Freud utiliza o termo *Darstellung*, que é a representação no sentido fraco da palavra, mas também muitas vezes no sentido da figuração visual e por vezes, segundo Derrida, da representação teatral. Somente assim, a partir de sua inscrição em traço impresso, ou cena, é que a percepção ganha qualidade psíquica, pois os neurônios responsáveis pela percepção são permeáveis e não retêm traços. Esta compreensão coincide com a apresentada por Freud em sua *carta 52*, um ano mais tarde. Podemos, então, tentar relacionar a *Darstellung* aos signos de percepção. Quando Freud nos fala em seu *Projeto* (1985), do grito como manifestação de uma alteração interna surgida da necessidade de descarga, cuja própria expressão involuntária não alivia a tensão, insere a descarga no interior do campo de troca com o objeto. Somente o objeto é capaz, frente ao desamparo biológico do bebê de aliviar sua tensão por meio de uma ação específica. O fenômeno da descarga

emocional, segundo Schneider (1994, p. 47), se acha anexado ao circuito da comunicação:

Desde que a relação entre os gritos e a intervenção do meio é perceptível pela criança, isto é baseado no ideal de uma emoção que seria pura expressão não teatralizada de si, o que remonta, precocemente, este entrelaçamento entre afeto como “modificação interna”, e o afeto como encenação.

Inserida no registro da comunicação, de uma troca que se transforma em simbólica, a vivência de satisfação é promovida e uma facilitação é estabelecida. Freud escreve, então, que as facilitações servem à função primária, eis a gênese de uma representação inconsciente. Schneider localiza no esboço de hiato produzido entre o vivido e o encenado, o desenho da dimensão simbólica oferecida pela linguagem. Neste sentido, “entre a tensão psíquica e o afeto já haveria uma tradução e o grito é por sua vez, tradução representativa do afeto e do objeto, mensagem endereçada a um destinatário” (SCHNEIDER, 1994, p. 88). Temos assim que no estado de desejo, quando o impulso reaparece, as duas imagens-lembrança da associação estabelecida entre descarga e objeto, são reinvestidas. Caso o objeto não esteja presente, ocorre uma alucinação que leva necessariamente à decepção.

Vimos a partir das contribuições de Ferenczi e do casal Abraham e Torok, como o objeto externo tem um papel fundamental no processo de inibição da alucinação e na confirmação da realidade de um acontecimento. O objeto não apenas sanciona a demonstração emocional do bebê, mas confere sentido à vivência. Tal sentido ressoa diretamente, segundo Schneider, sobre o processo fisiológico servindo de substrato do afeto e permitindo-lhe mais ou menos uma evolução em direção às formas mais marcadas e diferenciadas. A psicanalista propõe o papel do objeto como caixa de ressonância, que não oferece uma simples revelação ao sujeito, mas a elaboração

progressiva de um afeto. As ausências do objeto ou sua falência em relação a sua função de ligação provoca um desintrincamento pulsional imperfeito e o trabalho da pulsão de morte; o exercício daquilo que André Green descreveu em termos de função desobjetalizante da pulsão de morte, produzindo o não-investimento da percepção e impossibilidade de seu registro. Ao sujeito restam algumas ‘saídas’ defensivas como já foram descritas: a neurose traumática como tentativa de proteção da não-representação ou do fantasma como afirmam Abraham e Torok; a cisão egóica, em que o signo de percepção do trauma resta clivado, ou a incorporação da identidade perceptiva no mundo interior, ou a inviabilidade psíquica.

A compreensão do papel fundamental do objeto na constituição psíquica nos conduz neste momento ao estudo do conceito de construção e do fenômeno de convicção por ela possibilitado. Ao propormos o entendimento do traumático enquanto vivência que produz uma lacuna psíquica devido à impossibilidade de sua representação, afirmamos que seus efeitos só se apresentam de forma negativa no psiquismo, em uma espécie de avesso da memória. Schneider (1994) acrescenta que o estupor gerado pela vivência no escuro afetivo e representacional condena justamente a dimensão da teatralização que vínhamos descrevendo. Quando Freud sugere o trabalho do analista, em seu texto *Construções em análise* (1938), em analogia ao do arqueólogo que ergue suas paredes e determina a posição das colunas a partir das depressões no chão e reconstrói as decorações a partir dos restos encontrados nos escombros, oferece-nos uma imagem do trabalho com o trauma, a clínica do trauma. Freud afirma que o analista extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento em análise e reconstrói por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. E conclui: “Sua tarefa (do analista) é a de completar

aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*” (FREUD, 1938, p. 276).

Derrida²⁰, a partir de uma leitura desconstrutivista dos textos freudianos, considera que o aparelho psíquico teorizado por Freud é um aparelho de escrita. Ressalta, no entanto, que o texto decorrente deste aparelho de escrita é desde o princípio uma transcrição. Neste sentido afirma que o inconsciente é “constituído por arquivos que são *sempre já* transcrições” (DERRIDA, 1988, p. 200). Não é possível pensarmos em um texto em sua forma originária, em primariedade, segundo o autor. Vimos a partir da lógica apresentada em sua *carta 52* que Freud postulou a impossibilidade de registrarmos diretamente um fato ou uma coisa; já desde o princípio só existem transcrições. Derrida nos fala que o presente não é constituinte, mas é originariamente reconstituído a partir dos signos da memória. O sentido pressupõe um atraso, o significado é sempre reconstituído mais tarde. Tudo começa pela reprodução sob a lógica da encenação que faz um apelo a um suplemento, a uma espécie de depósito de significado. Na reprodução - que pode ser considerada como uma verdadeira construção em que o outro já se encontra implicado - está inserida a noção de *nachträglich*. A noção do *a posteriori* na obra de Freud, refere-se, segundo o *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1999) a uma idéia de ‘efeito retardado’ que indica a distância temporal entre o vivido e seu efeito psíquico. O sentido e a eficácia psíquica são conferidos posteriormente à impressão do acontecimento. Buscando maior definição, os autores afirmam que não é o vivido que é remodelado *a posteriori*, mas sim o que não pode integrar-se plenamente num contexto significativo. *Nachträglich* também significa suplementar.

²⁰ Apesar de utilizarmos as idéias do filósofo para dar sustentação ao texto, não pretendemos explorar a riqueza de seu pensamento bem como seus fundamentos desconstrutivistas, trabalho que por si só comportaria uma dissertação.

Ao pensarmos no grito, é possível apontar o apelo ao suplemento como originário e é ele que “escava aquilo que se reconstitui mais tarde como o presente.” (DERRIDA, 1988, p. 200). O sentido só se dá de forma suplementar, em descontinuidade e pressupõe a presença/ausência do objeto. Trata-se, segundo Derrida, de uma estampa originária. O presente, portanto, não é constituinte, ele é originariamente reconstituído. Ao considerarmos o trauma como não-representação, hiato na memória, só nos resta suprir, construir. Apesar de Freud não retomar explicitamente a noção de posterioridade em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), em seu caso do *Homem dos Lobos*, de 1918, Freud utilizou esta noção não no sentido antigo da compreensão sexual de uma experiência vivida em um período pré-sexual, mas como a possibilidade de um sentido ser fornecido em um momento posterior às marcas da cena primordial que não puderam se integrar numa trama de sentido, pela precocidade do vivido.

Ferenczi (1924b, p. 224) nos alerta que aquilo que nunca foi ‘sentido’ e não pode ser ‘rememorado’ deve ganhar ressonância em uma relação no presente, primordialmente na relação de análise. Em suas palavras:

A simples comunicação, uma ‘reconstrução’, por exemplo, não está apta a produzir sozinho reações afetivas; ela permanece de início sem efeito sobre os pacientes. Será preciso esperar que elas vivam algo análogo na atualidade, dentro da situação analítica, isto é, no *presente*, para se convencerem da realidade do inconsciente.

Aqui se coloca a questão da convicção. Frente à impossibilidade de criação de convicção sob o modo alucinatório, os Botella nos alertam que se torna vital para o psiquismo “criar novas testemunhas, outros reveladores da ‘verdade’ mais adaptados às novas exigências” (2002, p. 44). O trabalho do analista se insere neste apelo por um sentido que traga um sentimento de ‘verdade’. Freud nos fala que muitas vezes o caminho que parte da construção do analista não conduz o analisando a uma recordação.

Nestes casos, assim como na clínica do trauma, diante da impossibilidade de recordação, Freud aponta a necessidade de produção de uma convicção segura da verdade da construção. Freud acrescenta que uma construção só é eficaz porque recupera um fragmento de experiência perdida. Assim como no delírio, a construção deve seu poder convincente, segundo Freud, ao elemento de verdade histórica que se insere no lugar da realidade rejeitada. Descrevemos, assim, a verdade histórica no trauma como o avesso da memória, um buraco na memória ou a presença de elementos sensoriais não-representados que apresentam um efeito desorganizador no aparelho psíquico e que se apresentam na clínica sob o signo de uma repetição de um presente absoluto.

Os caminhos abertos por Freud neste texto coincidem com aqueles propostos por Ferenczi em seus últimos escritos. Ferenczi (1924b, p. 217) nos aconselha que somente uma situação analítica, baseada no sentimento de confiança, possibilita que tais elementos que não podem ser rememorados, sejam afetivamente vividos e transformados em lembrança atual. Freud retoma tais indicações quando afirma em seu texto *Análise Terminável e Interminável*, de 1937, “não devemos esquecer que o relacionamento analítico se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade – e que isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano” (FREUD, 1937, p. 265). Mesmo que esta realidade seja somente uma construção. Schneider também descreve a função analítica em termos de permitir que o afeto reduzido ao silêncio e, desta forma, privado de desenvolvimento possa tomar corpo. Despertar o afeto, vivê-lo pela primeira vez e não somente revelá-lo. O casal Botella nos esclarece, a partir dos exemplos de Freud em *Construções em análise*, que a aquisição da convicção pressupõe a retomada dos elementos negativos sob forma figurada. Esta retomada implica a possibilidade de o analista realizar uma regressão formal do pensamento para poder entrar em contato com o traumático. O analista torna-se, desta forma, segundo Maia (2002), simultaneamente

participante e testemunha do acontecimento. A psicanalista alerta, entretanto, que não se trata de testemunhar um relato, mas de ser co-participante e testemunha de um acontecimento que, freqüentemente, é da ordem do terror. “Dependerá de sua possibilidade psíquica de estar dentro e fora do acontecimento, o destino desse encontro ser subjetivante e não reproduzidor de traumas já vividos” (MAIA, 2002, p. 20).

Desta forma, um relato impregnado de figurabilidade realizado pelo analista tem a força do impacto de uma percepção, tem o mesmo valor econômico de uma autêntica recordação. Desperta no paciente, segundo os autores, um sentimento de evidência e de autenticidade, levando a mente a crer, tal como uma lembrança produz o sentimento de existir e de durar, em que o sofrimento pode se conjugar com o passado (BOTELLA; BOTELLA, 2002, p. 29). Neste sentido, transforma-se em uma cena da história ganhando inscrição psíquica, possibilidade de circulação e de novos desdobramentos.

Freud, em seu novo estudo sobre o trabalho do sonho de 1932, estabeleceu um paralelo entre o desaparecimento dos afetos ligados ao pensamento dos sonhos e a força sensorial das imagens sonhadas. Os Botella utilizaram tal paralelo para pensar a possibilidade de um deslocamento de energia dos afetos impedidos no sentido da figurabilidade. Em se tratando dos afetos aterrorizantes da perda da representação ou dos afetos dolorosos do luto, a via figurativa é uma maneira de inibir a produção destes afetos sob a ‘força sensorial’ da alucinação do morto. O ato alucinatório, apesar de ter valor de uma descarga com a capacidade de liquidar toda quantidade pulsional, não promove a integração dos elementos sensoriais, não produz sentido. “A dor, até então desaparecida sob a ‘força sensorial’ da alucinação, reaparecerá sustentada pela figurabilidade e poderá engajar-se num processo de luto” (*Ibid.*, p. 33). O casal retoma aqui a dimensão energética e afetiva desse processo apontada, desde o princípio, por Freud. Derrida também se refere ao trabalho psíquico de escrita como circulação de energia psíquica, trabalho de significância que

não visa encontrar uma representação, mas conferir movimento psíquico, desdobramento à cena.

Knobloch (1998) questiona-se justamente se o trauma deve necessariamente ser inscrito em uma representação, se a síntese constitui o objetivo da clínica do trauma. O acontecimento traumático, para a autora, além de não poder fundar uma representação, desloca todo o mundo representável. No entanto, a ausência de um conteúdo representativo não significa ausência de acontecimento. Em presença da impossibilidade de inscrever-se enquanto traço psíquico, a autora aponta a necessidade de positivar a existência de uma ‘zona’ de não-representação, de fragmentação no sujeito, que indica a vacilação da organização subjetiva. Inspirada na clínica de Ferenczi, que pode ser considerada como uma ‘clínica da pulsão de morte’, Knobloch ainda aponta que o que está em jogo é como conseguir transformar as forças pulsionais em sistemas organizados. Diante do trauma, o sujeito experimenta a todo o momento o medo de deslizar no estupor não-significante e ser invadido pelo presente da dor. Como pensar uma apreensão do que não é da ordem da representação? Os Botella (2002, p. 102) nos falam que a dificuldade envolvida na tarefa analítica constitui a própria regressão formal do pensamento que pressupõe uma inevitável passagem por um estado traumático de um ego privado de seus investimentos, por momentos de estranheza que lembram as ‘alucinações acidentais nas pessoas sadias’. O próprio analista, ao testemunhar a dimensão do trauma, experimenta-se em sua própria estranheza, uma vez que também é convocado pelo irrepresentável (KNOBLOCH, 1996, p. 65). Sobreviver a esta invasão sempre presente, em que o funcionamento psíquico é continuamente ameaçado de colapsar, em que ocorre uma anestesia do sentir, implica a possibilidade, para Knobloch, de essa situação-limite ser habitada e não abolida. Novamente a autora se questiona: “Não seria nesse tempo, da perda de consistência, lugar de novas marcas que

poderia abrir-se a possibilidade para que um território existencial venha a se constituir? (KNOBLOCH, 1988, p. 142).

Podemos aproximar o trabalho solicitado pelo trauma de uma retomada da capacidade de introjetar. O processo da introjeção foi conceituado por Ferenczi e melhor discriminado por Abraham e Torok como operação simbólica constituinte de uma discriminação original eu/não-eu, dentro/fora. A introjeção constitui, como pudemos apreender, o mecanismo psíquico mais arcaico capaz de transformar a angústia originária, caracterizada por Abraham como uma tensão original, ou um não-ser ativo em marca memorial ou símbolo. Ferenczi se refere a este processo como essencialmente afetivo, de união dos objetos e do ego a partir da apropriação corporal do mundo. Quando aproximamos o processo de introjeção de um possível trabalho analítico com o trauma, visamos o resgate da possibilidade de apreensão afetiva do mundo. Abraham considera que a introjeção de marcas memoriais ocorre primeiramente entre corpo/psique por meio de um processo de identificação que simultaneamente instaura uma relação com o objeto interno e permite sua discriminação do objeto externo. Abraham confere uma missão de mediação entre os limites psíquicos a estas marcas, a mesma das representações, afetos e fantasias, formando uma superfície de comunicação. A potência simbólica destas marcas advém, como vimos no item 4, precisamente desta duplicidade. Admitir no ego pressupõe, portanto, uma reestruturação deste ego, uma transformação que pressupõe a reinstalação de uma relação com o objeto, e não a ampliação do campo da consciência por meio de uma representação. Envolve, segundo Abraham, uma passagem de nível de uma incitação pulsional em primeira instância no plano motor que ascende progressivamente ao nível da representação, compreendida primariamente como animação de um signo lingüístico por uma encenação visual. Vimos que esta encenação, em que o outro já se encontra implicado no apelo por um suplemento

confere à percepção sua qualidade psíquica. Desta forma, é possível pensar, em conjunto com Abraham, que a linguagem verbal constitui o ponto de partida da representação, e promove a progressiva diferenciação entre o mundo materno-familiar e o mundo intersubjetivo-social à medida que fornece um campo ilimitado para jogos de presença e ausência.

Tornar-se a si mesmo ‘outro’ por meio de uma apreensão afetiva e corporal do acontecimento, este é o trabalho pressuposto na clínica do trauma, uma vez que o trauma interrompe justamente o funcionamento deste mecanismo mais arcaico de simbolização. Quando o objeto não permite sua introjeção, desmentindo o sentido do vivido e não investindo no sujeito, torna-se impossível sua instalação no interior do sujeito como um objeto que sirva de referência para apreensão do objeto externo, restando apenas lacuna e falta de inteligibilidade psíquica. César Botella e Sara Botella (2002, p. 113) referindo-se ao trabalho com o traumático, indicam:

É por isso que pensamos que, com toda evidência, do ponto de vista analítico, a representação não pode ser compreendida como a simples “reprodução de uma percepção anterior”; ao contrário, ela é o fruto de um trabalho complexo cujo modelo é a transformação do traço psíquico deixado pela percepção alucinatória do objeto em investimento de representação mnésica de objeto, em amor de objeto.

É possível afirmar, finalmente, que a ineficácia do estado alucinatório na transformação desta “zona” de não-representação ou dos signos de percepção, elementos sensoriais não-representados, ou seja, do avesso da memória, em representação refere-se à falta de investimento do objeto. Diante do traumático, considerado como experiência do impossível, a construção de um sentido, diferente do sentido imediato da alucinação, se dá no seio de uma relação objetual que restabeleça a situação de confiança perdida. Ferenczi foi o primeiro a apontar tanto que a hipocrisia profissional reproduz o trauma, como o fato de que uma adaptação do objeto à

necessidade do sujeito em um momento de desamparo impede o efeito traumático de um acontecimento. O processo de introjeção de um acontecimento que não pôde ser vivido afetivamente e representado, pressupõe a possibilidade de o objeto, e porque não do analista, realizar uma regressão formal do pensamento para poder acessar tais elementos (que não puderam tomar a via progressiva em direção à representação) do paciente como em uma caixa de ressonância e tentar devolvê-los de forma figurada. A possibilidade de sentir, portanto, necessária à reestruturação do ego frente ao traumático, pressupõe o restabelecimento de uma relação de confiança com o objeto que ofereça uma ‘orquestração emocional’ que permita a colocação em cena de um sofrimento impossível. Um relato figurado, que produza convicção, pressupõe que o analista ou objeto de confiança possa entrar em ressonância com a via regressiva e atemporal do traumático e articular as ressonâncias desta via direta e imediata com aquela progressiva que parte da percepção em direção à representação. Um trabalho de ligação promovido por Eros. Na clínica do traumático, a categoria da convicção media a relação da psique com a realidade, tornando um sofrimento impossível em sofrimento possível. Somente *nachträglich* e de forma suplementar, podemos, então, considerar a criação e acolhimento de um sentido para um acontecimento que permaneceu sem inteligibilidade psíquica.

Gostaríamos de finalizar retomando uma frase de Ferenczi (1924b, p. 217) em seu texto, *Perspectivas da Psicanálise*:

A situação analítica possibilitaria a regressão e o sobre-investimento do analista como uma nova figura parental primária permitiria (re)viver o passado pela primeira vez e transformá-lo em uma lembrança atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estupor que caracteriza o traumatismo considerado enquanto impossibilidade de inteligibilidade psíquica de um acontecimento, resta-nos, como foi dito, como única alternativa, tentar figurar, ou melhor, permitir pela primeira vez a vivência figurada de afetos impossíveis. A presente dissertação insere-se nesta tentativa de quebrar a paralisia que envolve o traumatismo e oferecer, por meio de um recurso histórico, imagístico e de linguagem, um enfoque paradoxal, a do trauma como avesso da memória, que possa contribuir com o movimento de construção de uma inteligibilidade das ressonâncias do traumatismo na memória. A partir do estudo dos conceitos na obra de quatro psicanalistas, Freud, Ferenczi, Abraham e Torok, e da leitura de trabalhos de seus comentadores e psicanalistas contemporâneos, a noção de trauma ganhou densidade, ao passo que seus desdobramentos teóricos puderam ser incorporados. Acompanhamos como a noção de trauma deixou de se referir apenas à intensidade da percepção ou ao conteúdo de uma representação, tornando-se complexa à medida que foi aproximada da dinâmica da pulsão de morte no psiquismo, passando a remeter à incapacidade de tornar psíquico um estado que, então, torna-se excedente de energia.

A figurabilidade entrevista por meio do estado alucinatório, decorrente imediato da excitação gerada pela impossibilidade de significação do acontecimento, no entanto, foi considerada como tentativa insuficiente de criar sentido, apesar de poder produzir uma primeira cena a ser investida pelo desejo. Esta insuficiência relaciona-se ao fato de que, a partir de *Luto e melancolia* de Freud a relação de objeto torna-se determinante na compreensão da dinâmica do traumatismo. Foi Ferenczi, entretanto, que ressaltou o papel constituinte do objeto na organização psíquica do sujeito. A partir desse momento teórico, o trauma se insere no seio da relação objetal enquanto impossibilidade de

investimento afetivo e significativo do objeto necessário à (re)intrincação pulsional face à desintrincação produzida pelo choque, que produz um excesso energético inassimilável. O desamparo psíquico refere-se a esta necessidade, desde os primeiros dias de vida, que um investimento de objeto seja realizado para o advento psíquico. O traumático diz respeito, portanto, à impossibilidade de o sujeito ter uma vivência afetiva de um acontecimento por falha ou ausência objetal e poder representá-la. Esta não-representação é capaz de provocar a fissura do psiquismo e impedir o processo de simbolização indispensável à diferenciação psíquica.

A importância do papel do objeto, tanto em termos traumáticos como constituintes é que permite pensarmos um trabalho de análise nestes casos. A construção de sentido só é possível, como vimos, dentro da lógica de um apelo por um suplemento, algo que se acrescenta *a posteriori*, mediante um sentimento de convicção. Neste sentido, as contribuições teóricas de Ferenczi são significativas quando apontam para a necessidade inicial de reconstrução de uma situação de confiança. Somente um relato impregnado de crença possibilita a introjeção de um sentido e uma alteração na tendência pulsional. É em uma situação psíquica atual que algo que ficou fora do tempo e fora de si pode ser afetivamente vivido e ganhar desdobramento representacional. Recuperando as palavras esclarecedoras de Ferenczi: “A situação analítica possibilitaria a regressão e o sobreinvestimento do analista como uma nova figura parental primária permitiria (re)viver o passado pela primeira vez e transformá-lo em uma lembrança atual” (FERENCZI, 1924b, p. 217).

A imagem do traumatismo como avesso da memória, apesar de conter o paradoxo já apontado - de poder se referir tanto aos signos de percepção que precisam ser associados a uma imagem para ganhar sentido e qualidade psíquica, como aos efeitos negativos do trauma no psiquismo – suscita a idéia de uma possibilidade de

movimento frente ao traumático mediante um trabalho, quer de revelação do negativo por uma imagem, quer de construção e transformação do fora-de-si no em-si no seio de uma relação de objeto. Uma imagem que remete à possibilidade de transformação e metamorfose de uma trama, para que o desenho que se apresentava como ausente ou borrado apareça, revelando sentidos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, N. (1959). Reflexões fenomenológicas sobre as implicações estruturais e genéticas da psicanálise. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 75-84.
- _____. (1961). O símbolo ou além do fenômeno. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 29-73.
- _____. (1962a). Apresentação de Thalassa. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 19-27.
- _____. (1962b). O tempo, o ritmo e o inconsciente. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 85-115.
- _____. (1963). O “crime” da introjeção. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 119-126.
- _____. (1968). A Casca e o Núcleo. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 191-212.
- _____. (1972). Para introduzir o “instinto filial”. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 311-352.
- _____. (1974) Notas do seminário sobre a unidade dual. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 361-389.
- _____. (1975). O fantasma de Hamlet ou o IV ato, precedido pelo entreto da “verdade”. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 411- 439.
- _____. (1975). Pequenas anotações sobre o fantasma. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 391-397.
- ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1972). Luto ou Melancolia. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 243-257.
- ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1975). “O objeto perdido-ego”, notações sobre a identificação endocríptica. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 277-296.
- ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1975). A tópica realitária, notações sobre uma metapsicologia do segredo. In: Abraham, N.; Torok, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995. p. 237-242.
- BASTOS, L. A. de M. Transferência e desenvolvimento do ego: uma abordagem ferenciana. **Percursos Revista de Psicanálise**, São Paulo, nº10, 1/1993.

BERGMANN, M.. The Tragic Encounter between Freud and Ferenczi and Its Impact on the History of Psychoanalysis. In: **Ferenczi's Turn in Psychoanalysis**. New York University Press, 1996.

BERTRAND, M.. Castration and Narcisism in Ferenczi. In: **Ferenczi's Turn in Psychoanalysis**. New York University Press, 1996.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. **Irrepresentável, mais além da representação**. Rio Grande do Sul: Editora Criação Humana, 2002.

COELHO JUNIOR, N. Trauma, cisão e simultaneidade. **Revista Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 35, p.75-91, 2003.

CINTRA, E. M. U. Thalassa: matriz de hipóteses kleinianas. **Percursos Revista de Psicanálise**, São Paulo, nº 10, 1/1993.

ENRIQUEZ, M. L'indicible et l'écriture. **Topique Revue Freudienne**, Paris: EPI, n. 21, 1978.

DERRIDA, J. Freud e a cena da escritura. In: **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Jorge Zahar, 1988.

FERENCZI, S. (1909). Transferência e introjeção. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1912). O conceito de introjeção. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1913). Ontogênese dos símbolos. In: **Psicanálise II**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1916). Dois tipos de neurose de guerra. In: **Psicanálise II**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1921). A propósito da crise epilética. In: **Psicanálise III**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. (1924a). **Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. (1924b). Perspectivas da Psicanálise. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1926). O problema da afirmação do desprazer. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1928). A adaptação da família à criança. In: **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1930) Notas e fragmentos: Traumatismo e aspiração à cura. In: **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1931a). Análise de crianças com adultos. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1931b). Notas e fragmentos: O nascimento do intelecto. In: **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1933) Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. In: BIRMAN, J. (Org.). **Escritos Psicanalíticos (1909-1933)**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

_____. (1934) Reflexões sobre o trauma. In: **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Diário Clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERREIRA, F.; PONS, S.; SOUZA, O. Transferência como experiência do vivido e transmissão psíquica: a herança de Sándor Ferenczi. **Pulsional Revista de Psicanálise**, vol. 167, p. 24-32, 2003.

FIGUEIREDO, L. C. **Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Ed Escuta, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. **Ética e Técnica em Psicanálise**. São Paulo: Ed. Escuta, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. (2003a). Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In: **Elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

FIGUEIREDO, L. C. (2003b). *Verleugnung*, a desautorização do processo perceptivo. In: **Elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

FIGUEIREDO, L.C.; CINTRA, E.M.U. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: CARDOSO, M. R. (Org.). **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004.

FREUD, S. (1900). A Interpretação dos Sonhos. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, S. (1917). Luto e Melancolia. Tradução de Marilena Carone. In: **Novos Estudos** nº 32. CEBRAP, 1992.

FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. Tradução de Luiz Alberto Hanns In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente vol.II**. São Paulo: Ed. Imago, 2006.

_____. (1923) O Eu e o Id. Tradução de Luiz Alberto Hanns In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente vol.II**. São Paulo: Ed. Imago, 2007.

_____. (1925) Uma Nota sobre o “Bloco Mágico”. Tradução de Luiz Alberto Hanns In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente vol.II**. São Paulo: Ed. Imago, 2007.

_____. (1927). Fetichismo. Tradução de Luiz Alberto Hanns In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente vol.II**. São Paulo: Ed. Imago, 2007.

_____. (1938). A cisão do Eu no processo de defesa. Tradução de Luiz Alberto Hanns In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente vol.II**. São Paulo: Ed. Imago, 2007.

_____. (1888). Histeria. In: **Edição Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (ESB)**, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1892). Esboço para a Comunicação Preliminar. In: **ESB**, vol I, *op. cit.*

_____. (1893). Alguns pontos para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histérica. In: **ESB**, vol. I, *op. cit.*

_____. (1893-95). Estudos sobre a Histeria. In: **ESB**, vol. II, *op. cit.*

_____. (1893). Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar. In: **ESB**, vol. II, *op. cit.*

_____. (1894). Neuropsicoses de Defesa. In: **ESB**, vol. III, *op. cit.*

_____. (1895). A psicoterapia da Histeria. In: **ESB**, vol. II, *op. cit.*

_____. (1895[1950]). Projeto de uma psicologia científica. In: **ESB**, vol. I, *op. cit.*

_____. (1896). Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa. In: **ESB**, vol. III, *op. cit.*

_____. (1896). A etiologia da histeria. In: **ESB**, vol. III, *op. cit.*

_____. (1901). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: **ESB**, vol. VI, *op. cit.*

_____. (1917). Conferência XXV: A angústia. In: **ESB**, vol. XVI, *op. cit.*

_____. (1918). História de uma neurose infantil. In: **ESB**, vol. XVII, *op.cit.*

_____. (1919). Introdução a *A Psicanálise e as Neuroses de Guerra*. In: **ESB**, vol. XVII, *op. cit.*

_____. (1926[1925]). Inibições, Sintomas e Angústia. In: **ESB**, vol. XX, *op. cit.*

_____. (1937). Análise Terminável e Interminável. In: **ESB**, vol. XXIII, *op. cit.*

_____. (1937). Construções em Análise. In: **ESB**, vol. XXIII, *op. cit.*

_____. (1939 [1934-38]). Moisés e o Monoteísmo: Três Ensaio. In: *ESB*, vol. XXIII, *op. cit.*

_____. (1940[1938]). Esboço de Psicanálise. In: *ESB*, vol. XXIII, *op. cit.*

GREEN, A. **Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 58

HAYNAL, A. Freud and his intellectual environment: the case of Sandor Ferenczi. In: **Ferenczi's Turn in Psychoanalysis**. New York University Press, 1996.

KNOBLOCH, F. Nos limites do irrepresentável. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. VI, n.56, p. 57-66, 1993.

_____. Pensando a crise. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. VIII, n. 74, p. 44-49, 1995.

_____. Ferenczi e a clínica do trauma. **Percurso Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. VIII, n.16, 1996.

_____. **O tempo do traumático**. São Paulo: EDUC, 1998.

KUPERMANN, D. **Ousar Rir**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

LANDA, F. **Ensaio sobre a criação teórica em Psicanálise. De Ferenczi a Nicolas Abraham e Maria Torok**. São Paulo: Editora Unifesp, 1998.

LAPLANCHE, J. **Problemáticas I: A angústia**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEJARRAGA, A. L. **O trauma e seus destinos**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

MAIA, M. S. **Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica**. (2002) Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, 2002.

MEZAN, R. Do auto-erotismo ao objeto: a simbolização segundo Ferenczi. **Percurso Revista de Psicanálise**, ano VI, 10, São Paulo, /, 1993.

PINHEIRO, T. Trauma e melancolia. **Percurso Revista de psicanálise**, São Paulo, nº 10- 1/1993. p, 52.

PINHEIRO, T. **Ferenczi: do grito à palavra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

PONS, S. **Os caminhos do trauma em Nicolas Abraham e Maria Torok**. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. O Trauma e suas Ressonâncias: uma perspectiva transgeracional. **Revista Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro v. 35, 2003. p.137-154.

RAND, N. **Quelle Psychanalyse pour Demain? Voies ouvertes par Nicolas Abraham e Maria Torok**. Paris: Éditions Érès, 2001.

SCHNEIDER, M. **Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud**. São Paulo: Escuta, 1994.

SOUZA, O. Trauma, Defesa e Criatividade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.35, 2003.

TOROK, M. (1968). Doença do Luto e fantasia do cadáver saboroso. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995, p. 215-235.

_____. (1975). In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995, p.399-409.

_____. (1977). Linguagem e Unidade Dual. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. **A Casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta: 1995, p. 383- 387.

_____. **Une vie avec la psychanalyse**. Paris: Aubier, 2002.

UCHITEL, M. **Além dos limites da interpretação: indagações sobre a técnica psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. **Neurose Traumática**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2004.

VIDA, J. E. The 'Wise Baby' grows up: the contemporary relevance of Sandór Ferenczi. In: **Ferenczi's Turn in Psychoanalysis**. New York University Press, 1996.